



Anais da Assembléia

Nº 127

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Anjibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

RESOLUÇÃO N° 010/93

DATA: 24 de agosto de 1993
SÚMULA: Denomina "Sala Professora Nilce Polli Milani", as dependências onde funciona a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica denominada Sala Professora Nilce Polli Milani, as dependências onde funciona a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais (APASDE), deste Poder Legislativo.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.08.93

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

RESOLUÇÃO N° 011/93

DATA: 13 de setembro de 1993
SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área abaixo descrita, para que a respectiva população manifeste-se quanto a criação do município de Espigão Alto do Iguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área abaixo descrita, para que a respectiva população manifeste-se quanto a criação do município de Espigão Alto do Iguaçu.

"Começa no rio Iguaçu, na foz do rio Campo Novo, sobe por este até a foz do córrego Engano, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde alcança, por uma linha seca e reta, o cruzamento da estrada Serriaria das Formigas - Quedas do Iguaçu, com uma estrada vicinal, seguido pela estrada sentido Quedas do Iguaçu, até alcançar outro cruzamento, com a estrada que vai até o rio Formigas, deste cruzamento segue por uma linha seca e reta até o rio Campo Novo, na foz do córrego dos Porcos, subindo por este e depois pelo primeiro afluente a margem direita até a estrada para Alto

Curitiba, terça, em 21.09.93

Alegre, segue por esta, até o cruzamento com uma estrada vicinal, seguindo por esta estrada vicinal, até alcançar, por uma linha seca e reta sentido Leste/Oeste a nascente do córrego Canhadão, pelo qual desce até a sua foz no córrego Marreco, desce por este até a sua foz no rio Mato Queimado, sobe por este até o afluente a margem direita, o qual faz parte da divisa distrital de Mato Queimado, sob este afluente, até sua cabeceira e segue pelo divisor dos rios Guarani e Mato Queimado até alcançar a nascente do córrego Laranjal, desce este até sua foz no rio Guarani, sobe por este até encontrar a divisa intermunicipal com Nova Laranjeiras, segue por esta, linha seca, até a nascente do rio da União, desce por este até a foz com o rio das Cobras, desce por este até atingir a foz com o rio Iguaçu, segue pelo rio Iguaçu até a foz com o rio Campo Novo, ponto de partida."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 87.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Oswaldo Trevisan.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovidio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)
A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)
22 Senhores Deputados Aprovam.
Nenhum Senhor Deputado Rejeita.

Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 055/93

Curitiba, 15 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra a encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, dispondo que o Estado, suas autarquias, e fundações deixarão de contribuir para o programa federal de formação do patrimônio do servidor público...

O Plano de Lei em referência, que consulta aos superiores interesses da Administração, decorre de proposição feita pe-

la Secretaria de Estado da Fazenda, sendo, adiante transcrito, para melhor esclarecer o assunto, o inteiro teor do Ofício nº 129/93, de 13.04.93, do Titular daquela Pasta.

"I - O PASEP foi criado pela Lei Complementar 8/70, que dispõe:

"Art. 1º - É instituído, na forma prevista nesta Lei Complementar, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público".

"Art. 2º - A União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios contribuirão para o Programa, mediante recolhimento mensal ao Banco do Brasil das seguintes parcelas:

.....

II) - Estados.....

a) - das receitas correntes próprias.... 2% (dois por cento)....

b) - (dois por cento) das transferências recebidas do Governo da União..."

"Art. 3º - As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, da União, dos Estados... contribuirão para o Programa com ... da receita orçamentária, inclusive transferências e receita operacional,... 0,8% (oito décimos por cento)..."

II - Como essa exação configura imposto, nitidamente, sendo imunes os Estados, suas autarquias e empresas delegadas de serviço público estadual, essa Lei Complementar Federal previu:

"Art. 8º - A aplicação do disposto nesta Lei Complementar aos Estados e Municípios, as suas entidades da administração indireta e fundações, bem como aos seus servidores, dependerá de norma legislativa estadual ou municipal".

III - Em 23 de maio de 1972, o Estado do Paraná promulgou a Lei nº 6.278, mandando pagar esse imposto à União.

Assim, o Estado deve recolher 2% de suas receitas correntes, mais 2% das transferências, e as entidades de sua administração indireta recolher 0,8% sobre a base mencionada, por força dessa lei estadual.

IV - O Decreto-Lei Federal 2.445/88 alterou a base de cálculo e as alíquotas; na medida em que, em cada caso, isso não agrave os desembolsos das entidades estaduais, tais alterações podem ser obedecidas.

V - A Lei Complementar Federal nº 19/84, o Decreto Lei 2.445/88 e outros diplomas trataram da destinação desses fundos.

VI - o noticiário dos jornais permite entender que essas vultosas quantias não estão sendo bem empregadas, nem aplicadas adequadamente. De toda forma, os servidores estaduais dificilmente tirarão proveito desses recolhimentos. Isso converte

esses recursos em "presente" do Estado à União: sem nenhuma justificação, sem sentido. Neste ano o Paraná já destinou ao PASEP a quantia de 520 milhões de cruzeiros reais.

VII - Parece que o próprio Estado do Paraná administrará e aplicará melhor esses recursos, destinando-os ao custeio do plano complementar ao sistema único de saúde.

VIII - Para que isso seja viável, basta que seja revogada a Lei Estadual 6.278/72, único fundamento para tal recolhimento.

Sem essa lei estadual, o preceito do art. 150, VI, da Constituição de 1988 torna inexigível esse imposto aos Estados.

IX - Sugiro, por fim, que a lei estadual revogadora da de nº 6.278/72, já preceitue que uma parte desses recursos seja destinada ao plano de saúde".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Estado, suas autarquias e fundações deixarão de contribuir ao programa federal de formação do patrimônio do servidor público.

Art. 2º - As quotas dos entes mencionados no artigo anterior, nos níveis fixados no Decreto-Lei nº 2.445, de 29 de junho de 1988, serão destinados ao custeio do plano complementar ao sistema único de saúde, a que se refere o art. 69 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

Art. 3º - As empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pelo Estado continuarão contribuindo para o programa de integração social e programa de formação do patrimônio do servidor público, nos termos da legislação federal específica.

Art. 4º - Fica revogada a Lei nº 6.278, de 23 de maio de 1972.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 056/93.

Curitiba, 15 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 23, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar, a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que

objetiva criar, na Parte Permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados nos Hospitais Universitário e das Clínicas, ambos de Londrina e unidades da Universidade Estadual da mesma cidade.

A proposição encaminhada consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que virá proporcionar condições no sentido de que a referenciada instituição de ensino superior seja dotada dos recursos humanos necessários ao pleno desempenho de suas atividades, mormente as de seus hospitais, que são os únicos estabelecimentos públicos de atendimento gratuito da região.

A Secretaria de Estado da Administração, analisando o assunto considerou a medida conveniente e necessária, em cujo pronunciamento asseverou que a real necessidade da Universidade Estadual de Londrina é de 477 (quatrocentos e setenta e sete) cargos técnicos-administrativos, os quais, em obediência a preceitos contidos na Magna Carta e na Constituição Estadual, serão providos mediante concurso público.

Com a criação de tais cargos os hospitais londrinenses que os utilizarão, terão, sem qualquer sombra de dúvida, significativa melhoria no atendimento à população da região, principalmente às camadas de menor renda.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 477 (quatrocentos e setenta e sete) cargos de provimento efetivo os quais estão discriminados no Anexo que faz parte desta lei.

Art. 2º - As gratificações e os pré-requisitos exigidos para cada categoria funcional serão definidos em regulamento aprovado por Decreto.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO

grupo ocupacional PROFISSIONAL

CARGO	CÓDIGO	PADRÃO	QUANT.
Anal. de Sistemas	TP43	I-III	4
Assist. Social	TP02	I-III	4
Bioquímico	TP05	I-III	6
Enfermeiro	TP08	I-III	23
Farmacêutico	TP17	I-III	3

Fisioterapeuta	TP39	I-III	2
Fonoaudiólogo	TP18	I-III	3
Médico	TP22	J-III	20
Nutricionista	TP26	I-III	4
Psicólogo	TP28	I-III	3

grupo ocupacional INTERMEDIÁRIO

CARGO	CÓDIGO	PADRÃO	QUANT.
Analista de microfilmagem	TQ06	G	5
Assist. Administ.	TQ07	G	43
Assist. processamento dados II	TQ20	F	7
Assist. lab. análise clínicas	TQ17	G	9
Aux. de enfermagem	TQ22	G	151
Aux. de serviço social	TQ25	E	3
Técnico de radiografia	TQ96	H	3
Técnico manutenção equipamentos	TQ87	H	4
Técnico administ.	TQ65	H	4
Téc. em vídeo tape	TR02	H	1
Téc. de fotografia	TQ82	G	1
Téc. de laboratório	TQ16	G	2
Téc. laborat. análises clínicas	TQ86	H	7
Tesoureiro	TR05	H	1
Recepcionista	TQ60	G	3

grupo ocupacional INTERMEDIÁRIO

CARGO	CÓDIGO	PADRÃO	QUANT.
Almoxarife II	TM03	E	2
Aux. administrativo	TM13	E	12
Aux. de farmácia	TM20	D	3
Aux. de nutrição	TM29	D	9
Aux. de serviços gerais	TM34	B	19
Contínuo	TM50	A	6
Cozinheiro I	TM56	F	3
Cozinheiro II	TM57	D	4
Costureira	TM54	D	2
Eletricista	TM60	F	2
Encanador	TM61	E	1
Laboratorista micrográfico	TM73	F	2
Marceneiro	TM76	F	5
Motorista	TM86	F	4
Of. de manut. II	TM89	D	3
Porteiro	TN11	C	9
Pintor de paredes	TN07	D	1
Recepcionista	TN13	D	8
Servente	TN16	B	59
Telefonista	TN19	D	5
Vigia	TN24	C	2

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 057/93

Curitiba, 15 de setembro de 1993.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o

art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na Parte Permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados pelo Hospital Regional de Maringá, unidade da Universidade Estadual da mesma cidade.

A proposição encaminhada consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que virá proporcionar condições no sentido de que a referenciada instituição de ensino superior seja dotada dos recursos humanos necessários ao pleno desempenho de suas atividades, somente as de seu hospital, que é o único estabelecimento público de atendimento gratuito da região.

A Secretaria de Estado da Administração, analisando o assunto entendeu a medida como conveniente e oportuna, em cujo pronunciamento asseverou que a real necessidade da Universidade Estadual de Maringá é de 146 (cento e quarenta e seis) cargos técnicos-administrativos, os quais, em obediência a preceitos constitucionais, serão providos através de concurso público. Com a criação de tais cargos o Hospital Regional de Maringá, que hoje conta com 78 leitos gratuitos, passará para 120 até o final de 1993 e para 160 a médio prazo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 146 (cento e quarenta e seis) cargos de provimento efetivo os quais estão discriminados no Anexo que faz parte desta lei.

Art. 2° - As atribuições e os pré-requisitos exigidos para cada categoria funcional serão definidos em regulamento aprovado por Decreto.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO de que trata o art. 1°
grupo ocupacional: PROFISSIONAL

CARGO	CÓDIGO	PADRÃO	QUANT.
Enfermeiro	TP08	I-III	04
Médico	TP22	J-III	30
Bioquímico	TP05	I-III	07

Psicólogo	TP28	I-III	01
Fisioterapeuta	TP39	I-III	01
Assistente Social	TP02	I-III	01

grupo ocupacional: INTERMEDIÁRIO

CARGO	CÓDIGO	PADRAO	QUANT.
Aux. de Enfermagem	TQ22	G	54
Téc. de Laboratório	TQ85	H	05
Aux. de Farmácia	TQ15	G	01

grupo ocupacional: APOIO

CARGO	CÓDIGO	PADRAO	QUANT.
Auxiliar de Laboratório	TM22	E	02
Auxiliar de Serviços Gerais	TM34	B	03
Lavadeira	TM74	C	02
Servente	TN16	B	08
Recepcionista	TN13	D	06
Porteiros	TN11	C	06
Telefonista	TN19	D	02
Vigia	TN24	C	04
Motorista	TM86	F	06
Almoxarife I	TM03	E	01
Aux. Administrativo	TM13	E	02

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 058/93

Curitiba, 21 de setembro de 1993.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1° de setembro de 1993, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, os vencimentos do Magistério Público Estadual de 1° e 2° Graus, os salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9.198/90, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo. Visa, ainda, esta proposição, a adoção de outras disposições, entre as quais destacam-se a incorporação da 3a. parcela do ajuste de que trata o art. 1° da Lei n° 10.362, de 14 de julho de 1993, a elevação dos valores do salário-família, das pensões especiais pagas pelo Estado, de várias gratificações, inclusive da de Regência de Classe e, também, a fixação da remuneração dos ocupantes de cargos de Secretário de Estado, dispondo, ainda, que a Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei n° 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei n° 10.068, de 28 de

agosto de 1992, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter o percentual único de 80% (oitenta por cento), e adota outras providências.

A medida constante do Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, consubstancia o resultado de estudos conjuntos feitos pelas Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento, cujas conclusões, como não poderia deixar de ser, tiveram por limite a atual situação do erário estadual e as previsões da receita do Estado para os próximos meses. Esta proposição demonstra o grande esforço e a constante preocupação do Governo do Estado em assegurar ao funcionalismo civil e militar do Estado níveis remuneratórios justos e atualizados, mas, obviamente, atendendo os preceitos da Magna Carta Federal (art. 169 e art. 38/DT), que impõem limitações aos gastos com a folha de pagamento da remuneração dos servidores públicos de todas as esferas de governo, obedecendo, ainda, o que determinam os arts. 137 e 17/DT, da Constituição Estadual, especificamente em relação às despesas com o funcionalismo do Estado do Paraná. A inclusa cópia autêntica de exposição de motivos que me foi encaminhada pelo Secretário de Estado da Administração apresenta detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, oportunidade e alto significado da medida que é objetivada pelo Plano de Lei em causa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Trata o presente anteprojeto de lei de reajuste salarial a ser concedido ao funcionalismo em geral, no mês de setembro do corrente ano.

Considerando a obrigação do Estado em manter seus compromissos em dia, há necessidade do que o reajuste, ora proposto, seja concedido e efetivamente pago de acordo com as possibilidades de desembolso do Tesouro Geral de Estado.

Diante disso e, cumprindo dispositivos constitucionais que limitam os gastos com pessoal em 65% (sessenta e cinco por cento) das receitas correntes e de efetuar o pagamento dos servidores até o último dia do mês, é que se propõe a concessão do reajuste, na forma do anteprojeto de lei em anexo.

O anteprojeto de lei contempla o funcionalismo em geral com índice de reajuste de 20% (vinte por cento), a partir de 1°

de setembro de 1993.

Em relação ao magistério de 1º e 2º graus, a presente proposta tem como objetivo principal amenizar a defasagem salarial em que se encontra a categoria. Assim sendo, a este segmento do funcionalismo está se concedendo um reajuste de 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de setembro de 1993.

As tabelas salariais que compõem os Anexos deste anteprojeto de lei, incorporam, também, a 3ª parcela de ajuste de que trata o art. 1º da Lei nº 10.362, de 14 de julho de 1993.

Estabelece, ainda, a presente proposta, a remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado, bem como os valores reajustados do salário-família, das Pensões Especiais, das Gratificações de Representação de Gabinete entre outros.

O anteprojeto de lei propõe, ainda, alteração da Gratificação Policial Militar Especial, passando a ter o percentual único de 80% (oitenta por cento), calculado sobre o saldo do respectivo posto ou graduação.

Ainda com relação aos integrantes da Polícia Militar, o anteprojeto de lei estabelece nova Tabela de Funções do Escalonamento Hierárquico, com a finalidade de proporcionar a esse segmento melhores condições de desenvolvimento na carreira militar. Para tanto, revogam-se os artigos 107 e 118 da Lei nº 6.417/73.

Prevê, também, a não observância dos percentuais existentes entre as classes da Carreira Especial de Advogado, para fins de aplicação do limitador constitucional, procedimento este que já vem sendo adotado para as demais carreiras organizadas.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, ficam reajustados em 20% (vinte por cento), a partir de 1º de setembro de 1993, na forma das tabelas que constituem o Anexo I desta lei.

Art. 2º - Os vencimentos do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus ficam reajustados, a partir de 1º de setembro de 1993, na forma das Tabelas IV, V, VII e VIII, integrantes do Anexo I desta lei.

Art. 3º - O soldo dos postos e graduações dos integrantes da Polícia Militar fica reajustado, a partir de 1º de setembro de 1993, em 20% (vinte por cento), na forma da tabela do Anexo II desta lei, observada a estrutura da Tabela de Funções do Escalonamento Hierárquico constante do

Anexo III do presente texto legal.

Art. 4º - Os valores das tabelas de vencimentos que constituem os Anexos I e II, desta lei, incorporam, também, a partir de 1º de setembro de 1993, a 3ª parcela do ajuste de que trata o artigo 1º da Lei nº 10.362, de 14 de julho de 1993.

Art. 5º - Os salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA ficam reajustados, a partir de 1º de setembro de 1993, na forma das Tabelas XVII, XVIII e XIX, integrantes do Anexo I desta lei.

Art. 6º - A Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter o percentual único de 80% (oitenta por cento).

Art. 7º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em CR\$ 185.393,04 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e três cruzeiros reais e quatro centavos), sendo CR\$ 78.791,02 (setenta e oito mil, setecentos e noventa e um cruzeiros reais e dois centavos) de vencimento básico e CR\$ 106.602,02 (cento e seis mil, seiscentos e dois cruzeiros reais e dois centavos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 8º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para 101,54 (cento e um cruzeiros reais e cinquenta e quatro centavos), e o valor das Pensões Especiais para CR\$ 12.514,03 (doze mil, quinhentos e quatorze cruzeiros reais e três centavos).

Art. 9º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados em 20% (vinte por cento), incorporando a 3ª parcela do ajuste, na mesma proporção aplicada aos vencimentos dos respectivos cargos de provimento em comissão.

Art. 10 - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para CR\$ 789,73 (setecentos e oitenta e nove cruzeiros reais e setenta e três centavos).

Art. 11 - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que trata o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979 e o artigo 2º da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989, fica fixado em CR\$ 115,27 (cento e quinze cruzeiros reais e vinte e sete centavos).

Art. 12 - Para fins de aplicação do limitador constitucional da remuneração dos integrantes da Carreira Especial de Advogado, não serão observados os percentuais entre as respectivas classes.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de

1993, ficando revogados os artigos 107 e 118 da Lei nº 6.417, de 03 de julho de

1973, com suas alterações e demais disposições em contrário.

TABELAS PAG: 26 até 47

TABELA 1
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993

A) VENCIMENTOS BASICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	12.514,83	13.814,59	13.535,17	14.876,58	14.639,64	15.225,23	15.834,24	16.467,61	17.126,31	17.811,36	18.523,82
B	13.765,43	14.316,05	14.388,09	15.484,24	16.103,61	16.747,75	17.417,66	18.114,37	18.838,94	19.592,50	20.376,20
C	15.141,97	15.747,65	16.377,56	17.032,66	17.713,97	18.422,53	19.159,43	19.925,80	20.722,84	21.551,75	22.413,82
D	16.656,17	17.322,42	18.015,31	18.735,93	19.485,36	20.264,78	21.075,37	21.918,39	22.795,12	23.706,93	24.655,20
E	18.321,79	19.054,66	19.816,84	20.609,52	21.433,70	22.291,25	23.182,90	24.110,22	25.074,63	26.077,62	27.120,72
F	20.153,97	20.960,12	21.798,53	22.670,47	23.577,29	24.520,38	25.501,20	26.521,24	27.582,89	28.685,38	29.832,79
G	23.781,68	24.732,95	25.722,26	26.751,15	27.821,20	28.934,85	30.091,41	31.295,87	32.546,87	33.846,74	35.192,69
H	29.489,28	30.668,85	31.895,61	33.171,43	34.498,29	35.878,22	37.313,35	38.805,88	40.358,12	41.972,44	43.651,34
I-III	51.726,11	53.795,15	55.946,96	58.184,84	60.512,23	62.932,72	65.450,83	68.068,03	70.798,75	73.622,38	76.547,28
I-II	59.691,93	62.079,61	64.562,79	67.145,30	69.831,11	72.624,36	75.529,33	78.550,51	81.692,53	84.960,23	88.358,54
I-I	58.884,49	71.639,37	74.505,46	77.485,68	80.585,11	83.808,51	87.164,85	90.647,29	94.273,18	98.044,10	101.965,87

B) VENCIMENTOS BASICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	9.385,52	9.760,94	10.151,38	10.557,43	10.979,73	11.418,92	11.875,68	12.350,71	12.844,73	13.358,52	13.892,86
B	10.324,07	10.737,04	11.166,52	11.613,18	12.077,71	12.560,81	13.063,25	13.585,78	14.129,21	14.694,38	15.282,15
C	11.356,48	11.810,74	12.283,17	12.774,50	13.285,48	13.816,89	14.369,57	14.944,35	15.542,13	16.163,81	16.810,37
D	12.492,13	12.991,81	13.511,49	14.051,95	14.614,02	15.198,58	15.806,53	16.438,79	17.096,34	17.780,19	18.491,40
E	13.741,34	14.290,99	14.862,63	15.457,14	16.075,42	16.718,44	17.387,18	18.082,67	18.805,97	19.558,21	20.340,54
F	15.115,47	15.720,09	16.348,90	17.002,85	17.682,97	18.398,29	19.125,90	19.896,93	20.686,57	21.514,93	22.374,59
G	17.836,26	18.549,71	19.291,70	20.063,37	20.865,90	21.700,54	22.568,56	23.471,30	24.410,15	25.386,56	26.402,92
H	22.116,96	23.001,64	23.921,71	24.878,57	25.873,72	26.908,67	27.985,01	29.104,41	30.268,59	31.479,33	32.738,51
I-III	38.794,58	40.346,36	41.960,22	43.638,63	45.384,7	47.199,54	49.087,52	51.051,02	53.093,06	55.216,79	57.425,46
I-II	44.768,95	46.559,71	48.422,09	50.358,98	52.373,34	54.468,27	56.647,00	58.912,88	61.269,40	63.720,17	66.268,98
I-I	51.663,37	53.729,90	55.879,10	58.114,26	60.438,83	62.856,38	65.370,64	67.985,46	70.704,88	73.533,08	76.474,40

C) VENCIMENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

PADRAO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	12.514,83	13.814,59	13.535,17	14.876,58	14.639,64	15.225,23	15.834,24	16.467,61	17.126,31	17.811,36	18.523,82
B	13.765,43	14.316,05	14.388,09	15.484,24	16.103,61	16.747,75	17.417,66	18.114,37	18.838,94	19.592,50	20.376,20
C	15.141,97	15.747,65	16.377,56	17.032,66	17.713,97	18.422,53	19.159,43	19.925,80	20.722,84	21.551,75	22.413,82
D	16.656,17	17.322,42	18.015,31	18.735,93	19.485,36	20.264,78	21.075,37	21.918,39	22.795,12	23.706,93	24.655,20
E	18.321,79	19.054,66	19.816,84	20.609,52	21.433,70	22.291,25	23.182,90	24.110,22	25.074,63	26.077,62	27.120,72
F	20.153,97	20.960,12	21.798,53	22.670,47	23.577,29	24.520,38	25.501,20	26.521,24	27.582,89	28.685,38	29.832,79
G	23.781,68	24.732,95	25.722,26	26.751,15	27.821,20	28.934,85	30.091,41	31.295,87	32.546,87	33.846,74	35.192,69
H	29.489,28	30.668,85	31.895,61	33.171,43	34.498,29	35.878,22	37.313,35	38.805,88	40.358,12	41.972,44	43.651,34
I-III	51.726,11	53.795,15	55.946,96	58.184,84	60.512,23	62.932,72	65.450,83	68.068,03	70.798,75	73.622,38	76.547,28
I-II	59.691,93	62.079,61	64.562,79	67.145,30	69.831,11	72.624,36	75.529,33	78.550,51	81.692,53	84.960,23	88.358,54
I-I	58.884,49	71.639,37	74.505,46	77.485,68	80.585,11	83.808,51	87.164,85	90.647,29	94.273,18	98.044,10	101.965,87

VIGENCIA : SETEMBRO DE 1993 TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO DAS-1.....	44,024.06
DAS-2.....	38,854.78
DAS-3.....	36,212.15
DAS-4.....	30,964.76
DAS-5.....	28,319.82

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	18,275.96
2-C.....	16,878.76
3-C.....	15,580.90
4-C.....	14,391.74
5-C.....	13,528.23
6-C.....	12,716.54
7-C.....	11,953.55
8-C.....	11,236.33
9-C.....	10,562.15
10-C.....	9,928.42
11-C.....	9,432.00
12-C.....	8,960.40
13-C.....	8,512.38
14-C.....	8,086.76
15-C.....	7,682.42

C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO 1-F.....	1,068.79
2-F.....	907.29
3-F.....	800.06
4-F.....	642.21
5-F.....	586.91
6-F.....	479.10
7-F.....	372.02
8-F.....	321.10
9-F.....	262.16
10-F.....	212.56

TABELA II

QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA

VIOLÊNCIA: SETEMBRO DE 1993

NIVEL	VALOR
01	2,947.17
02	3,006.11
03	3,066.23
04	3,127.56
05	3,190.11
06	3,253.91
07	3,318.99
08	3,385.37
09	3,453.00
10	3,522.14
11	3,592.58
12	3,664.43
13	3,737.72
14	3,812.48
15	3,888.73
16	3,966.50
17	4,045.83
18	4,126.75
19	4,209.28
20	4,293.47
21	4,379.34
22	4,466.92
23	4,556.26
24	4,647.39
25	4,740.33
26	4,835.14
27	4,931.84
28	5,030.48
29	5,131.09
30	5,233.71

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER.	A 1	B-2	C-3	D-4	E-5
1	9,606.22	11,047.16	13,256.59	15,245.08	17,531.84
2	10,086.54	11,599.52	13,917.42	16,007.33	18,408.43
3	10,590.86	12,179.49	14,615.39	16,807.70	19,328.85
4	11,120.40	12,788.47	15,346.16	17,648.08	20,295.30
5	11,676.43	13,427.89	16,113.47	18,530.49	21,310.06
6	12,260.25	14,099.28	16,919.14	19,457.01	22,375.56
7	12,873.26	14,804.25	17,765.10	20,429.86	23,494.34
8	13,516.92	15,544.46	18,653.35	21,451.35	24,669.06
9	14,192.77	16,321.68	19,586.02	22,523.92	25,902.51
10	14,902.41	17,137.77	20,565.32	23,650.12	27,197.64
11	15,647.53	17,994.66	21,593.59	24,832.62	28,557.52

VIG.: 09/93

TABELA V

QUADRO UNICO

PROF.S/HABIL. E PROF.REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	9,606.22	9,606.22
2	10,086.54	10,086.54
3	10,590.86	10,590.86
4	11,120.40	11,120.40
5	11,676.43	11,676.43
6	12,260.25	12,260.25
7	12,873.26	12,873.26
8	13,516.92	13,516.92
9	14,192.77	14,192.77
10	14,902.41	14,902.41
11	15,647.53	15,647.53

UNIDADE SETEMBRO DE 1993
TABELA VI
INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ

CAGE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	12,514.80	13,662.81	14,092.82	14,964.96	15,884.31	16,860.14	17,895.92	18,995.33	20,162.28	21,400.93	22,715.66
B	14,096.30	14,964.41	15,883.73	16,859.53	17,895.27	18,994.64	20,161.55	21,404.14	22,714.83	24,110.28	25,591.47
C	15,886.15	16,858.91	17,894.61	18,993.94	20,164.81	21,399.36	22,714.80	24,119.40	25,590.53	27,162.64	28,831.35
D	17,893.96	18,993.25	20,164.87	21,396.57	22,713.17	24,108.52	25,589.59	27,161.65	28,830.29	30,601.44	32,481.39
E	20,155.32	21,397.73	22,712.32	24,107.62	25,588.64	27,160.64	28,829.22	30,604.36	32,480.19	34,475.56	36,592.52
F	22,711.45	24,106.74	25,587.70	27,159.65	28,826.16	30,599.18	32,479.40	34,474.30	36,592.18	38,840.17	41,226.26
G	25,172.85	26,827.73	28,528.03	30,274.55	32,061.33	33,888.62	35,756.02	37,664.04	39,604.24	41,684.24	43,895.81
H	28,129.02	29,877.80	31,664.97	33,494.92	35,366.08	37,276.22	39,224.28	41,219.53	43,252.12	45,322.12	47,427.12
I	31,680.42	33,443.31	35,243.31	37,087.26	38,974.66	40,904.81	42,876.51	44,889.02	46,942.12	49,035.12	51,167.91
J	35,772.80	37,853.73	39,976.63	42,144.55	44,358.33	46,618.62	48,926.02	51,281.44	53,684.24	56,134.24	58,634.81

TABELA DE QUANTIFICACAO DE REPRESENTACAO

CAGE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	110,667.47	107,740.43	99,547.66	91,977.88	84,983.72	78,521.40	72,558.50	67,032.64	61,936.28	57,226.53	52,874.94	48,854.23	45,139.27	41,766.80	38,556.35
B	58,303.73	55,879.21	49,773.83	45,988.94	42,491.86	39,260.70	36,275.25	33,516.82	30,968.14	28,613.26	26,437.47	24,427.12	22,569.63	20,853.40	19,267.67

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993 TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP - LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	10,362.41
LP - LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	12,519.82
LP - LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	8,346.55
LC - LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	13,884.62
LC - LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	9,466.79
LC - LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	6,311.19
NL - NAO LICENCIADO - 22 HORAS	11,570.52
NL - NAO LICENCIADO - 15 HORAS	7,888.99
NL - NAO LICENCIADO - 10 HORAS	5,259.33

PROFESSORES CELETISTAS
VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993

TABELA VIII

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE 5a./6a. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	214.77
	LICENCIATURA CURTA	162.37
	NAO LICENCIADO	135.33

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a./4a.	IMAGISTERIO DE 2o. GRAU	10,590.86

ALUGUEIRO DE 1993
TABELA 12
SALÁRIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

DESCRIÇÃO DO CARGO	T-0	REGIME T-40	REGIME T-34(1)	REGIME T-28(2)	REGIME T-24	REGIME T-20	REGIME T-12	REGIME T-10	REGIME T-09
PA1 PROF. AUXILIAR N.1	62.510,79	52.098,99	44.284,14	36.469,29	31.259,39	26.040,50	15.629,70	13.024,75	11.722,27
PA2 PROF. AUXILIAR N.2	64.394,36	53.661,96	45.612,67	37.563,37	32.197,18	26.830,98	16.008,59	13.415,49	12.073,94
PA3 PROF. AUXILIAR N.3	66.326,18	55.271,82	46.981,05	38.690,27	33.163,09	27.635,91	16.581,55	13.817,95	12.436,16
PA4 PROF. AUXILIAR N.4	68.313,97	56.929,97	48.396,46	39.850,98	34.157,98	28.464,99	17.076,99	14.232,49	12.809,24
PA5 PROF. ASSISTENTE N.1	82.292,41	68.577,65	58.291,67	48.004,49	41.146,71	34.288,92	20.573,95	17.144,46	15.430,02
PA6 PROF. ASSISTENTE N.2	84.782,22	70.835,10	60.639,90	49.444,63	42.381,11	35.317,59	21.136,15	17.658,80	15.892,92
PA7 PROF. ASSISTENTE N.3	87.303,06	72.754,34	61.841,10	50.927,96	43.632,54	36.377,12	21.826,27	18.188,56	16.369,70
PA8 PROF. ASSISTENTE N.4	89.824,23	74.936,66	63.696,33	52.455,60	44.962,12	37.468,43	22.481,66	18.734,22	16.860,79
PA9 PROF. ADJUNTO N.1	95.769,91	79.607,76	67.636,56	55.635,43	47.684,35	39.903,86	23.941,33	19.951,94	17.956,75
PA10 PROF. ADJUNTO N.2	98.642,39	82.201,99	69.871,69	57.541,39	49.321,19	41.101,00	24.660,60	20.550,50	18.495,45
PA11 PROF. ADJUNTO N.3	101.601,66	84.668,05	71.967,84	59.267,64	50.800,83	42.334,03	25.400,42	21.167,01	19.050,31
PA12 PROF. ADJUNTO N.4	104.649,71	87.208,09	74.126,88	61.045,66	52.324,86	43.604,05	26.162,43	21.862,02	19.621,82
PT1 P.F.F. TITULAR N.1	111.975,19	93.312,66	79.315,76	65.318,80	55.987,59	46.656,31	27.116	23.328,16	20.995,35
PT2 P.F.F. TITULAR N.2	115.334,44	96.112,04	81.695,23	67.278,42	57.687,22	48.056,64	27.932,61	24.028,01	21.623,21
PT3 P.F.F. TITULAR N.3	118.794,48	98.995,40	84.146,09	69.296,78	59.397,24	49.497,70	29.698,62	24.748,85	22.273,96
PT4 P.F.F. TITULAR N.4	122.358,31	101.965,26	86.670,47	71.375,68	61.179,16	50.982,63	30.589,58	25.491,31	22.942,18

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993		TABELA X			
A - CARGOS EFETIVOS		COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO			
	CL.	I	II	III	IV
AGENTE FISCAL 1	C	45,897.03	46,370.19	46,843.36	47,316.52
AGENTE FISCAL 1	B	44,004.37	44,477.53	44,950.70	45,423.87
AGENTE FISCAL 1	A	42,111.71	42,584.87	43,058.04	43,531.19
AGENTE FISCAL 2	C	40,219.04	40,692.21	41,165.37	41,638.50
AGENTE FISCAL 2	B	38,326.38	38,799.55	39,272.71	39,745.86
AGENTE FISCAL 2	A	36,433.72	36,906.89	37,380.05	37,853.19
AGENTE FISCAL 3	C	31,086.90	31,512.74	31,938.59	32,364.43
AGENTE FISCAL 3	B	29,383.50	29,809.35	30,235.19	30,661.05
AGENTE FISCAL 3	A	27,680.11	28,105.95	28,531.81	28,957.66
AGENTE FISCAL 4	D	19,654.53			
AGENTE FISCAL 4	C	18,278.72			
AGENTE FISCAL 4	B	15,841.55			
AGENTE FISCAL 4	A	12,871.76			

B - CARGOS EM COMISSAO		
CLICRS		
DIRETOR	A	59,145.77
INSP. GERAL TRIB	B	55,597.02
INSP. GERAL ARRE	B	55,597.02
INSP. GERAL FISC	B	55,597.02
CHEFE DE ASSESSO	B	55,597.02
CONSULTOR TECNICO	C	52,639.73
ASSISTENTE TECNI	C	52,639.73
DEL. REGIONAL DE	C	52,639.73
AUXILIAR TECNICO	D	50,865.36

TABELA XI
VIGENCIA SETEMBRO DE 1993 PILOTOS

NÍVEL CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	80.176.35	82.581.64	85.059.09	87.610.86	90.239.18	92.946.36	95.734.75	98.606.79	101.565.00	104.611.95	107.750.31
B	76.952.56	73.081.13	75.273.57	77.531.78	79.857.73	82.253.46	84.721.06	87.262.70	89.880.58	92.576.99	95.354.30
C	62.789.83	64.673.53	66.613.74	68.612.15	70.670.51	72.790.63	74.974.35	77.223.58	79.540.28	81.926.49	84.384.29
D	55.506.23	57.233.21	58.950.21	60.718.72	62.540.28	64.416.49	66.348.98	68.339.45	70.389.63	72.501.32	74.676.36
E	48.315.60	49.765.07	51.258.02	52.795.70	54.379.63	56.011.02	57.691.35	59.422.09	61.204.76	63.040.90	64.932.13

CLASSE	VALOR DE HORA/ VOD DIURNA	VALOR DE HORA/ VOD NOTURNA
A, B e C	1.051.29	2.102.58
D	525.64	1.111.27

TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE	37.765.13
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE	35.876.87
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE	34.083.03
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE	32.378.87
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE	30.759.93

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993

TABELA XIII

TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUAIRA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	38.794.50	40.346.37	41.960.22	43.638.63	45.384.18	47.199.54	49.087.52	51.051.03	53.093.07	55.216.79	57.425.46
B	45.001.72	46.801.79	48.673.86	50.620.81	52.645.64	54.751.47	56.941.53	59.219.19	61.587.96	64.051.48	66.613.54
C	52.201.99	54.290.07	56.461.67	58.720.14	61.068.95	63.511.71	66.052.17	68.694.26	71.442.03	74.299.71	77.271.70

TABELA DE PROFESSORES, E PIANISTAS - VALOR HORA AULA

CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIAN/P2G	241.98	254.08	266.79	280.12	294.13	308.84	324.28	340.49	357.52	375.39	394.16
PROF 3GR	302.47	317.59	333.47	350.14	367.65	386.03	405.34	425.60	446.88	469.23	492.69

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993

TABELA XIV

TABELA SALARIAL DA ORQUESTRA SINFONICA DO PARANA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	38.794.58	40.346.37	41.960.22	43.638.63	45.384.18	47.199.54	49.087.52	51.051.03	53.093.07	55.216.79	57.425.46
B	52.201.99	54.290.07	56.461.67	58.720.14	61.068.95	63.511.71	66.052.17	68.694.26	71.442.03	74.299.71	77.271.70

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993 TABELA XV				
QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS				
C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE
MEDICO LEGISTA	46,701.84	43,242.44	40,039.30	37,073.43
PERITO CRIMINAL	46,701.84	43,242.44	40,039.30	37,073.43
QUIMICO LEGAL	46,701.84	43,242.44	40,039.30	37,073.43
TOXICOLOGISTA	46,701.84	43,242.44	40,039.30	37,073.43

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993

TABELA XVI

QUADRO DA POLICIA CIVIL

A R G O S	VENCIMENTOS				
	1a CLASSE	12a CLASSE	13a CLASSE	14a CLASSE	15a CLASSE
ESCRIVAO DE POLICIA	19,134.86	17,717.46	16,405.06	15,189.87	-
INVESTIGADOR DE POLICIA					13,808.90
DACTILOSCOPISTA	15,945.73	15,186.41	14,463.25	13,774.52	-
TECNICO TELEC. POLICIAL					-
TECNICO MANUT. POLICIAL	14,313.06	13,631.49	12,902.37	12,364.16	-
OPERADOR TELEC. POLICIAL	12,338.84	11,751.28	11,191.70	10,658.76	-
IDENTIF. DACTILOSCOP.					-
AXILIAR MANUT. POLICIAL					
AXILIAR DE NECROPSIA					
PERITO POLICIAL	23,942.71				
MISSARIO	25,940.10				

TABELA XVII

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993							
ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PAPANAGUA E ANTONINA - APPA							
PLANO 1 PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS							
NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
100	40,721.10	42,049.48	43,426.85	44,854.96	46,335.65	47,870.94	49,462.75
101	44,854.96	46,318.19	47,835.39	49,408.47	51,039.48	52,730.63	54,598.90
102	49,462.75	51,076.29	52,749.35	54,484.03	56,282.59	58,147.46	60,323.98
103	54,598.90	56,379.99	58,226.78	60,141.58	62,126.90	64,185.42	66,705.44
104	60,323.98	62,291.84	64,332.28	66,447.86	68,641.35	70,915.72	73,699.98
105	66,705.44	68,991.24	71,361.25	73,818.54	76,360.45	78,989.89	81,747.28
106	73,699.98	76,104.18	78,597.06	81,181.74	83,861.61	86,640.28	90,585.14
107	81,747.28	83,382.23	85,049.87	86,750.87	88,485.89	90,255.60	92,060.72
108	90,585.14	93,756.73	97,033.03	100,436.27	103,964.87	107,623.49	111,416.90
109	92,060.72	94,362.23	96,721.29	99,139.32	102,609.20	106,200.52	109,917.54
110	111,416.90	112,531.07	113,656.38	114,792.94	115,940.87	117,100.28	118,271.28

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993	
FUNCOES GRATIFICADAS	
F.G.	VALOR
10	47,308.51
9	41,394.95
8	35,481.38
7	29,567.82
6	27,854.22
5	22,283.38
4	20,436.82
3	16,349.46
2	10,005.82
1	6,670.54

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993	
CARGOS DE CONFIANCA	
CARGOS CONF.	VALOR
10	111,416.90
9	92,060.72
8	90,585.14
7	81,747.28
6	73,699.98
5	66,705.44
4	60,323.98
3	54,598.90
2	49,462.75
1	44,854.96

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993

TABELA XVIII

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 2

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
201	21,518.60	22,379.35	23,274.52	24,205.50	25,173.72	26,180.67	27,227.90
202	25,714.73	26,229.02	26,753.60	27,288.68	27,834.45	28,391.14	28,958.96
203	27,227.90	27,772.45	28,327.90	28,894.46	29,472.35	30,061.80	30,663.03
204	28,958.96	29,538.14	30,128.90	30,731.48	31,346.11	31,973.03	32,612.49
205	30,663.03	31,276.29	31,901.82	32,539.86	33,190.65	33,854.47	34,531.56
206	32,612.49	33,264.74	33,930.04	34,608.64	35,300.81	36,006.83	36,726.97
207	34,531.56	35,222.19	35,926.63	36,645.16	37,378.07	38,125.63	38,888.14
208	36,726.97	37,461.50	38,210.73	38,974.95	39,754.45	40,549.54	41,360.53
209	38,888.14	39,665.90	40,459.22	41,268.41	42,093.77	42,935.65	43,794.36
210	41,360.53	42,187.74	43,031.49	43,892.12	44,769.97	45,665.36	46,578.67
211	43,794.36	44,670.25	45,563.65	46,474.93	47,404.43	48,352.51	49,319.56
212	47,493.81	49,220.75	50,992.69	52,800.52	54,637.10	56,506.08	58,409.09
213	52,886.55	54,831.24	56,854.39	58,959.23	61,149.08	63,427.37	65,797.65

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1993

TABELA XIX

ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA
PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS

PLANO 3

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
301	21,518.60	22,379.35	23,274.52	24,205.50	25,173.72	26,180.67	27,227.90
302	25,387.65	25,895.40	26,413.31	26,941.57	27,480.40	28,030.01	28,590.61
303	27,227.90	27,677.16	28,133.83	28,598.04	29,069.90	29,549.56	30,037.13
304	28,590.61	29,062.36	29,541.89	30,029.33	30,524.81	31,028.47	31,540.44
305	30,037.13	30,532.74	31,036.53	31,548.63	32,069.18	32,598.33	33,136.20
306	31,540.44	32,060.86	32,589.86	33,127.60	33,674.20	34,229.83	34,794.62
307	33,136.20	33,682.95	34,238.71	34,803.65	35,377.91	35,961.65	36,555.02
308	34,794.62	35,368.73	35,952.31	36,545.53	37,148.53	37,761.48	38,384.54
309	36,555.02	37,158.17	37,771.28	38,394.51	39,028.02	39,671.98	40,326.57
310	38,384.54	39,017.89	39,661.68	40,316.10	40,880.52	41,452.85	42,044.10
311	40,326.57	41,254.08	42,202.92	43,215.79	44,252.97	45,315.04	46,370.57
312	42,044.10	43,433.97	44,875.45	46,370.70	47,921.80	49,560.73	51,201.19
313	46,370.57	47,921.29	49,529.64	51,197.81	52,928.02	54,739.26	56,583.05

ANEXO II
QUADRO DA POLICIA MILITAR
VIGENCIA: SETEMBRO DE 1973

POSTO OU GRADUACAO	S O L D O
CORONEL	52,594.16
TENENTE-CORONEL	47,334.73
MAJOR	44,743.25
CAPITAO	37,304.96
10. TENENTE	32,942.06
20. TENENTE	28,541.31
ASP. A OFICIAL	23,756.09
SUBTENENTE	15,431.54
10. SARGENTO	14,659.96
20. SARGENTO	14,288.47
30. SARGENTO	13,491.18
CABO	12,743.36
SOLDADO 1a. CLASSE	12,329.62
SOLDADO 2A. CLAS	10,171.97
ALUNO DE 30. AND	15,172.46
ALUNO DE 20. AND	13,427.64
ALUNO DE 10. AND	12,669.00

TABELA XX

TABELA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROCURADOR DE 1a. CLASSE	65,230.67
PROCURADOR DE 2a. CLASSE	61,034.55
PROCURADOR DE 3a. CLASSE	54,931.09
PROCURADOR DE 4a. CLASSE	49,437.98
PROCURADOR DE 5a. CLASSE	44,494.19

TABELA XXI

TABELA DE DELEGADO DE POLICIA

DELEGADO DE 1a. CLASSE	61,034.55
DELEGADO DE 2a. CLASSE	54,931.09
DELEGADO DE 3a. CLASSE	49,437.98
DELEGADO DE 4a. CLASSE	44,494.19

ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES DO ESCALONAMENTO HIERARQUICO

TABELA I - FUNÇÃO DE NÍVEL DE APERFEIÇOAMENTO SUPERIOR

POSTO
CORONEL
TENENTE CORONEL
MAJOR

TABELA II - FUNÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

POSTO
CAPITÃO
PRIMEIRO TENENTE
SEGUNDO TENENTE
ASPIRANTE A OFICIAL

TABELA III - FUNÇÃO DE NÍVEL ACADÊMICO

GRADUAÇÃO
ALUNO DO TERCEIRO ANO
ALUNO DO SEGUNDO ANO
ALUNO DO PRIMEIRO ANO

TABELA IV - FUNÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO

GRADUAÇÃO
SUBTENENTE
PRIMEIRO SARGENTO
SEGUNDO SARGENTO
TERCEIRO SARGENTO

TABELA V - FUNÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

GRADUAÇÃO
CABO
SOLDADO DE PRIMEIRA CLASSE
SOLDADO DE SEGUNDA CLASSE

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os n.ºs DTL/SAT/257 e 258/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

112/93: De autoria do Deputado Edson Silva Lino que, autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Apoio à Criação, Implantação e Manutenção das Casas Familiares Rurais", nos Municípios agrícolas, em todo Território do Paraná, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.442. **Anote-se - Arquive-se.**

302/93: De autoria do Deputado Nilton Barbosa que, doa o terreno - lote urbano sob n.º 2 (dois) da Quadra n.º 181 (cento e oitenta e um) ao Município de Francisco Beltrão, para construção de próprios públicos, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.443. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o n.º DTL/SAT/259/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n.º 208/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
GABINETE

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Anteprojeto de Lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão da Administração Superior do Ministério Público, a partir de 1.º de setembro de 1993.

Visa também o presente Anteprojeto adequar a função específica de Motorista, integrante do cargo de Agente de Serviços Gerais, alterando-se o para o cargo de Motorista e compondo-o ao Grupo Ocupacional Administrativo.

No ensejo desta oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e apreço, a par de minha consideração pessoal.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LUIZ CARLOS DELÁZARI
Procurador Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam, a partir de 1.º de setembro de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo I desta Lei.

Art. 2.º - Ficam também reajustados os valores das Gratificações de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção da verificada nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3.º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para CR\$ 101,54 (cento e um cruzeiros reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 4.º - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para CR\$ 789,73 (setecentos e oitenta e nove cruzeiros reais e setenta e três centavos).

Art. 5.º - O cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com função específica de Motorista, integrante do Grupo Ocupacional Operacional de que trata a Lei n.º 10.125, de 29 de outubro de 1992, passa a compor o Grupo Ocupacional Administrativo, com a denominação de Motorista, na forma do Anexo II desta Lei.

§ 1.º - O enquadramento dos servidores ativos a que se refere o caput deste artigo, far-se-á na mesma referência anteriormente percebida, observada a correspondência dos respectivos níveis.

§ 2.º - O enquadramento dos servidores inativos a que se refere o caput deste artigo, far-se-á na mesma referência em que se deu a aposentadoria, observada a correspondência dos respectivos níveis.

Art. 6.º - Os valores constantes da Tabela I do Anexo I desta Lei, absorvem, incorporam e extinguem o abono provisório de que trata a Lei n.º 9.143, de 15 de dezembro de 1989.

Art. 7.º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrá à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 8.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela previstos, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TABELA I

VIGÊNCIA: SETEMBRO DE 1993

TABELA DE VENCIMENTOS

NIV/REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
1	68.884,45	71.639,87	74.585,46	77.485,68	80.585,11	83.848,51	87.160,86	90.647,29	94.273,18	98.044,11	101.965,87
2	62.611,45	65.113,91	67.720,54	70.429,37	73.246,54	76.176,40	79.223,46	82.392,40	85.688,09	89.115,62	92.680,24
3	56.965,67	59.186,06	61.553,50	64.015,64	66.576,26	69.239,32	72.006,89	74.889,24	77.884,81	81.000,21	84.240,21
4	51.726,11	53.795,15	55.946,96	58.184,84	60.512,23	62.932,72	65.450,03	68.068,03	70.790,75	73.622,36	76.567,26
5	32.996,51	34.316,37	35.689,02	37.116,58	38.601,25	40.145,30	41.751,11	43.421,15	45.158,00	46.964,32	48.842,89
6	27.126,72	28.205,55	29.333,78	30.507,13	31.727,41	32.996,51	34.316,37	35.689,02	37.116,58	38.601,25	40.145,30
7	22.291,26	23.182,91	24.116,23	25.074,63	26.077,62	27.120,72	28.205,55	29.333,78	30.507,13	31.727,41	32.996,51
8	18.321,79	19.054,66	19.816,85	20.609,52	21.433,90	22.291,26	23.182,91	24.116,23	25.074,63	26.077,62	27.120,72
9	27.269,83	28.366,63	29.495,05	30.674,85	31.901,85	33.177,92	34.505,04	35.885,24	37.320,65	38.813,47	40.366,01
10	22.413,81	23.316,37	24.242,78	25.212,49	26.226,99	27.269,83	28.366,63	29.495,05	30.674,85	31.901,85	33.177,92
11	18.422,52	19.155,42	19.923,80	20.722,63	21.551,74	22.413,81	23.316,37	24.242,78	25.212,49	26.226,99	27.269,83
12	15.141,97	15.747,65	16.377,55	17.032,66	17.713,96	18.422,52	19.155,42	19.923,80	20.722,63	21.551,74	22.413,81
13	22.537,06	23.436,54	24.376,09	25.351,13	26.365,17	27.419,78	28.516,57	29.657,23	30.843,52	32.077,27	33.360,36
14	16.523,82	17.264,77	18.035,37	18.836,78	19.670,25	20.537,06	21.436,54	22.376,09	23.351,13	24.365,17	25.419,78
15	15.225,23	15.834,24	16.467,61	17.126,31	17.811,37	18.523,82	19.264,77	20.035,37	20.836,78	21.670,25	22.537,06
16	12.514,03	13.014,56	13.535,17	14.076,58	14.639,65	15.225,23	15.834,24	16.467,61	17.126,31	17.811,37	18.523,82

ANEXO I

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

TABELA II

VIG: 09/93

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1.....	44.024,06
SIMBOLO DAS-3.....	36.212,15
SIMBOLO DAS-5.....	28.319,82

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	18.275,96
SIMBOLO 3-C.....	15.380,96
SIMBOLO 9-C.....	10.562,15

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F.....	1.066,79
SIMBOLO 2-F.....	967,29
SIMBOLO 3-F.....	898,66
SIMBOLO 4-F.....	642,21
SIMBOLO 5-F.....	586,91

SITUAÇÃO ANTERIOR						SITUAÇÃO NOVA					
Grupo Ocupacional	Denominação do Cargo	Nível	Ref.	Nº de Cargos	Grupo Ocupacional	Denominação do Cargo	Nível	Ref.	Nº de cargos		
TÉCNICO SUPERIOR	Técnico Superior	01 / 04	A/L	40	TÉCNICO SUPERIOR	Técnico Superior	01 / 04	A/L	40		
AUXILIAR TÉCNICO	Auxiliar Técnico	05 / 08	A/L	75	AUXILIAR TÉCNICO	Auxiliar Técnico	05 / 08	A/L	75		
ADMINISTRATIVO	Auxiliar Administrativo	09 / 12	A/L	70	ADMINISTRATIVO	Auxiliar Administrativo Motorista	09 / 12	A/L	70	07	
OPERACIONAL	Agente de Serviços Gerais	13 / 16	A/L	26	OPERACIONAL	Agente de Serviços Gerais	13 / 16	A/L	19		
TOTAL					211	TOTAL					211

624/93.

Curitiba, 20 de setembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a essa Augusta Assembléia Legislativa para encaminhar à sua douta apreciação o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajustamento de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela C.L.T., a partir de 1º de setembro de 1993, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) DES. RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de setembro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências,

Art. 1º - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos dos servidores ativos e inativos serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T. do Poder Judiciário, vigentes em julho de 1993, ficam a partir de 1º de setembro de 1993, reajustados na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Ficam também reajustados a

a partir de 1º de setembro de 1993, no mesmo percentual dos valores dos níveis de vencimentos constantes das tabelas de que trata o artigo 1º desta Lei, os valores das gratificações de produtividade.

Art. 3º - Os valores dos vencimentos relativos aos cargos em comissão e funções gratificadas ficam reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo II da presente Lei.

Art. 4º - Ficam, também, reajustados os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, na mesma proporção dos reajustes dos valores de que tratam as tabelas do artigo anterior.

Parágrafo Único - As gratificações previstas no Decreto nº 4.905 de 12 de março de 1982 e que não encontram correspondência nas referidas no "caput" deste artigo, ficam reajustadas pela menor proporção aplicada nas Tabelas do Anexo II.

Art. 5º - O valor do salário família por dependente legal fica fixado em CR\$ 101,54 (cento e um cruzeiros reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1993, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O I

T A B E L A I
CARGOS EFETIVOS

NIVEL	VALOR
1	26.247,75
2	24.672,77
3	23.098,02
4	21.523,02
5	19.948,46
6	19.280,33
7	17.941,73
8	13.761,95
9	12.471,57
10	11.181,75
11	9.890,94
12	8.600,97

T A B E L A II
ASSESSORES JURÍDICOS
CARGOS EFETIVOS

CLASSE	VALOR
I	34.615,26
II	32.564,78
III	30.461,28

T A B E L A III
SERVENTIA DA JUSTIÇA (Lei nº 10.237/92)

NIVEL	VALOR
1	39.371,02
2	37.008,62
3	34.646,58
4	32.284,17
5	29.922,27
6	28.920,12
7	26.912,16
8	19.572,29
9	17.737,05
10	15.902,66
11	12.114,16
12	11.387,26
13	10.660,46

T A B E L A IV
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NIVEL	VALOR
1	38.892,26
2	35.353,97
3	32.138,49
4	29.215,85
5	26.560,56
6	22.134,78
7	18.445,60
8	15.612,00
9	13.010,43
10	11.311,72
11	9.836,78
12	9.264,02

TABELA V
TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO
TABELA DO PESSOAL C.L.T. TEMPORÁRIO
TRIBUNAL DE ALÇADA

NIVEL	VALOR
1	29.189,30
2	27.798,80
3	26.475,75
4	25.214,78
5	24.013,96
6	23.084,60
7	21.659,28
8	20.186,42
9	19.686,15
10	17.896,41
11	16.269,36

A N E X O II

T A B E L A I
CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO	VALOR
DAS-1	44.024,06
DAS-2	38.854,78
DAS-3	36.212,15
DAS-4	30.964,76
DAS-5	28.319,82

T A B E L A II
CARGOS EM COMISSÃO

SIMBOLO	VALOR
1-C	18.275,96
2-C	16.878,76
3-C	15.580,90
4-C	14.391,74
5-C	13.528,23
6-C	12.716,54

T A B E L A III
FUNÇÕES GRATIFICADAS

SIMBOLO	VALOR
1-F	1.068,79
2-F	907,29
3-F	800,06
4-F	642,21
5-F	586,91

Of. n° 1679/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em setembro de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) RAFAEL IATAURO - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - As tabelas de vencimentos do cargo Isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2° - Ficam, também, reajustados os valores da Gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3° - Ficam, ainda, reajustados o

valor da Gratificação de que trata o Decreto n° 2.966, de 24 de julho de 1980, para Cr\$ 2.449,10 (dois mil, quatrocentos e quarenta e nove cruzeiros reais, dez centavos), o valor da Gratificação de Produtividade, para Cr\$ 789,73 (setecentos e oitenta e nove cruzeiros reais, setenta e três centavos) e o valor do Salário Família, por dependente legal, para Cr\$ 101,54 (cento e um cruzeiros reais, cinquenta e quatro centavos).

Art. 4° - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1° de setembro de 1993.

ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em Comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 1° de setembro de 1993.

ANEXO ÚNICO

TABELA I e II

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em Comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 1° de setembro de 1993.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

MÊS: SETEMBRO/93

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	50.814,57	51.338,43	51.862,29	52.386,15
2	36.758,25	37.137,20	37.516,15	37.895,10
3	35.242,44	35.621,39	36.000,35	36.379,30
4	33.726,64	34.105,59	34.484,54	34.863,49
5	32.210,84	32.589,79	32.968,74	33.347,69
6	30.695,03	31.073,98	31.452,93	31.831,88
7	29.179,23	29.558,18	29.937,13	30.316,08
8	27.663,42	28.042,37	28.421,33	28.800,28
9	26.147,62	26.526,57	26.905,52	27.284,47
10	24.631,82	25.010,77	25.389,72	25.768,67
11	23.116,01	23.494,96	23.873,91	24.252,86

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	44.024,06
SÍMBOLO DAS-2	38.854,78
SÍMBOLO DAS-3	36.212,15
SÍMBOLO DAS-4	30.964,76
SÍMBOLO DAS-5	28.319,82

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	18.275,96
SÍMBOLO 2-C	16.878,76
SÍMBOLO 3-C	15.580,90

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	1.068,79
SÍMBOLO 2-F	907,29
SÍMBOLO 3-F	800,06
SÍMBOLO 4-F	642,21
SÍMBOLO 5-F	586,91
SÍMBOLO 6-F	479,10
SÍMBOLO 7-F	372,02

Of. N° 1681/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, em setembro de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) RAFAEL IATAURO - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Os níveis de vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, ativos e inativos, ficam reajustados em 20% (vinte por cento), a partir de 1° de setembro de 1.993.

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as demais disposições constantes da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Indicações:**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder do P.D.T. na Assembleia Legislativa do Paraná, venho indicar o Deputado (a) Emilia Belinati para participar da Comissão Especial para Averiguação da Situação da Casa do Estudante

Universitário do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) PAULO MAIA

Líder do P.D.T.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder do P.T. - Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa do Paraná, venho indicar o Deputado Florisvaldo Fier para participar da Comissão Especial para Averiguação da Situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Líder do P.T.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder do Governo e do PMDB na Assembleia Legislativa do Paraná, venho indicar o Deputado Cleiton Kiesel para participar da Comissão Especial para Averiguação da Situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente e na condição de Líder INDICO o Senhor Deputado Antônio Anibelli para compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes a construção da Usina de Salto Caxias.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder do Governo e do PMDB na Assembléia Legislativa do Paraná, venho indicar o Deputado Luiz Henrique Bona Turra para participar da Comissão Especial para Averiguação da Situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder do Partido Progressista na Assembléia Legislativa do Paraná, venho indicar o Deputado José Arthur Ritti para participar da Comissão Especial para Averiguação da Situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder do Partido Progressista

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder do Partido Progressista na Assembléia Legislativa do Paraná, venho indicar o Deputado Neivo Beraldin para participar da Comissão Especial para Averiguação da Situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder do Partido Progressista

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder do P.T.B. na Assembléia Legislativa do Paraná, venho indicar os Deputados Mário Bezerra e Ademar Traiano para participar da Comissão Especial para Averiguação da Situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do P.T.B.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder do P.F.L. na Assembléia Legislativa do Paraná, venho indicar o Deputado Plauto Miró Guimarães para participar da Comissão Especial para Averiguação da Situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 21.09.93

Através do presente e na condição de Líder INDICO o Senhor Deputado Ovídio Constantino para compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes a construção da Usina de Salto Caxias.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Líder do PT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente e na condição de Líder INDICO o Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra para compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes a construção da Usina de Salto Caxias.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente e na condição de Líder INDICO o Senhor Deputado Ademar Luiz Traiano para compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes a construção da Usina de Salto Caxias.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente e na condição de Líder INDICO o Senhor Deputado Duílio Genari para compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes a construção da Usina de Salto Caxias.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente e na condição de Líder INDICO o Senhor Deputado Namir Piacentini para compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes a construção da Usina de Salto Caxias.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) PAULO MAIA

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente e na condição de Líder INDICO o Senhor Deputado Nereu Moura para compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes a construção da Usina de Salto Caxias.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder do Partido Progressista

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 497/93 que solicita a execução de projetos técnicos e obras de execução do edifício-sede da Casa Latino-Americana (CASLA).

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 3504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 386/93 que altera e acresce a Lei instituidora do ICMS.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 3505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 097/93 que veda a instauração de sindicância policial e procedimentos similares como preliminar de inquérito policial.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 3506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 480/93 que institui o Programa de Crédito Educativo.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 3507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 478/93 que dispõe sobre o depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 3508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Ple-

nário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o(s) Projeto(s) de Lei n° 483/93, Mens. n° 051/93; 493/93, Mens. n° 053/93; 494/93, Mens. n° 054/93; todos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência para votação do Projeto de Lei n° 490/93, de minha autoria, que declara de Utilidade Pública o Instituto Educacional Duque de Caxias, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 3571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Destaque na votação e discussão da Proposição n° 041/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Ernani Pudell

REQUERIMENTO N° 3572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Votação em Bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 3473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3583

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário a retirada por 10 sessões do Projeto de Lei n° 230/92 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Renato Adur

REQUERIMENTO N° 3525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário a ratificação no número de membros da Comissão Especial, para acompanhar as ações pertinentes à construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, de 05 (cinco) para 07 (sete) membros conforme requerimento aprovado em 14 de setembro de 1993.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Luiz Henrique Bona Turra e Nereu Alves de Moura.

REQUERIMENTO N° 3568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a douta Comissão Executiva determine a data de 05 de novembro do corrente ano para a outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista Verdelirio Aparecido Barbosa, conforme a Lei n° 10309 de 07 de junho de 1993.

Requer ainda, autorização para que a cerimonia seja realizada na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 3573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação do Presidente do Conselho Curador do Fundo de Previdência do Estado para prestar esclarecimentos sobre as declarações do Senhor Deputado Estadual Renato Adur no programa "Bom Dia Paraná", datado de 21 de setembro de 1993.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Na entrevista do Senhor Deputado Estadual Renato Adur, nesta data, quando interpelado sobre as razões da proposta do Senhor Governador em extinguir o "Fundão", este alegou que os motivos estariam ligados à perspectiva de prejuízo futuro, em decorrência de reivindicações abusivas dos membros do Conselho Curador concernentes a pagamento de jetons, estrutura administrativa, contratação de pessoal, entre outras, o que oneraria sobremaneira o capital do "Fundão". Assim este Poder antes de discutir e votar a matéria, carece de novos esclarecimentos sobre estes fatos.

Neste sentido o requerimento em questão sugere a convocação do Senhor Presidente do Conselho Curador.

REQUERIMENTO N° 3543

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Dionízio Wisniewski, ocorrido dia 30 de agosto, em Ponta Grossa.

O extinto era uma pessoa de grande amizade e estima perante os ponta-grossenses e com certeza deixará muitas saudades. Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à família enlutada, sita à Rua Amazonas - 215, Vila Estrela em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3551

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Leontamir Sérgio da Cruz, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades em todos que o conheciam. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3552

Senhor Presidente.

Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Antonia Caverna Esquina, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida por seus familiares e amigos, deixando muitas saudades em todos que a conheciam. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3553

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo fale-

cimento do Sr. Valdomiro Marques, aos 58 anos de vida, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades em todos que o conheciam. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3555

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Soberano Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Genésio Alberton, deixando viúva a Senhora Ana Irene Goedert Alberton e 3 (três) filhos.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Alice Redizo da Silva, deixando viúvo o Senhor Samuel da Silva.

Requer ainda que da decisão seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Valtér Aparecido da Silva, deixando viúva a Senhora Cleomar Rother da Silva.

Requer ainda que da decisão seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais; REQUER, após ouvido o plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar à Dona Zilda Oliveira Benetti, tradicional professora do Colégio Cristo Rei de Jacarezinho-Pr.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO N° 3475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja inserido voto de congratulações pelo Jubileu

de Ouro do "Hospital Santa Casa de Londrina".

Nada sintetiza melhor a efeméride do que o contido no convite para inauguração do Centro de Doenças Circulatórias do Hospital, que diz:

"São 50 anos de história, pioneiríssimo e sobretudo de amor à vida".

O Hospital da Santa Casa de Londrina é um orgulho para a gente da região Norte do Paraná que lhe é grata.

Por isso tudo, este voto, que requeiro seja comunicado àquela Provedoria.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 3476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, seja consignado em Ata da presente Sessão votos de congratulações e regozijo pela abertura do ano de jubileu de ouro do funcionamento do Hospital Santa Casa de Londrina, hoje, dia 20 de setembro de 1993, expressões essas que atribui à Diretoria, o Corpo Médico e a todos os funcionários do Hospital.

Na magna data em que se inicia a abertura do Jubileu de Ouro do funcionamento do Hospital Santa Casa de Londrina, este parlamentar não poderia deixar de parabenizar a todos que de uma maneira ou de outra, contribuíram nesses 50 anos de história, pioneirismo e sobretudo amor à vida, para ofertarem à população, não só do Paraná; como de todo o Brasil um serviço médico humano, moderno e competente.

Agora, comemorando seu Jubileu de Ouro, além de presentear a população com a inauguração do Centro de Doenças Circulatórias, com destaque para o Laboratório de Hemodinâmica Intervencionista, também lançará o serviço de Atendimento Emergencial Pré-Hospitalar (U.T.I. Móvel).

Parabéns Londrina!

Da decisão do Plenário, requer, ainda seja dado ciência à Direção do Hospital Santa Casa de Londrina.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 3479

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações a Cooperativa Agrícola Batavo de Castro, por ter conseguido o melhor desempenho no setor agropecuário a nível nacional, no ano de 92.

A pesquisa Melhores e Maiores, realizada anualmente, foi a fonte para que isso fosse verificado. A pesquisa analisa 31

setores, mostrando a melhor e a maior empresa do ano em questão.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a Cooperativa, em nome de seus diretores e funcionários, a Av. Pioneiros - s/n°, Carambeí-Castro.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3481

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações ao Locutor Acir Alves de Oliveira, por ter superado o recorde de permanência no ar, ficando 105 horas desempenhando sua função.

Requer também um voto de congratulações a recepcionista Maria Lúcia Martins, que num ato de companheirismo ao locutor ficou as 105 horas no desempenho de sua função, conseguindo assim ser a 1ª mulher a enfrentar essa jornada de trabalho.

Tanto o locutor como a recepcionista são funcionários da Rádio Lagoa Dourada e Tropical FM, da cidade de Ponta Grossa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao locutor, a recepcionista, aos diretores, funcionários e proprietários da Lagoa Dourada e Tropical FM, à Rua Santa'Ana - 162, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3489

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de agradecimento e congratulações ao Excelentíssimo Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA pela autorização da conclusão de obras do contorno Sul de Rolândia.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Contorno Sul de Rolândia completa a duplicação Londrina Maringá, importantíssima para a Região Norte.

A decisão do Excelentíssimo Senhor Governador é de importância máxima, pois mesmo não constando de prioridade de seu governo, sua Excelência se sensibilizou e reconheceu a necessidade da conclusão desta importante obra para o Paraná, demonstrando assim sua preocupação em melhorar a qualidade de vida do paranaense e a busca incansável de tornar o Paraná um Estado de progresso e de exemplo para o País.

REQUERIMENTO N° 3493

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 21.09.93

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Primeira Igreja Batista da cidade de Paranaguá, pelos 90 anos de atividades.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

No desenvolvimento da cidade de Paranaguá, tem sido de grande utilidade, o trabalho realizado pelos integrantes da Primeira Igreja Batista, cuja ação cristã influi no aprimoramento das famílias, e todos contribuíram de forma positiva nesses anos todos.

Em diferentes atividades profissionais, mas identificados com a realidade daquela tricentenária cidade, os membros dessa entidade religiosa sempre conquistaram a simpatia e admiração, conciliando com o respeito de todos os integrantes da Comunidade Parnanguara.

Dentro dos preceitos bíblicos e utilizando-se da frase: "Edificando uma Igreja viva, para um Deus Vivo", à Primeira Igreja Batista de Paranaguá, ao completar 90 anos de organização, merece o nosso mais profundo voto de congratulações, o que solicitamos seja enviado para o Pastor Izaías Kerino, da Primeira Igreja Batista, à Rua Professor Cleto Viana, s/n° CEP: 83203-240 - Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 3512

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após o douto e soberano Plenário, seja enviado voto de congratulações às autoridades constituídas do Município de Rebouças-Pr, pela passagem, nesta terça-feira, dia 21 de setembro, dos seus 63 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3514

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Distrito 473.0 do Rotary Club, pelo desenvolvimento da campanha Probus Club.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Englobando Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba, entre outras localidades paranaenses, o Distrito 473.0 do Rotary Club está lançando a campanha Probus Club, destinada a pessoas na faixa etária entre 60 e 65 anos, de ambos os sexos e visa ao desenvolvimento de atividades cul-

turais e intelectuais dos participantes.

O objetivo é evitar que continue ocorrendo o desperdício intelectual dessas pessoas que, quando atingem essa faixa de idade, estão prestes a se aposentar ou já estão aposentadas, sendo colocadas à margem da sociedade.

A campanha Probus Club existe desde 1965 nos Estados Unidos e em outros países do mundo.

O Rotary escolheu Curitiba para lançá-la no Brasil. O programa Probus Club está sendo coordenado pelo Presidente da Comissão Distrital de desenvolvimento humano, Carlos Augusto Colonesse Pinto e tem a maior importância para a nossa sociedade.

Por mais este valioso serviço prestado pelo tradicional Rotary Club é que requeremos a formulação do presente voto de congratulações.

REQUERIMENTO N° 3515

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo voto de congratulações aos doutores Denise Martins Arruda e Mário Rau, empossados como novos juizes do Tribunal de Alçada do Paraná.

Que do teor do presente dê-se ciência, também, ao presidente daquela Corte de Justiça.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Segunda mulher a chegar a um tribunal superior do Paraná, a Doutora Denise Martins Arruda é natural de Guarapuava, tendo dedicado 27 anos à magistratura, desde que foi nomeada, em janeiro de 1966 como juíza substituta para a seção judiciária de Jacarezinho.

O Doutor Mário Rau é natural de Jaraguá do Sul-SC, havendo ingressado na magistratura como juiz substituto da seção judiciária de Paranavaí. Tem 25 anos de magistratura e nessa condição, assim como a Doutora Denise, exerceu a titularidade de diversas comarcas no nosso Estado.

A investidura dos dois magistrados, na elevada função de Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná é o reconhecimento da vasta folha de serviços prestada por cada um deles à Justiça do Paraná, e à dedicação, carinho e competência com que desempenharam as funções que lhe foram confiadas.

Diante disso, não poderia o Poder Legislativo deixar de associar-se às manifestações que estão sendo endereçadas aos dois novos juizes do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3516

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à Doutora Noely Manfredini d'Almeida, pelo lançamento da obra "Em duplo estigma: o menor dos moleques do Brasil".

Requer, outrossim, que do presente dê-se ciência à Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, ao Secretário de Estado de Justiça, ao Governador do Estado do Paraná, ao Secretário de Estado da Saúde e a todos os Senhores Deputados Estaduais e Federais pelo Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Advogada especializada em Direito Penitenciário, Noely Manfredini d'Almeida outra vez nos apresenta uma obra da maior importância. "Em duplo estigma: o menor dos moleques do Brasil" é um livro que expõe a dura realidade do "menor dos moleques" porque, na opinião da autora, "se aqui fora a molecagem não é cobrada dos colarinhos brancos, como se há de cobrá-la intramuros?"

O livro relata a mobilização e a fibra das mães e mulheres dos reclusos que, diante da inércia das autoridades, passam a cuidar deles com receitas caseiras, na tentativa de proporcionar, no mundo das sombras, a volta ao estado de saúde de seus filhos e companheiros. Essas receitas têm sido tão eficazes e fizeram tanto sucesso que foram reunidas pela Autora em um livrete, intitulado "Essas mães maravilhosas e suas poções mágicas", que hoje faz parte do acervo da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América do Norte, com sede em Washington.

O novo livro de Noely é uma obra pioneira, polêmica, contundente ao denunciar a falta de dignidade no atendimento ao preso aidético. No Brasil, 120.000 mães já se agitam no anonimato em luta pelos seus filhos presos. Maravilhosas mulheres que, por enquanto, não se aperceberam da força que têm. Por enquanto... é o que diz a própria autora.

Noely Manfredini é uma mulher corajosa. Advogada, poderia ter seguido tantos campos da ciência do direito que lhe seriam mais rentáveis, mas preferiu dedicar-se à questão penitenciária. Por isso é uma denunciante. Ninguém, em sã consciência, pode abordar a realidade penitenciária brasileira sem assumir uma posição francamente crítica. Assim faz Noely Manfredini.

E o faz muito bem, da forma peculiar como já ficou reconhecida nos seus trabalhos anteriores. Por isso, pelo aspecto

relevante que assume essa pesquisa publicada por Noely, é que recomendamos o seu livro a todas as autoridades realmente preocupadas com a grave questão penitenciária em seus mais diversos aspectos. Obra indispensável às bibliotecas dessas autoridades, "Em duplo estigma: o menor dos moleques do Brasil" é antes de tudo uma denúncia, alerta de um problema que merece atenção e solução.

Por isso pedimos que seja formulado um voto de congratulações ao trabalho da doutora Noely Manfredini e seja distribuída cópia do presente às autoridades supramencionadas.

REQUERIMENTO N° 3523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, a inserção na Ata da presente sessão de um voto de congratulações pelo transcurso do 55° aniversário da Metalúrgica Schiffer, comemorados neste mês de setembro.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência, aos diretores e funcionários da Empresa, no seguinte endereço: Av. Ernesto Vilela, 1755 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Metalúrgica Schiffer é uma das mais tradicionais empresas do Paraná. Seu trabalho orgulha Ponta Grossa e a progressista região dos Campos Gerais. Foi criada em 1938 pelos Srs. Felinto e Conrado Schiffer. Com menos de 10 anos de funcionamento já absorvia 40 funcionários. Hoje são mais de 600 empregos diretos, para uma produção de cerca de 300 tipos diferentes de equipamentos. E a empresa não pára de crescer. Investe em novas unidades fabris. A Schiffer produz equipamentos dos mais simples aos mais sofisticados, com controle de precisão eletrônico. E o excelente padrão de seus serviços, graças também a uma mão-de-obra responsável e qualificada, garante a exportação de seus produtos aos mercados mais exigentes do mundo.

REQUERIMENTO N° 3542

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação pela fundação da Academia de Letras e Artes de Ponta Grossa.

A Academia foi fundada visando o conagraçamento e a união de todos no desenvolvimento e na propagação da Arte em geral e a valorização da cultura em todos os seus segmentos.

Curitiba, terça, em 21.09.93

Após apreciados e aprovados os estatutos, foi eleita presidente a Sra. Sônia Maria Ditzel Martelo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Academia, em nome de sua presidente e demais membros da diretoria, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3544

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Prefeito Municipal de Palmeira, Sr. Altamir Sanson, pela iniciativa do Bingão de Palmeira.

O Bingão de Palmeira, foi feito para tentar arrecadar mais ICMS para o Município. A Prefeitura distribuiu 120 mil cupons, que eram trocados por notas fiscais emitidas por empresas da cidade.

O evento levou cerca de 8 mil pessoas ao Estádio Municipal, onde foi realizado sorteio. O prêmio maior foi um Gol 1000 zero km, ainda foram sorteados mais 20 prêmios.

O sucesso desta promoção foi tanto que está estimulando outros prefeitos da região e também de Santa Catarina.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Sr. Altamir Sanson, Prefeito Municipal de Palmeira.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações ao SENAI, que comemora seus 50 anos de formação no Paraná.

O SENAI é um órgão responsável pela formação profissional de muitas pessoas, que lá aprendem a trabalhar honestamente, oferecendo no futuro um serviço qualificado e seguro.

Requer ainda, que a decisão da Casa, seja dada ciência ao SENAI, em nome do Diretor Geral no Paraná, e em nome do Diretor Regional de Ponta Grossa, bem como aos demais membros da diretoria e funcionários.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação de votos de congra-

tulações, pelo transcurso do aniversário de emancipação política do Município de Cambará, nesta data.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e aos Senhores Vereadores.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 3581

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, voto de congratulações pela passagem, nesta data, do Dia do Radialista.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Sindicato dos Radialistas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É sempre gratificante destacar a importância social e política do exercício da profissão do radialista, que em sua nobre missão de informar com correção todos os acontecimentos, conotando-os de acordo com as normas éticas e veracidade dos fatos noticiados. Tem também papel de maior importância na nossa sociedade a atividade do radialista no entretenimento da população, através de programas das mais diversas naturezas, veiculados através do rádio.

O rádio, aliás, é dos mais potentes veículos de comunicação, levando a informação e o entretenimento aos pontos mais recônditos do nosso País. Esse mister, apenas é possível com a atividade profissional dos radialistas, que conseguem manter viva a história e a paixão popular pelo rádio brasileiro.

REQUERIMENTO N° 3582

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder voto de congratulações pela passagem, nesta data, do Dia do Idoso.

Que do teor do presente, dê-se ciência à Associação Paranaense dos Idosos.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Uma das principais características dos países de primeiro mundo é a forma como tratam seus idosos. Onde há desenvolvimento verdadeiro no mundo, sustenta-se ele sobre uma forte política social comprometida com o futuro, através dos mais jo-

vens, e de profundo respeito por aqueles que, em idade mais avançada, já prestaram grandes serviços ao País.

O Brasil não aprendeu essa lição e sua Constituição chegou a merecer críticas na imprensa internacional, por ter que inserir no seu texto um dispositivo dizendo que é obrigação dos filhos respeitar pai e mãe.

Claro que a situação de marginalização de nossos idosos não será jamais modificada por decreto, por lei ou Constituição. Não se mudam hábitos, enraizados na tradição de nossa sociedade machista, através de diplomas legais.

REQUERIMENTO N° 3487

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor e muito aplauso à formalização da fundação e eleição da 1ª Diretoria do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná, tendo como Presidente: Abdo Aref Kudri; 1º Vice-Presidente: Francisco Cunha Pereira Filho; 2º Vice-Presidente: Paulo Cruz Pimentel; 3º Vice-Presidente: Antonio B. Macarini; 4º Vice-Presidente: Cícero Catani; 1º Secretário: Ubaldo Siqueira; 2º Secretário: Emir Sfair; 1º Tesoureiro: Alberto S. Paranhos; 2º Tesoureiro: Cândido Gomes Chagas.

Pedimos que a Casa registre o fato e comunique à Diretoria, esclarecendo que esta manifestação de júbilo e contentamento se estende a todos aqueles que ajudaram na concretização dessa importante entidade!

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a todos os funcionários e colaboradores do Hospital das Clínicas, da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Diariamente o Hospital das Clínicas, vem realizando um dos trabalhos mais produtivos do Brasil, no setor de Saúde Pública, recebendo em seus setores de emergência e de internamentos, pessoas vindas de Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, interior de São Paulo, Paraná e outras cidades brasileiras.

Em 1972, o HC realizou o seu primeiro

transplante de rim, vinte e um anos depois o mesmo procedimento já foi repetido mais de 500 vezes, e nesse período é também o responsável por uma série de transplantes de córneas, coração, fígado e pelo primeiro transplante de medula óssea do País, no ano de 1979, e na atualidade está registrado que esse nosocômio faz 500 transplantes de medula, sendo responsável por 60 por cento da demanda nacional, e um dos 16 serviços no mundo que realizam mais de 50 procedimentos por ano, e que tem como objetivo chegar a 110 transplantes anuais ou mesmo ultrapassar essa cota.

Segundo dados junto à coletividade médica, o fator básico que tem norteado a Direção dessa instituição hospitalar a investir nos procedimentos médicos-cirúrgicos mais complexos, e que exigem uma melhoria na qualidade dos serviços em geral, acabaram estimulando todas as atividades, existindo de parte do corpo funcional uma atividade rigorosa, inclusive um controle rígido da infecção hospitalar, foi um desafio vencido pelo tempo, e pela ajuda e colaboração dos funcionários de todos os níveis.

Uma das vocações do Hospital das Clínicas tem sido o atendimento aos pacientes com: respeito, dignidade e qualidade, e nesse sistema, registra-se a ação meritória, destemida, de todos que ali militam, onde cada um, independente de sua condição funcional, deixa um pouco de sua vida naquele hospital, que no decorrer dos anos tornou-se para milhares de pessoas a Tábua de Salvação, diante dos procedimentos que tem adotado.

Assim sendo, solicitamos um voto de louvor aos funcionários e colaboradores do Hospital das Clínicas, e que o fato seja comunicado ao Diretor daquela instituição Doutor Osmar Martins, à Rua General Carneiro, 181 - CEP: 80060-150, nesta Capital, e que o mesmo dê ciência a todos, esperando que continuem sempre assim, salvando vidas humanas.

Pedimos ainda que cópia desse pronunciamento seja enviado ao Presidente da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas, Ilustríssimo Senhor Elias Gonçalves da Luz, no seguinte endereço: Rua General Carneiro, 181 - Centro - CEP: 80060-150 - Nesta Capital, e ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Carlos Alberto Faraco, no seguinte endereço: Rua XV de Novembro, 1299 - Centro - CEP: 80060-000, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 3561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Conjunto Residencial

Curitiba, terça, em 21.09.93

Belmar, de Paranaguá, pela participação na Campanha de Combate a Fome, realizado entre os dias 26 a 28 de agosto, na Cidade de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O Conjunto moderno, quando é atuante, torna-se participativo e coerente, e mostra publicamente que as classes trabalhadoras estão em consonância com as realidades de cada cidade. Esse fato ocorreu recentemente em Paranaguá, quando houve a efetiva participação na Campanha de Combate a Fome o Conjunto Residencial Belmar, de Paranaguá, numa demonstração nítida do altruísmo reinante entre os moradores, e também da visão ampla que tem o seu Síndico, da Cidade e seus problemas comuns.

Não houve omissão, do Conjunto Residencial Belmar, atendeu os apelos de uma Campanha Comunitária, cujos resultados vão beneficiar centenas de pessoas cuja aflição maior é o "Pão de cada dia", que será amenizado com os resultados positivos da Campanha, onde foram arrecadados aproximadamente 07 toneladas de alimentos. Nesse sentido, solicitamos que seja enviado uma correspondência ao Conjunto Residencial Belmar e aos seus moradores, com o nosso voto de congratulações, pela participação na Campanha de Combate a Fome, no seguinte endereço: Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, s/n° - CEP: 83209-410 - Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 3483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, conforme solicitação formal do Colégio Estadual Santos Dumont da Cidade de Centenário do Sul, seja oficiada manifestação, desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à FUNDEPAR, com o objetivo de auxiliar esta instituição escolar para a aquisição de 1 (um) aparelho de TV; 1 (um) aparelho de Vídeo-Cassete; 1 (um) rádio-gravador e 1 (um) projetor de Slides-retro-projetor.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Santos Dumont, implementando suas estruturas para melhor atender aos seus alunos, necessita da doação de 1 (um) aparelho de TV e Vídeo, 1 (um) aparelho de rádio-gravador, 1 (um) projetor de Slides. É dever do Governo Estadual, criar condições para melhoria do ensino fundamental nas escolas da rede pública, viabilizando a aquisição dos aparelhos e multimeios tão necessários para fazer frente ao desenvolvimento e ao progresso exigidos para modernizar o sistema

REQUERIMENTO N° 3484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja enviado ofício ao Superintendente da FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando-lhe microscópio e máquinas de escrever, em benefício do Colégio Estadual João Paulo I, da Cidade de Bom Sucesso - Pr.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual João Paulo I necessita de aparelhos para equipar o seu laboratório, e o seu escritório modelo, com o microscópio, máquinas de escrever, para atender aos seus alunos que dependem desses equipamentos.

No entanto, o Colégio encontra-se na mais absoluta precariedade de recursos e impossibilitado de adquiri-los. É, pois, dever do Estado, através da FUNDEPAR, aparelhar e atender às necessidades básicas das escolas da rede pública, para que possam acompanhar a evolução e o conseqüente desenvolvimento que a sociedade requer.

REQUERIMENTO N° 3509

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Ilmo. Sr. Presidente da COPEL, solicitando informações sobre os critérios e tarifas que adota no lançamento pelo consumo de iluminação pública nos Municípios, assim como demonstrativo dos custos efetivos e da arrecadação, em cada Município, relativamente àqueles serviços, através da Casa Civil.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Temos ouvido, seguidamente, reclamos dos Srs. Prefeitos Municipais sobre as dificuldades financeiras que os têm assobrado, sobretudo nesta fase de recessão econômica porque transitamos.

Temos conhecimento de Municípios que já estão estudando a redução de sua iluminação pública para conter os gastos elevados que vêm comprometendo seus orçamentos.

Há de ser possível a conciliação dos interesses de nossas comunidades com aqueles da COPEL, que é concessionária da energia elétrica na quase totalidade de nosso Estado.

Levando-se em conta que os Municípios

não podem ser considerados como simples consumidores, porque seus gastos com iluminação pública se constituem em serviço público essencial, na medida em que é impensável sua eliminação, é preciso que tal consumo mereça tratamento diferenciado, com tarifas privilegiadas, até porque é fator de segurança pública a iluminação das vias públicas, o que importa dizer que, com ela, os Municípios contribuem para com um serviço que não é só deles, mas também do Estado.

Para formularmos proposição legislativa disciplinando a cobrança por aqueles serviços de energia elétrica precisamos conhecer exatamente como atualmente procede aquela concessionária. Daí a razão deste requerimento.

Em última instância, será necessário repensar-se a alíquota exagerada do ICMS que incide sobre aqueles serviços prestados aos Municípios, apesar de sua imunidade.

REQUERIMENTO N° 3524

Senhor Presidente.

O Parlamentar que firma o presente instrumento no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa seja oficiada a Superintendência do Banco do Brasil no Paraná, solicitando a abertura de uma agência da instituição no município de Nova Santa Rosa, neste Estado, em virtude das inúmeras solicitações apresentadas pela comunidade mencionada.

Requer, outrossim, se dê conhecimento da decisão da Casa à Associação Comercial e Industrial do Município, como também, ao Senhor Prefeito Municipal e Vice-Prefeito da mesma unidade municipal.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ÉLIO LINO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras razões justificam o nosso pedido, pois são constantes as solicitações dos moradores do município, em especial, dos agricultores que se resentem da presença do Banco do Brasil, que é hoje o grande financiador da economia agrícola nacional, para os recursos para a condução de suas lavouras.

Apelos de entidades também manifestam-se expressivamente para que a agência seja instalada, como bem relata a correspondência da Associação Comercial e Industrial de Nova Santa Rosa.

A presença do Banco do Brasil no município referido é necessária e urgente.

REQUERIMENTO N° 3569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de mensagem ao Senhor Edmundo

P. de Almeida Neto, Governador do Estado do Acre, solicitando apuração do episódio envolvendo a Polícia Militar que no dia 11 de agosto do corrente, feriu gravemente a vereadora Francisca Marinheiro.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A violência tem crescido de forma assustadora no país. Os inúmeros atos de violência, praticados por forças policiais ou não, contam com a ineficiência do poder público e a impunidade para se multiplicarem, ameaçando a segurança da população. O episódio envolvendo a Polícia Militar do Acre, quando a vereadora do Partido dos Trabalhadores, Francisca Marinheiro, foi gravemente ferida, no dia 11 de agosto, soma-se aos vários episódios violentos envolvendo a Polícia Militar.

Cabe, agora, ao Governo do Estado do Acre, agir com rigor na apuração das responsabilidades deste lamentável episódio e punir os culpados.

É imprescindível que a Polícia Militar tenha suas ações determinadas e controladas de forma democrática e postas a serviço da população.

Que seja dado conhecimento deste ao Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Branco e à referida Vereadora.

REQUERIMENTO N° 3474

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvida a Augusta Casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, para que seja consignado no orçamento da Secretaria - Departamento de Estradas de Rodagem - DER, dotação orçamentária no valor de CR\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros reais) para implantação e pavimentação da ligação rodoviária entre Bandeirantes (sede) e o Distrito de Nossa Senhora da Candelária, com 14,8 quilômetros, no mesmo município.

O projeto final de engenharia encontra-se elaborado e aprovado.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Estamos solicitando encaminhar expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira - Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes para que seja consignado no orçamento da Secretaria - Departamento de Estradas e Rodagem - DER, dotação orçamentária no valor de CR\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros reais) para implantação e pavimentação da ligação rodoviária entre Bandeirantes (sede) e o Distrito de Nossa Senhora da Candelária, com 14,8 quilômetros de extensão, no mesmo município.

Curitiba, terça, em 21.09.93

O projeto final de Engenharia encontra-se elaborado e aprovado.

É uma reivindicação antiga da comunidade bandeirantense representando para aquela região intercâmbio social, comercial, cultural entre seus vizinhos, concluindo o progresso caminhando em rodovia pavimentada.

É a justificativa.

REQUERIMENTO N° 3554

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua José Nadolni n° 90, localizada no bairro de Santa Cândida, no Município de Colombo, os quais solicitam que sejam executados melhoramentos nesta rua, bem como a colocação de saibro.

Pedem ainda, que seja realizada limpeza na valeta desta mesma rua, para que os moradores possam colocar as manilhas de que eles dispõem. Solicitam que o pedido seja atendido, uma vez que as manilhas só poderão ser colocadas com a valeta limpa.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Senhor José Moacir Favetti, solicitando viatura para a polícia de Telêmaco Borba.

Esta solicitação, é baseada no fato de que a cidade vem crescendo, o número de ocorrências aumentando, tornando assim necessário mais uma viatura para dar apoio aos policiais.

Se atendida esta solicitação, com certeza a população deste município ficará melhor protegida contra a violência.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente da República, Moção de Apoio deste Poder Legislativo Estadual a permanência do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira na pasta da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária, com o posterior envio de Expediente ao mesmo, para que ele seja informado da solidariedade dos paranaenses

e a maneira precisa e lúcida com que tem se conduzido no Governo Federal.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti

JUSTIFICATIVA:

A brilhante atuação do Sr. José Eduardo de Andrade Vieira frente ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo ratificou a sua competência e o seu espírito público perante a opinião pública nacional. A maneira lúcida e precisa com que tem se conduzido desde que assumiu referida pasta, tornou seu nome imprescindível para a afirmação da credibilidade do Governo Federal.

A atuação firme e decidida do Sr. José Eduardo de Andrade Vieira, além de ter gerado resultados extremamente positivos na balança comercial brasileira, entre outros, o habilitou para o exercício de mais uma pasta. Desta vez a competência do Ministro recomendou-o para a pasta da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária. A sua experiência na iniciativa privada fez deste ilustre paranaense um dos mais profundos conhecedores dos problemas que afligem a agricultura nacional, pasta da maior relevância para o nosso Estado, cuja vocação agrícola é indiscutível. Temos absoluta certeza que o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira será capaz de agir com seriedade na aplicação de projetos que frequentemente não saem do papel, causando irreparáveis prejuízos à Nação. O Ministro saberá conduzir a política que os agricultores brasileiros estão reclamando há muitos anos, evitando desperdícios e vencendo hostilidades dos grupos de interesse, habituados a jogar com cartas marcadas e em prejuízo dos mais relevantes interesses nacionais.

Assim sendo, tendo em vista a elogiável atuação do Ministro frente aos desafios que surgiram na sua caminhada pela vida pública, bem como sua franqueza de atitudes e sua disponibilidade para bem servir ao País, conclamamos os nobres Pares para que apoiem o presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 3490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Presidente do PROVOPAR - Ação Social/PR, solicitando a doação de móveis e equipamentos de escritório a serem utilizados em locais de atendimentos social da Prefeitura Municipal de Antonina-PR.

Os imóveis e equipamentos ora solicitados - conforme especificação abaixo -

são aqueles considerados dispensáveis pelo BANESTADO e, que certamente serão de grande utilidade em locais de atendimento social da Prefeitura, tais como: creches, centros de convivência para idosos, centros comunitários, etc.

- 02 (dois) arquivos;
- 02 (duas) escrivaninhas;
- 10 (dez) cadeiras;
- 02 (duas) máquinas de datilografia;
- 02 (duas) calculadoras.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 3491

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Presidente do PROVOPAR - Ação Social/PR, solicitando a doação de móveis e equipamentos de escritório a serem utilizados em locais de atendimentos social da Prefeitura Municipal de Mamborê-PR.

Os imóveis e equipamentos ora solicitados - conforme especificação abaixo - são aqueles considerados dispensáveis pelo BANESTADO e, que certamente serão de grande utilidade em locais de atendimento social da Prefeitura, tais como: creches, centros de convivência para idosos, centros comunitários, etc.

- 02 (dois) arquivos;
- 02 (duas) escrivaninhas;
- 10 (dez) cadeiras;
- 02 (duas) máquinas de datilografia;
- 02 (duas) calculadoras.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 3492

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Presidente do PROVOPAR - Ação Social/PR, solicitando a doação de móveis e equipamentos de escritório a serem utilizados em locais de atendimentos social da Prefeitura Municipal de Guaratuba-PR.

Os imóveis e equipamentos ora solicitados - conforme especificação abaixo - são aqueles considerados dispensáveis pelo BANESTADO e, que certamente serão de grande utilidade em locais de atendimento social da Prefeitura, tais como: creches, centros de convivência para idosos, centros comunitários, etc.

- 02 (dois) arquivos;
- 02 (duas) escrivaninhas;
- 10 (dez) cadeiras;
- 02 (duas) máquinas de datilografia;

- 02 (duas) calculadoras.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 3494

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heron Arzua, Digníssimo Secretário de Finanças, solicitando orientações técnicas a respeito dos repasses de ICMS e suas oscilações, nas cidades do litoral.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Entre os Prefeitos Municipais das Cidades de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, existe uma preocupação com relação a chamada queda de ICMS, cujos fatores da influência são os mais diversificados.

Embora cada cidade dessas, tenha suas características diferenciadas pelo "modus vivendi" em termos administrativos na busca de ampliações de suas receitas, o repasse do ICMS ainda funciona como alternativa nos projetos de pagamentos de funcionalismos, e realizações de obras essenciais. A vida de cada município, terá alterações profundas, se houver realmente uma baixa no citado imposto estadual. Cada Prefeitura, tem suas deficiências, algumas por "heranças de administrações anteriores", caso específico do município de Antonina, onde inclusive houve malversação do dinheiro público, outros lutam com dificuldades financeiras para locomoção de funcionários a fim de realizarem um trabalho técnico nas fontes de arrecadação.

Dentro dessa lógica, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heron Arzua, Digníssimo Secretário de Finanças do Estado do Paraná, solicitando orientações técnicas e quais os procedimentos a serem adotados pelas Prefeituras da microrregião, em função das oscilações existentes nos repasses de ICMS, e como poderia ser realizado uma ação conjunta dos Municípios, ou cada um deles de "per si". Que cópias desse nosso requerimento sejam enviadas para:

1. Prefeituras Municipais do litoral paranaense, conforme relação em anexo;
2. Associações Comerciais, conforme relação em anexo.

REQUERIMENTO N° 3534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Senador José Eduardo de Andrade Vieira,

cumprimentando-o pela decisão tomada neste final de semana, autorizando a instalação, no Estado do Paraná, do Instituto Brasil-Japão de Produtividade e Qualidade.

Precursor do Movimento Nacional para a Elevação dos Níveis de Qualidade e Produtividade, o Paraná se cotizou em mobilização suprapartidária para que fosse implantado em terras paranaenses aquele Instituto.

Com tradições de bem sucedidas programações de cooperação técnica com o Governo do Japão, em que se destaca o Centro de Tecnologia Industrial Brasil-Japão do Paraná, desenvolvido em conjunto pela TECPAR e pela JICA-Japan Internacional Cooperation Agency, o Paraná sempre se mostrou muito mais identificado com a vocação de receber novos investimentos nesta área.

Além do Paraná, mais quatro Estados disputaram a instalação do Instituto Brasil Japão de Qualidade e Produtividade, tendo o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira sido por demais pressionado, tendo em vista também que o empreendimento deverá atingir cerca de US\$ 50 milhões (cinquenta milhões de dólares).

Ante o fato, e sendo a causa paranaense, uma vez que envolve o Governo do Estado, os Municípios e toda a comunidade empresarial paranaense ao Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, plenamente identificado com a proposta paranaense, optar pelo Paraná e autorizar a instalação do Instituto em nosso território, que, sem dúvida, oferece excelentes e amplas condições de infra-estrutura, recursos humanos e nível de qualidade de vida, além da posição geográfica privilegiada e de grande integração com os demais países vizinhos.

A implantação do Instituto Brasil-Japão de Qualidade e Produtividade em terras paranaenses garantirá que o nosso Estado se projete no cenário nacional visando a recepção de programas e investimentos internacionais de outros países para o setor, o que podemos avaliar como uma grande vitória do Paraná, em que pesem as pressões sofridas pelo Ministro José Eduardo de Andrade Vieira para que escolhesse outro Estado da Federação.

Requer, ainda, seja oficiado a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, na pessoa de seu presidente Ari Paiva de Siqueira, pelo empenho permanente em sensibilizar as autoridades, a comunidade empresarial, a classe política, deputados federais, estaduais e senadores para a questão, desempenhando papel fundamental no êxito conquistado, que culminou com a conquista definitiva do nosso ministro, autorizando a instalação do Instituto Brasil-Japão de Qualidade e Produtividade em nosso Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) PLAUATO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Os termos do presente justificam-no plenamente.

REQUERIMENTO N° 3535

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a determinação imediata da execução de obras de reparos no Asilo São Vicente de Paulo, nesta Capital, conforme orçamentos realizados pelo Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção, DECOM (anexos).

Que do teor do presente dê-se ciência à direção do referido Asilo.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme o Ofício n° 1486/93/GAB/SETA, de 13 de agosto de 1993, que segue anexo, lavrado pela senhora Ezenir Gabardo, Secretária Substituta da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, "o Asilo São Vicente de Paulo, estabelecimento oficial destinado a dar guarida à velhice desamparada, conforme Decreto n° 8.215, de 29.12.67, necessita de reparos de emergência em suas instalações com vistas a melhorar as condições de atendimento."

Esses reparos incluem a recuperação de parte da cobertura do Asilo, evitando a continuidade dos alagamentos no interior da entidade, decorrentes das constantes chuvas, bem como a instalação de água em algumas dependências. Os reparos, na verdade, não servirão apenas para melhorar as condições de atendimento. Eles são fundamentais para que o Asilo possa continuar prestando o seu trabalho de amparo aos velhos de nosso Estado.

Apesar da urgência dessas obras e mesmo da realização de orçamento pelo DECOM, até a presente data os reparos não foram iniciados, o que descortina um quadro de maiores dificuldades ainda para a entidade. Os serviços, cujas despesas foram atualizadas em 12.08.93, deverão correr à conta da dotação 2701.15814862.618 - Programa Meu Irmão, subelemento de despesa 3132.03 - Outros serviços e encargos - reparos adaptações, substituições, recuperação e conservação de bens imóveis, recursos centralizados no DECOM.

Diante disso, confiamos nas providências do Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social para a imediata autorização de início das obras no Asilo São Vicente de Paulo, possibilitando que aque-

la entidade possa continuar prestando o valioso serviço à nossa comunidade, através do atendimento aos velhinhos carentes que não possuem um teto familiar.

REQUERIMENTO N° 3541

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, e ao Exmo. Sr. Presidente da República, Itamar Franco, solicitando, que se for aprovado o projeto que está em discussão no Congresso Nacional sobre a legalização dos cassinos, Ponta Grossa venha a ter autorização para poder ter um cassino.

Visto que Ponta Grossa, tem no parque de Vila Velha um local com bom potencial turístico, que poderá ser ainda melhor com um cassino.

Outro motivo para esta solicitação, é que muitos empregos serão gerados, não só nos cassinos, mas como em outros empreendimentos que virão naturalmente, como a construção de hotéis para abrigar os jogadores.

Para Ponta Grossa, seria finalmente uma fonte de recursos tão esperada, em especial para o turismo, que busca verbas para a sua estruturação.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Doutor Rogério Tizzot, Diretor Geral do DER/PR, solicitando melhoramentos em todas as Rodovias Estaduais que integram as cidades do litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Temos pleno conhecimento das intensas atividades, que vêm sendo desenvolvidas por todos os setores do DER/PR, através da ação inteligente do seu Diretor Geral Rogério Tizzot, que conta, com uma equipe de funcionários cômicos de suas responsabilidades.

Com a aproximação do verão, temos novamente a movimentação intensa em todas as cidades que integram o Litoral Paranaense, e as rodovias PR-340, PR-408, PR-405, PR-407, PR-410, PR-411, PR-412, e PR-508, irão receber o tráfego de milhares de veículos.

Para evitar atropelos de última hora, solicitamos que seja endereçado um expediente ao Diretor Geral do DER/PR, Doutor

Rogério Tizzot, solicitando que, antes da temporada de verão seja desencadeada uma operação visando a recuperação das estradas do litoral, desde roçadas nas partes dos acostamentos, até os melhoramentos nas sinalizações.

Que cópias desse nosso requerimento sejam endereçadas para todos os Prefeitos do Litoral e Presidentes de Câmaras do litoral.

REQUERIMENTO N° 3559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a doação de sementes à Prefeitura Municipal de ANTONINA.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os produtores da localidade de Cachoeira de Cima, no município de Antonina, em sua grande maioria são pessoas com poucos recursos financeiros, e a compra de sementes para ampliarem seus trabalhos, implica em redução nos seus orçamentos domésticos, também ainda aviltados pela crise que atravessa a Nação Brasileira.

Por outro lado, a Prefeitura Municipal, tem auxiliado o setor agrícola com a ampliação do setor rodoviário, e realizando obras de infra-estrutura em toda a zona rural, ficando sem recursos específicos para a aplicação num projeto de aquisições de sementes, cuja finalidade é essencial para o crescimento agrícola de todo o município.

Diante desses argumentos, existindo a condição de que Antonina almeja ampliar seu setor rural, solicitamos que seja endereçado um expediente ao Doutor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Agricultura, solicitando a doação de sementes aos produtores da região de Cachoeira de Cima, no município de Antonina.

REQUERIMENTO N° 3560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Homero Morinobu Oguido, solicitando a Liberação de Recursos Financeiros à Prefeitura Municipal de Matinhos para a construção de um Terminal Rodoviário.

Sala de Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Em função do trabalho que vem sendo

realizado pelo Prefeito Acindino Ricardo Duarte, em estreita colaboração com os componentes do Poder Legislativo, e ainda o apoio incondicional da Associação Comercial, o município de Matinhos retoma a sua caminhada de progresso.

Vivendo esse tempo novo, onde uma das etapas é realizar a movimentação durante os 365 dias do ano, o balneário, onde objetivo é movimentar o comércio, a Prefeitura está projetando a construção de um novo Terminal Rodoviário, no entanto sua concepção, passa pela falta de recursos financeiros para essa obra, cuja necessidade é essencial para a movimentação dos turistas e também da própria coletividade.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros à Prefeitura Municipal de Matinhos, no sentido de possibilitar a Construção de um Terminal Rodoviário, naquele Município.

REQUERIMENTO N° 3562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Adhail Sprenger Passos, Digníssimo Secretário de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, solicitando a Liberação de Recursos Financeiros para a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Desde o início do Governo Roberto Requião, que a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, vem passando por situações delicadas, com a falta de equipamentos adequados à legislação educacional, sem o funcionamento de um escritório-modelo, instalações sanitárias danificadas, falta de salas de aula, e outras pendências que não são admissíveis pelo que representa para a região do litoral, aquele estabelecimento de ensino.

Embora não citassem o fato oficialmente, fontes governamentais deixavam transparecer que o citado atendimento não era realizado em função do então Diretor Joaquim Tramujas Filho pertencer ao PFL, e não ao PMDB, embora o mesmo constantemente enviasse documentos à Secretaria de Ensino Superior, relatando a situação da Faculdade.

E o fato tornou-se evidente, quando o mesmo foi exonerado, sem nenhum pretexto oficial, e numa afronta, pois seu mandato somente seria extinto em 1994.

Para o seu lugar foi nomeado o Profes-

sor Oziel Prado Tavares, que pertence aos quadros do PMDB, como membro atuante.

Durante sua permanência no cargo, de comum acordo com o nosso Gabinete, o Professor Joaquim Tramujas Filho, realizou levantamentos na Faculdade (a respeito do que faltava) e nos empenhamos numa campanha pública, para conseguirmos junto ao empresariado paranaense, vários materiais para a Faculdade, e os resultados, por força do tempo, estão sendo coletados pelo atual Diretor, e com isso está existindo uma transformação no prédio daquele estabelecimento de ensino, mas que continua com problemas como falta de equipamentos, salas de aula, etc., etc., etc..

Pessoalmente em audiência, mostramos ao Secretário de Ensino Superior, as necessidades da Faculdade, enviamos correspondências do nosso Gabinete, e ainda pedimos outras providências, através desse Plenário da Assembléia Legislativa, inclusive mostrando os recursos que existem no orçamento Geral do Estado, através da emenda de nossa autoria.

Porém, tudo continua no mesmo, somente a Secretária de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia remetendo à Faculdade mensalmente valores correspondentes, apenas às despesas funcionais e de manutenção, assim mesmo reduzindo os números, com isso deixando a tesouraria daquele Estabelecimento trabalhar no vermelho.

A cada dia que passa, aumentam as reclamações e sabemos que o professor Oziel Prado Tavares, atual Diretor, já encaminhou correspondência à Secretaria de Ensino Superior, relatando suas dificuldades e solicitando providências.

Nesse sentido, diante dos constantes apelos que temos recebido de professores, funcionários e alunos, da Faculdade Estadual FAFIPAR, solicitando que seja enviado com a maior brevidade possível uma correspondência ao Doutor Adhail Sprenger Passos, Digníssimo Secretário de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, solicitando a liberação de recursos financeiros para: montagem do escritório-modelo, equipamentos, manutenção, ampliação do laboratório, ampliações de salas de aula, reformas no prédio e outras necessidades para que esse Estabelecimento de Ensino Superior, possa funcionar normalmente.

REQUERIMENTO N° 3563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de Recursos Financeiros para a construção de um Posto de Saúde

na localidade do Bairro Alto, município de Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Embora o setor de Saúde, do Município de Antonina, seja municipalizado, a Prefeitura Municipal não tem verbas para a Construção a médio ou longo prazo de Postos de Saúde, existindo portanto a necessidade do Governo Estadual, realizar a alocação de recursos para essas obras.

A localidade de Bairro Alto, em função de sua ligação maior com as atividades agrícolas, e na atualidade contando aproximadamente com mil moradores, a construção de um Posto de Saúde, terá grande utilidade, em função de um atendimento mais aprimorado no setor diário, e com isso também facilitando para as crianças, todas as campanhas de vacinação realizadas constantemente em todo o Estado.

As dificuldades dos moradores são tantas, uma delas é o distanciamento das propriedades em relação a parte urbana, aliado ao fato de terem no campo o seu meio de sobrevivência, e com isso um afastamento alongado de horas, acarreta sérios prejuízos em suas atividades.

Com isso, registre-se que o Posto de Saúde, também servirá para atendimentos a outras localidades mais próximas, e evitará o congestionamento das consultas médicas diárias um Posto principal de Antonina, e assim solicitamos que seja enviado um expediente ao Doutor Nizan Pereira Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, a liberação de recursos para a construção de um Posto de Saúde na localidade de Bairro Alto, no município de Antonina, e que cópias desse nosso requerimento sejam enviadas às autoridades competentes.

REQUERIMENTO N° 3564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Capitão de Mar e Guerra Nelson Pessoa Martinelli, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, solicitando que encaminhe ao Presidente da Assembléia Legislativa Orlando Pessuti, cópia do inquérito a respeito do navio "N/M New Horizon", encalhado na baía de Paranaguá, no dia 10 de junho de 1993.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Dentro do contexto técnico, é muito importante para o Estado do Paraná, a navegabilidade integral de acesso ao Porto de Paranaguá, fator que, consiste no processo de atração de cargas, onde os resul-

tados financeiros positivos influem na balança comercial da própria Nação.

A importância da dragagem do Canal da Galheta, é fator essencial, sobre todos os aspectos para que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), tenha condições de operacionalidade.

Por diversas vezes ocupamos o Plenário dessa Casa de Leis, para alertar o Governo Estadual, da necessidade da dragagem do Canal da Galheta, aliás isso está registrado nos anais - facilmente verificável - e buscamos os dados a respeito no setor correspondente, a Capitania dos Portos do Estado do Paraná, cujo titular cômico de suas responsabilidades também já havia encaminhado expedientes, mostrando a necessidade de dragagem ao atual Superintendente da APPA, fato que, pessoalmente confirmou nessa Assembléia Legislativa.

Com o encalhe do navio "N/M New Horizon", de bandeira Cipriota, no dia 10 de junho do ano em curso, levantou-se uma polêmica, em função da medida legal do Capitão Nelson Pessoa Martinelli, ter reduzido o canal de acesso de 37 para 32 pés.

Aqui mesmo nessa Casa de Leis, tivemos Parlamentares que, fizeram contravérsias a respeito do assunto - talvez por falta de conhecimento da matéria - e assim sendo, diante dos argumentos sólidos, que mostram a realidade absoluta, de quem estava com a razão, é que solicitamos que seja enviado uma correspondência ao Capitão de Mar e Guerra Nelson Pessoa Martinelli, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, solicitando o encaminhamento ao Deputado Orlando Pessuti, Presidente dessa Casa de Leis, de uma cópia do Inquérito realizado, a respeito do navio "N/M New Horizon", encalhado no Canal da Galheta, no dia 10 de junho do ano em curso. E que cópias desse requerimento, sejam endereçadas ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes Mário Pereira, e ao Presidente do SINTRAPORT, ilustríssimo Senhor Wilson Moraes, à Avenida Bento Rocha, s/n - CEP: 83221-190, solicitando ainda, que no retorno da correspondência ao Presidente dessa Casa, Deputado Orlando Pessuti, de parte da Capitania dos Portos do Estado do Paraná, a cópia do Relatório seja encaminhado a todos os Senhores Deputados Estaduais do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental, e com fundamento nos arts. 54, XXVIII, 55 e ainda, considerando que a Constituição do Estado do Paraná, tem, por princípios e objetivos, dentre outros:

"o respeito incondicional à moralidade e à probidade administrativas", diante da

farta publicidade, através da imprensa local e estadual, de que, no último dia 16 "o ringue onde ocorreu o quebra-pau entre o chefe da Divisão de Serviços de Transporte Comercial, Cezar Benoliel, e o assessor especial do governo, Doático Santos, ainda mostrava as marcas da refrega. Telefone partido ao meio, cadeira quebrada e persianas danificadas" (Jornal "Folha de Londrina", edição de 19.09.93 - caderno político), vem pelo presente, solicitar de Vossa Excelência, o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, o seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1. Qual a Secretaria de Estado responsável pela Divisão de Serviços de Transporte Comercial?
2. Em que data verificou-se o entreviro noticiado pela imprensa?
3. Quais os funcionários públicos envolvidos, além dos citados pela imprensa, e outras pessoas que participaram do "quebra-pau" em questão?
4. Do "quebra-pau" saíram pessoas feridas? Quais e com que ferimentos?
5. Qual a extensão dos prejuízos ao patrimônio público? (Além do telefone partido, cadeiras quebradas e persianas danificadas.)
6. Quem, ou quais, os responsáveis pelos prejuízos causados?
7. De que maneira pretende o Governo do Estado sejam ressarcidos, ao erário público, os gastos advindos dos prejuízos em questão?
8. Quais as medidas administrativas tomadas para punir os violentos e indisciplinados funcionários?

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3539

Senhor Presidente.

Considerando que compete a este Poder Legislativo "fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta", na forma do art. 54, XXVIII, da Constituição do Estado. Considerando ainda que, na forma do estabelecimento no art. 27 do mesmo diploma legal:

"A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, moralidade, publicidade", e, finalmente, diante das notícias publicadas pela imprensa nesta data, em especial a constante no caderno político do jornal "Folha de Londrina", dando conta que "comissão de sindicância comprova superfaturamento na compra de dois helicópteros pelo Governo do Estado" e que, "além do superfaturamento a comissão conclui que houve irregularidades em

todo o processo de licitação, realizado em maio do ano passado e recomenda a abertura de inquérito administrativo contra todos os funcionários do governo que participaram da compra", como também levanta suspeitas de irregularidades" quanto ao recolhimento de ICMs na importação dos helicópteros" e no "recolhimento de imposto de importação", o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e amparado pelas disposições da Constituição, em seu art. 55 e outros, Requer o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1. Quais as medidas tomadas com base no relatório da Comissão de Sindicância aberta através de decreto assinado pelo Senhor Governador, diante da comprovação de superfaturamento na compra de dois helicópteros pelo governo?
2. Encaminhar cópia, de inteiro teor, do relatório em questão.
3. Encaminhar cópia do processo de licitação para comprar dois helicópteros, incluindo a compra de acessórios.
4. Qual a justificativa para manter o relatório secreto, quando a Lei determina a publicidade de todos os atos administrativos?
5. Qual a defesa, apresentada pelo Estado, na ação popular ajuizada pelo delegado Anibal Bassan Junior?
6. Segundo declarações do Procurador Geral do Estado, existem dois relatórios: um "preliminar" e outro final. Requer-se o encaminhamento dos dois relatórios, assim como cópias de todos os atos do Governo do Estado com referência à compra superfaturada dos dois helicópteros.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3567

Senhor Presidente.

O Deputado Mário Bezerra, abaixo assinado com fundamento no art. 25 do Regimento Interno desta AL, respeitosamente vem expor e requerer o seguinte:

Em 13 de abril de 1993, o peticionário fez aprovar pelo Plenário da Casa, um Pedido de Informações à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, para que fornecesse à Assembléia Legislativa as seguintes informações, assim sumuladas:

"Pede informações ao Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná a respeito da Comissão de Investigação de denúncia de superfaturamento na compra de helicópteros" (Doc. n° 1)

Posteriormente, em de maio de 1993 o peticionário advertia a Casa, da falta de atendimento ao Pedido de Informações, pois transcorreria o prazo legal, cuja Súmula do novo pedido foi também aprovado

pelo Plenário e estava assim redigido:

"Requer o peticionário aprovado pelo Plenário da AL, em 14 de abril último um Pedido de Informações, dirigido ao Exmo. Sr. Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, que p/ Ofício n° 1490/93 da Secretaria da Casa foi protocolado sob n° 1.526.494-2, em data de 20/04/93, no Protocolo Integrado do Governo do Paraná" (Doc. n° 2).

Coincidentemente a Casa Civil, não por seu titular mas por Substituto, respondeu ao primeiro ofício, encaminhando a esta Casa, uma Informação Falsa, vasada nos seguintes termos:

"Em atenção ao Ofício 1490/93 da AL e despacho proferido no protocolado n° 1.526.494-2, tenho a informar que não foi elaborado, até o momento, relatório de inciso por parte das autoridades que determinam a instauração de sindicância para apurar as denúncias oferecidas pelo Delegado Anibal Bassan Junior".

E, estranhamente a Procuradora do Estado em Exercício, adiantando-se a investigação que dizia não estar ainda concluída, se antecipava para afirmar naquela falsa informação, com mais esta escandalosa mentira:

"Muito embora se possa afirmar, desde logo, que incorreu superfaturamento na aquisição de helicópteros por parte do Estado do Paraná, pela própria complexidade da matéria, ainda não foram analisados quesitos suplementares formulados à comissão, para que pudesse ser enviado relatório final ao Senhor Governador do Estado" (Doc. n° 3).

Esta informação é capciosa e procura esconder a corrupção do atual Governo. Na época desenrolava-se o escândalo do Superfaturamento dos helicópteros com divulgação diária pela Imprensa. O próprio Governador do Estado, disse que queria (?) Verdade (?) e que teria que ser rapidamente esclarecida a opinião pública, pois Ação Popular já tramitava e o denunciante não era outro que senão o Delegado Anibal Bassan, da Assessoria do Superintendente da Polícia Civil e Pres. da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná.

Na verdade o que pretendia Requião era punir o denunciante, como ficou muito clara esta ameaça do atual Governador Provisório.

A punição até hoje não se concretizou.

Por quê?

Evidentemente porque ficou sabendo o Governador que a Comissão de Sindicância, concluiu sua investigação dizendo o seguinte:

"Quanto a determinação governamental de eventual punição do denunciante,

Delegado Anibal Bassan Júnior, contida na parte final do art. 1º do Decreto 1886/92, a Comissão de Sindicância entendeu incabível em vista do conteúdo do presente Relatório.

Finalizando, cumpre-nos, em atendimento ao que dispõe a Lei 6.174/70, em seu artigo 312, I e II, responder:

- a) Houveram irregularidades;
- b) foi violado o artigo 279, VI, da Lei 6.174/70, sendo presumíveis autores os Membros da Comissão de Licitação, da Comissão de Vistoria e Recebimento das aeronaves e o Presidente do FUNRESPOL.

Com base no parágrafo único do art. 312, propõe a Comissão a abertura de Processo Administrativo." (Doc. n° 4).

Este relatório, foi protocolado em quatro de janeiro de 1993, no Protocolo do Estado, conforme demonstra certidão do computador. (Doc. 5).

Diante do exposto, requer-se que a Procuradoria Parlamentar, com base no artigo 25 do Regimento Interno e artigo 299 do Código Penal, tome as medidas cabíveis, para apuração do Crime de Falsidade Ideológica, cometido contra esta Casa.

Vale lembrar, finalmente, que não é o peticionário a vítima deste crime de Falsidade Ideológica, mas principalmente a Assembléia Legislativa do Paraná, e a Opinião Pública (povo), que foi ludibriada pela falsa informação.

Por outro lado, silenciar diante deste flagrante de inverdades e manipulação de informações, é abdicar-se de Dever Ético e obrigação Constitucional de zelar pelo interesse público.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 3570

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, o seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

- I. Quantos helicópteros possui o Governo do Estado?
- II. Para que fins, em que ações, operações ou tarefas vêm os mesmos sendo utilizados? (enviar relatórios das utilizações, com especificações de datas, ocupantes e natureza da atividade).
- III. Quantas horas de vôo possui cada um dos helicópteros?
- IV. A que órgão da administração estadual cabe a responsabilidade pelos helicópteros? Quem é o funcionário

responsável pela autorização para uso dos helicópteros?

- V. Onde são feitas as revisões dos helicópteros do Governo? E quantas revisões já foram realizadas - da data da aquisição dos mesmos até a presente?
- VI. Qual o prazo médio de revisão técnica desse tipo de aparelho?
- VII. A revisão normal dos helicópteros é feita de forma alternada ou simultaneamente?
- VIII. Onde encontravam-se os helicópteros nos dias 30 e 31 de maio do corrente ano?
- IX. Ocorreu alguma espécie de acidente envolvendo os helicópteros?
- X. Em caso afirmativo: onde ocorreu o acidente? Foi em atividade oficial? Quem ocupava a aeronave? Que tipo de acidente? Onde ocorreu? Houve registro de ocorrência em algum órgão da aeronáutica?
- XI. Em decorrência do acidente, onde foi realizado o conserto do helicóptero e qual o seu custo? Quanto tempo durou o conserto?

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, Requerimento do nobre Deputado Luiz Fernando Sarmiento Nicolau da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas. Assunto: Voto de Congratulação com o PMDB, pelas razões que justifica.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) RENATO ADUR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 512/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Egas Penteado Izique, aquela que liga o município de Alvorada do Sul, ao trevo da Rodovia PR-170.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O médico Dr. Egas Penteado Izique clinicou em Porecatu e, residindo em Curitiba, sempre atendeu com especial carinho e desvelo a todos quantos o procuraram, e

cuja atuação o transformou em médico humanitário, que prestou muitos serviços à sociedade, à medicina, e consequente a todo o Estado do Paraná.

Assim, pedimos o apoio dos nobres pares para que, através desta singela homenagem, possamos saudar a memória deste "grande homem".

PROJETO DE LEI N° 513/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder às Associações de Moradores, legalmente habilitadas, os módulos policiais que se encontrem desativados, mediante convênio com o órgão competente.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, num prazo de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Em consequência da falta de verbas para a manutenção dos módulos policiais, o Governo vem, já há algum tempo, os desativando.

A comunidade, que tem interesse em zelar por sua segurança, não mediria esforços, nem recursos financeiros, para colocá-los, novamente, em funcionamento.

Assim, entendemos que o Estado deveria repassar estes módulos à administração da comunidade a ser colocado em um depósito sem uso; motivo pelo qual pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI N° 514/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Esportes, com sede e foro no Município de Rio Negro.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Esportes, foi criada em 01 de abril de 1991, objetivando disciplinar e executar a política de esportes no município, levando o esporte e o lazer a todos os cantos de Rio Negro, promovendo atividades esportivas de competição, recreativas e lazer, com destaque à saúde

e bem-estar dos participantes, concretizando assim os seus objetivos maiores, que é o fortalecimento do esporte e sua identificação, como atividade importante e essencial para o desenvolvimento de seus municípios.

PROJETO DE LEI N° 515/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância" - A.P.M.I. com sede e foro na cidade de Paiçandu.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

Esta entidade atende todos os requisitos exigidos em lei para seu reconhecimento como utilidade pública, além de efetivamente prestar relevantes serviços à comunidade de Paiçandu. Dedicar-se à alta tarefa de atender menores e gestantes e é dirigida por senhoras abnegadas, dotadas de extraordinário valor humano.

Pela obra social que desempenha, a Associação à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. é merecedora da declaração proposta presentemente.

PROJETO DE LEI N° 516/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., do Município de Rondon.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A Entidade presta serviços de apoio e assistência à infância e às mães carentes de Rondon, com atividades que vão desde à alimentação, higiene, artesanato, pinturas, música, etc., até o acompanhamento médico, odontológico e psicológico dos assistidos, o que é acompanhado inclusive junto a seus familiares, basicamente famílias bastante pobres que compõem um vasto elenco de bóias-frias, trabalhadores característicos da região de Rondon.

PROJETO DE LEI N° 517/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná, com sede no Município de Cascavel-Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

O ostomizado é portador de abertura artificial provocada por cirurgia em seu organismo. Utiliza-o para o desenvolvimento do processo de ingesta ou excreta.

O portador de ostomia - pelas peculiaridades decorrentes de intervenção cirúrgica - requer ampla assistência psicológica, física e social, incluída a que as entidades e órgãos governamentais podem oferecer.

Esta assistência vem levando a efeito, de há muito, o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná, procedendo-se com este projeto o reconhecimento da utilidade pública de suas funções.

PROJETO DE LEI N° 518/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar, ao Município de Alvorada do Sul, a área de terra sob n° 12 (doze) da quadra n° 10 (dez), sita à rua Santa Isaura, na cidade de Alvorada do Sul, medindo 15,00 metros de frente, por 40,00 metros ditos de frente aos fundos, contendo uma casa de madeira, havidos por dação em pagamento, lavrada no livro 437-N, fls. 248 de 25.07.1969, do 7º Ofício de Notas de Curitiba - número de transcrição - 3.962 do livro 3-D do Cartório de Registro de Imóveis de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Alvorada do Sul, possui um sistema de água e esgoto próprios, denominado S.A.E. - Sistema de Água e Esgoto, administrado pelo Município.

A sede administrativa deste Sistema de Água e Esgoto não possui sede própria, estando atualmente funcionando em local alugado pela Prefeitura Municipal, o que onera os cofres públicos e, conseqüentemente, faz com que o benefício do sistema de água e esgoto tornem-se mais caros para a população.

Curitiba, terça, em 21.09.93

Objetivando diminuir os custos de água e esgoto do Município, tem se lançado mão de diversos mecanismos para diminuir ao máximo o preço pago por todos, sendo que um dos mecanismos é o funcionamento da sede administrativa em sede própria.

A área solicitada no presente Projeto de Lei, será destinada ao funcionamento da sede administrativa do sistema de água e esgoto de Alvorada do Sul, o que virá beneficiar todo o Município.

PROJETO DE LEI N° 519/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. com sede e foro no Município de Iguaçu - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Diante dos problemas que norteiam os Municípios do nosso Estado, mormente, na área de Assistência Social aos menos favorecidos. A Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iguaçu, fundada em 02 de dezembro de 1961, desde sua fundação tem prestado serviços de assistência à comunidade carente conforme relatório anexo.

Os cargos da diretoria são exercidos gratuitamente, conforme artigo 6º Parágrafo 1º do Estatuto Social da entidade e declaração em apenso da Prefeitura Municipal de Iguaçu - Paraná.

Prova do trabalho desenvolvido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. de Iguaçu, é a lei n° 032/93 que a declara de Utilidade Pública municipal, concedida pela Prefeitura Municipal de Iguaçu.

A concessão de utilidade pública estadual à referida entidade, possibilitará a obtenção de recursos para sua manutenção.

PROJETO DE LEI N° 520/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais do Estado, visando delegar-lhes as atribuições e competências, transferindo-lhes os serviços previstos nos Artigos 10, "a", "f", "h", "i" e 14, inciso I a IX, da Lei Federal n° 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito, e no Art. 29, incisos I a IX, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto

Federal nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968; com relação às vias terrestres municipais, localizada no território dos municípios convenientes, excluídos as vias federais e estaduais.

Parágrafo Único - Para os fins desta lei, poderá ser celebrado um único convênio com a participação de vários municípios convenientes.

Art. 2º - A autorização na forma estabelecida no "caput" do artigo anterior só prevalecerá se o Município propiciar os meios necessários e indispensáveis ao policiamento do trânsito, que será executado por intermédio da Polícia Militar do Estado do Paraná, observadas as legislações próprias da corporação e pertinentes estaduais e federais.

Art. 3º - Para a execução do disposto nesta Lei, caberá às Prefeituras:

a - executar, os serviços e exercer as atribuições e competências mencionadas nesta Lei, com recursos, pessoal administrativo e órgãos próprios;

b - adquirir material permanente e de consumo, inclusive viaturas, uniformes e equipamentos especializados para a execução do policiamento de trânsito, obedecendo, quando for o caso, às especificações adotadas pelos órgãos técnicos da Polícia Militar do Paraná;

c - alugar, conservar, adaptar e construir próprios necessários para a instalação de Unidades da Polícia Militar, destinadas à execução do policiamento de trânsito, na forma estabelecida pelo Convênio;

d - zelar pela manutenção do material permanente, viaturas e equipamentos referidos na alínea "b" deste artigo;

e - colocar à disposição da Ciretran servidores para auxiliar nos serviços de controle das autuações e procedimentos para imposição de penalidade;

f - providenciar, sempre que possível, a interligação de um sistema de processamento de dados com o sistema do DETRAN;

g - arrecadar as multas por infração de trânsito;

h - proceder ampla campanha junto ao público;

i - estabelecer um programa de aplicação dos recursos oriundos dos convênios.

Art. 4º - Ao Governo do Estado, através do órgão conveniente caberá:

a - colocar à disposição das Prefeituras, equipamentos e dados técnicos que venham sendo utilizados pelo DETRAN ou pelas CIRETRANS, para a execução dos serviços ora transferidos na área dos respectivos Municípios;

b - providenciar para que a Polícia Militar do Estado, de acordo com o planejamento de seus órgãos competentes, fixa o efetivo a ser empregado no policiamento do

trânsito dos Municípios convenientes, de modo a assegurar plena eficiência dos serviços;

c - assegurar, por intermédio do Comando Geral da Polícia Militar às Prefeituras, o direito de fiscalizar a conservação dos bens patrimoniais de propriedade dos Municípios colocados à disposição das Unidades da Polícia Militar, responsáveis pelo policiamento de trânsito, em decorrência do convênio;

d - assegurar, por meio dos órgãos competentes, o pleno funcionamento das CIRETRANS, inclusive a designação de técnico para o exercício da função de Diretor;

e - providenciar, sempre que possível, a interligação do Sistema de Processamento de Dados das Prefeituras, com o sistema do Detran;

f - providenciar, para que no prazo e forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda, as Prefeituras recebam do Detran, as listagens das multas que terão seus valores repassados aos Municípios, por infração de trânsito verificadas nas vias terrestres localizadas no respectivo território.

Parágrafo Único - As multas a que se refere a letra "f" do artigo anterior não incluem aquelas decorrentes de infrações praticadas em estradas federais e estaduais, e se restringirão às tipificadas pelo Código Nacional de Trânsito, em seus artigos:

a - art. 30, § 3º

b - art. 83, inc. I a XIV, XXI, XXII, XXIII;

c - art. 84, "a" a "f";

d - art. 85, "a" a "c";

e - art. 87, "a" a "b", parágrafo único;

f - art. 88;

g - art. 89, IV a XXII, XXIV a XXVII, XXIX, XXX, "a", "e", "f", "g", "h", "i", "n", XXXII a XXXV e XXXIX;

h - art. 90;

i - art. 91, "a" a "f", parágrafo único;

j - art. 92

k - art. 111, quando relacionados com preceitos do Código Nacional de Trânsito, seu regulamento e resoluções do Conselho Nacional de Trânsito de interesse dos Municípios.

Art. 5º - Todo convênio firmado entre as partes vigorará pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado se for interesse das partes.

§ 1º - O convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participantes mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 01 (um) ano.

§ 2º - Os partícipes do convênio poderão rescindi-lo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, decorrido o prazo de denúncia, independentemente

de interpelação judicial.

§ 3º - A renovação do Convênio se dará bastando que as partes apresentem, nos 6 (seis) meses antecedentes ao término da vigência do convênio, propostas neste sentido.

Art. 6º - Não optando as Prefeituras pela arrecadação direta das multas, respeitadas a legislação de trânsito que define competências e procedimentos para autuação, imposição de penalidades e recursos por infrações de trânsito, a Secretaria de Estado da Fazenda, estabelecerá a forma para o repasse às Prefeituras Municipais convenientes, do produto da arrecadação de multas por infrações verificadas nas vias terrestres sob a jurisdição dos respectivos municípios.

Parágrafo Único - Deverão incluir-se, no repasse do produto de que trata o "caput" deste artigo, também as multas decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado urbano, quaisquer que sejam as suas formas.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A descentralização dos serviços de trânsito, delegando aos municípios atribuições eminentemente do Estado só trará benefícios à população, que terá um retorno mais rápido quanto as suas reivindicações e benefícios.

O convênio a ser firmado com as diversas prefeituras, além de propiciar mais uma fonte de renda para os municípios, agilizará o andamento do setor burocrático, melhorando o nível de atendimento à população, e, em contrapartida aumento a interação entre o prestador do serviço e o contribuinte.

Por estas razões, pedimos aos nobres pares desta Casa de Leis o seu apoio para a aprovação deste Projeto que visa atender uma antiga reivindicação das Prefeituras.

Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Ainda com relação ao escândalo do superfaturamento dos helicópteros, cujo relatório secreto foi divulgado pela imprensa no último domingo, mais precisamente pela "Folha de Londrina", estamos dando entrada hoje de uma petição junto à Mesa nos seguintes termos:

"O Deputado Mário Bezerra, abaixo-assinado, com fundamento no artigo 25 do Re-

Curitiba, terça, em 21.09.93

gimento Interno desta Casa, que reza o seguinte, a Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia, de seus órgãos e membros, quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato, ou de suas funções inatitucionais.

§ 1º - A Procuradoria será constituída pelos Procuradores efetivos da Secretaria da Assembléia.

Estamos requerendo o seguinte, baseado no artigo 25 do Regimento Interno desta Casa. (Lê):

REQUERIMENTO Nº 3567

Senhor Presidente.

O Deputado Mário Bezerra, abaixo assinado com fundamento no art. 25 do Regimento Interno desta AL, respeitosamente vem expor e requerer o seguinte:

Em 13 de abril de 1993, o peticionário fez aprovar pelo Plenário da Casa, um Pedido de Informações à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, para que fornecesse à Assembléia Legislativa as seguintes informações, assim sumuladas:

"Pede informações ao Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná a respeito da Comissão de Investigação de denúncia de superfaturamento na compra de helicópteros" (Doc. nº 1)

Posteriormente, em de maio de 1993 o peticionário advertia a Casa, da falta de atendimento ao Pedido de Informações, pois transcorreria o prazo legal, cuja Súmula do novo pedido foi também aprovado pelo Plenário e estava assim redigido:

"Requer o peticionário aprovado pelo Plenário da AL, em 14 de abril último um Pedido de Informações, dirigido ao Exmo. Sr. Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, que p/ Ofício nº 1490/93 da Secretaria da Casa foi protocolado sob nº 1.526.494-2, em data de 20/04/93, no Protocolo Integrado do Governo do Paraná" (Doc. nº 2).

Coincidentemente a Casa Civil, não por seu titular mas por Substituto, respondeu ao primeiro ofício, encaminhando a esta Casa, uma Informação falsa, vasada nos seguintes termos:

"Em atenção ao Ofício 1490/93 da AL e despacho proferido no protocolado nº 1.526.494-2, tenho a informar que não foi elaborado, até o momento, relatório decisivo por parte das autoridades que determinaram a instauração de sindicância para apurar as denúncias oferecidas pelo Delegado Anibal Bassan Junior".

E, estranhamente a Procuradora do Estado em Exercício, adiantando-se a investigação que dizia não estar ainda concluí-

da, se antecipava para afirmar naquela falsa informação, com mais esta escandalosa mentira.

Muito embora se possa afirmar, desde logo, que incorreu superfaturamento na aquisição de helicópteros por parte do Estado do Paraná, pela própria complexidade da matéria, ainda não foram analisados quesitos suplementares formulados à comissão, para que pudesse ser enviado relatório final ao Senhor Governador do Estado" (Doc. n° 3).

Esta informação é capciosa e procura esconder a corrupção do atual Governo. Na época desenrolava-se o escândalo do Superfaturamento dos helicópteros com divulgação diária pela Imprensa. O próprio Governador do Estado, disse que queria a verdade, e que teria que ser rapidamente esclarecida a opinião pública, pois Ação Popular já tramitava e o denunciante não era outro que senão o Delegado Anibal Bassan, da Assessoria do Superintendente da Polícia Civil e Pres. da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná.

Na verdade o que pretendia Requião era punir o denunciante, como ficou muito clara esta ameaça do atual Governador Provisório.

A punição até hoje não se concretizou. Por quê?

Evidentemente porque ficou sabendo o Governador que a Comissão de Sindicância, concluiu sua investigação dizendo o seguinte:

"QUANTO a determinação governamental de eventual punição do denunciante, Delegado Anibal Bassan Júnior, contida na parte final do art. 1° do Decreto 1886/92, a Comissão de Sindicância entendeu incabível em vista do conteúdo do presente Relatório.

Finalizando, cumpre-nos, em atendimento ao que dispõe a Lei 6.174/70, em seu artigo 312, I e II, responder:

a) Houveram irregularidades;

b) Foi violado o artigo 279, VI, da Lei 6.174/70, sendo presumíveis autores os Membros da Comissão de Licitação, da Comissão de Vistoria e Recebimento das aeronaves e o Presidente do FUNRESPOL.

Com base no parágrafo único do art. 312, propõe a Comissão a abertura de Processo Administrativo." (Doc. n° 4).

Este relatório, foi protocolado em quatro de janeiro de 1993, no Protocolo do Estado, conforme demonstra certidão do computador. (Doc. 5).

Diante do exposto, requer-se que a Procuradoria Parlamentar, com base no artigo 25 do Regimento Interno e artigo 299 do Código Penal, tome as medidas cabíveis, para apuração do Crime de Falsidade Ideo-

lógica, cometido contra esta Casa.

Vale lembrar, finalmente, que não é o peticionário a vítima deste crime de Falsidade Ideológica, mas principalmente a Assembléia Legislativa do Paraná, e a Opinião Pública (povo), que foi ludibriada pela falsa informação.

Por outro lado, silenciar diante deste flagrante de inverdades e manipulação de informações, é abdicar-se de Dever Ético e obrigação Constitucional de zelar pelo interesse público.

P. Deferimento.

Sala das Sessões, em 21.09.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

É necessário que a Mesa desta Assembléia convoque a Procuradoria da Casa a fim de que se apure as responsabilidades baseada então no artigo 25 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

O Governo mentiu vergonhosamente. Já se corre à língua solta de que se o Relatório fosse julgado, comprometeria a pessoa do próprio Governador. E aí escondendo o relatório elaborado pela Comissão de Procuradores, que ele mesmo designou em dezembro do ano passado quando da denúncia do delegado Anibal Bassan, de que ocorreu um superfaturamento de 60 mil dólares ou mais de 6 bilhões de cruzeiros antigos. Sabendo da verdade e com medo de se comprometer, escondeu o Relatório e mentiu para a Assembléia do superfaturamento e o próprio Relatório que foi elaborado pelos seus Procuradores.

É necessário que a Assembléia Legislativa como Poder Constituído, dê um basta à cara-de-pau do Governo, que esconde a verdade do povo, que gasta bilhões de cruzeiros em publicidade sem licitação pública e que faz, deste Paraná, um Estado com vergonha, porque perante a Nação brasileira não temos nenhuma importância. Culpa única e exclusiva do nosso Governador - Roberto Requião de Mello e Silva.

Faço essa questão, Sr. Presidente, e solicito urgência a fim de que a Assembléia tenha a sua dignidade respeitada, e, acima de tudo, que o Governo do Estado do Paraná, saiba, mais uma vez que o Poder Legislativo não endossa as suas ilegalidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Alborghetti) - Em nome do Presidente desta Casa Orlando Pessuti e do Deputado Quielse Crisóstomo temos a satisfação de registrar a presença em plenário do prefeito de Nova Aliança do Ivaí, Irineu Olívio Santos, do vereador Luiz, da Câmara Municipal de Nova Aliança do Ivaí, do prefeito de Quatro Barras, Edson Ripinoski.

Em nome do Presidente Orlando Pessuti

e do Deputado Toti Colaço essa Mesa registra a presença do prefeito de Prudentópolis, Marqueano Antonio e do Secretário da Administração Municipal de Prudentópolis Sr. Genésio Dentil.

Em nome do Presidente deste Parlamento Orlando Pessuti e do Deputado João Preis essa Mesa recebe com satisfação a presença do prefeito de Florai, Antonio Freire Munhoz e a presença do vereador da Câmara Municipal de Maringá, Valdir Bignata. Sejam bem-vindos. Este parlamento está à disposição dos senhores convidados.

Não havendo mais inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan.

Havendo declinado, com a palavra Deputado Domingos Carvalho.

Declina. Está encerrado o Horário do Expediente.

Horário das Lideranças.

Liderança do PMDB

Liderança do PSDB - (Declinado)

Liderança do PFL - (Declinado)

Liderança do PP - (Declinado)

Liderança do PL - (Declinado)

Liderança do PT - (Declinado)

Com a palavra Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e companheiras, servidores do Estado que se encontram nas galerias.

Nós de Curitiba e Região Metropolitana temos assistido uma briga política ou uma disputa política entre o Governador e o Prefeito de Curitiba. Essa disputa tem se dado em vários campos e um deles é no que diz respeito ao transporte coletivo.

Há uma disputa de ver quem cobra menos tarifa ou quem paga mais tarifa, se é o trabalhador que mora em Curitiba ou se é o trabalhador que mora na Região Metropolitana, porque nessa disputa quem está pagando o preço das tarifas são os trabalhadores e usuários do Sistema de Transporte Coletivo.

Em ambas as questões os reajustes tarifários têm sido superiores à inflação, enquanto salários têm sido inferiores à inflação. E isso tem levado à mobilização de alguns setores organizados de sindicatos e associações de moradores visando que as tarifas sejam rebaixadas. E isso tem acontecido com várias associações de Almirante Tamandaré.

Alguns companheiros de Almirante Tamandaré lutando para que as tarifas sejam mais baixas, já tiveram confrontos com a COMEC, confrontos políticos, como também já tiveram confrontos políticos com a URBS, nessa disputa. E, logicamente, não poderia deixar de ser, tiveram, principalmente confronto com empresários de ônibus de Curitiba e da Região Metropolitana. E

lá de Almirante Tamandaré têm dois companheiros, militantes de associações de moradores Luis Romero Piva e Antônio Gastorino de Souza que tem encabeçado essa luta há mais de um mês.

Pois bem, Senhores Deputados, Luiz Romero Piva e Antônio Castorino de Souza têm recebido telefonemas anônimos, têm recebido recados verbais, através de pessoas, de que ambos levarão um "sumiço", ou seja, serão assassinados por encabeçar esta luta. Os dois foram ameaçados de morte. E ligaram para o meu gabinete pedindo para que agora à tarde vá até a Secretaria de Segurança Pública pedir segurança de vida.

Nós queremos, nesta tribuna, dizer que esta disputa política que se dá, ocorre no seio da sociedade e deve ser democrática. Nós, aqui, denunciemos qualquer tentativa de dar surra ou sumiço ou assassinato, de qualquer um destes líderes de associações de moradores.

Por isso, desde já justifico: caso eu me retire da Sessão de hoje é porque estou aguardando um telefonema para ir até a Secretaria de Segurança Pública, pedir segurança de vida a estes dois companheiros. Quero dizer que desde já o Partido dos Trabalhadores repudia veementemente este tipo de postura dos empresários. Porque a informação que nós temos, da ameaça de morte, parte de alguns empresários do sistema de transporte coletivo da região metropolitana de Curitiba.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Quero me associar na solidariedade aos dois companheiros, especialmente ao Piva, que nós conhecemos lá da Cachoeira, um batalhador, ao seu lado nós já tivemos lutas importantes para aquela região, como por exemplo, quando tentou-se colocar o "lixão" na região da Cachoeira. E temos certeza de que estas ameaças não devem estar partindo, em absoluto, do pessoal da URBS. Nós conhecemos os diretores da URBS, os funcionários e os fiscais, e temos certeza de que nossos companheiros da URBS não se colocariam numa posição destas, de fazer ameaças ou qualquer coisa parecida. Parece que a coisa, realmente, parte do DSTC, pois afinal de contas ficou demonstrada a sua truculência, na recente briga, realizada no Palácio Iguazu. De qualquer maneira, têm os dois militantes do PT e particularmente meus amigos, a minha solidariedade e nossos microfones estão à disposição, para que possam, também, fazer esta denúncia.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a solidariedade do Deputado Algaci Túlio. Nós queremos dizer que a informação primeira

que nos chegou é a de que a ameaça tem partido de um setor de empresários. Não seria nem da COMEC e nem da URBS. É esta a informação que nos passaram. Por isso, se nos ausentarmos da Sessão é em função deste fato. Não é por qualquer fuga ou outra coisa, da Sessão de hoje, que é bastante complicada. Mas, debateremos até o final todas as questões aqui colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consultamos a Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu Horário. Concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, ontem nós demos entrada à Mesa da Assembléia em dois Pedidos de Informações que não chegaram a ser votados, uma vez que a Assembléia caiu por falta de quórum, já quase ao seu final. Certamente, serão hoje apreciados pelo Plenário, se os Parlamentares do PMDB e do bloco de sustentação ao Governo permanecerem no Plenário. Porque hoje me parece que há uma grande preocupação e uma correria ao Palácio Iguaçu para o recebimento das ambulâncias que o Governo distribui a seu bel prazer, para o interior do Estado do Paraná.

Enquanto isso, alguns Municípios da Região Metropolitana sofrem a falta, não só de viaturas, de ambulâncias, mas especialmente de estrutura para a Polícia Civil e Polícia Militar. Neste exato momento, nós estamos cedendo o nosso veículo para que o Delegado da Polícia do Município de Almirante Tamandaré vá até Pato Branco para trazer de lá um elemento preso pela polícia local e envolvido num crime na cidade de Almirante Tamandaré. Esta é a situação da segurança pública no Estado do Paraná, delegado não pode trabalhar porque não tem dinheiro para comprar combustível para as viaturas, enquanto isso o Governo faz festa distribuindo ambulâncias e até mesmo viaturas policiais para outros Municípios, enquanto que aqui na Região Metropolitana os Prefeitos sofrem esta situação, sendo obrigados a liberar veículos de suas Prefeituras para que os Delegados de Polícia possam realizar os seus trabalhos.

Então, fica aqui esse registro Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Mas eu volto aqui ainda, e dando ainda também mais algum subsídio ao Deputado Mário Bezerra desta nossa luta de mostrarmos que com esses helicópteros, com esse superfaturamento que o Governo aplicou na compra de dois helicópteros, quantas viaturas mais poderia o Senhor Governador comprar, ambulâncias ou viaturas policiais para atendimento à nossa Região Metropolitana também. E vejo de que há ques-

tão de uns quatro meses atrás, ou três meses, nós tivemos um fato grave aqui na Serra do Mar quando um jovem escoteiro ficou perdido no Pico do Marumbi. Solicitou-se helicóptero por parte do Governo do Estado, que tem dois, e naquele dia não tinha nenhum, a informação era de que o helicóptero estava em manutenção e o outro estava fora do Estado. Vejam como é que está a situação com relação aos helicópteros.

Então, eu estou dando entrada hoje nesta Casa de mais um pedido de informações a respeito dos helicópteros que está dando o que falar em relação ao seu superfaturamento.

Quantos helicópteros possui o Governo do Estado? Para que fins, em que ações, operações ou tarefas vêm os mesmos sendo utilizados? Inclusive eu peço aqui para que envie relatórios das utilizações com especificação de datas, ocupantes e natureza da atividade. Por que que eu faço este teste de relatório? Porque recentemente eu fiz uma denúncia, e abri inclusive um processo, porque o Presidente Regional do PMDB, utilizando um helicóptero, acabou descendo na cidade de Guarapuava. Quer dizer, está sendo usado helicóptero até para fins políticos pelo Governo do Estado do Paraná.

Quantas horas de voo possui cada um dos helicópteros? A que órgão da Administração Estadual cabe a responsabilidade pelos helicópteros? Quem é o funcionário responsável pela autorização para uso dos helicópteros? Por que recentemente houve uma briga de delegados, e razão pela qual originou-se a denúncia do delegado Nilo Bassan, porque a Polícia Civil queria ficar com o seu helicóptero, se ele foi comprado para a Segurança Pública!

No entanto não fica à disposição da Secretaria da Segurança Pública. Os delegados reivindicavam isso e infelizmente acabaram sendo derrotados. Então, hoje não se sabe se nesse instante na situação em que está com as chuvas em Curitiba e na região metropolitana, com as enchentes que atingem imediatamente os Municípios de Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, Municípios mais baixos, se precisar agora de um helicóptero do Governo do Estado nenhum Prefeito sabe a quem recorrer, acredito eu que nem a Defesa Civil do Estado saberá dizer imediatamente, nesse instante, quem é que vai dizer com quem estão as chaves dos helicópteros do Governo do Estado diante de tanta burocracia, de tanto desentendimento no Palácio Iguaçu. (Lê):

"O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I - Quantos helicópteros possui o Governo do Estado?

II - Para que fins, em que ações, operações ou tarefas vêm os mesmos sendo utilizados? (enviar relatórios das utilizações, com especificações de datas, ocupantes e natureza da atividade).

III - Quantas horas de voo possui cada um os helicópteros?

IV - A que órgão da administração estadual cabe a responsabilidade pelos helicópteros? Quem é o funcionário responsável pela autorização para uso dos helicópteros?

V - Onde são feitas as revisões dos helicópteros do Governo? E quantas revisões já foram realizadas - da data da aquisição dos mesmos até a presente?

VI - Qual o prazo médio de revisão técnica desse tipo de aparelho?

VII - A revisão normal dos helicópteros é feita de forma alternada ou simultaneamente?

VIII - Onde encontravam-se os helicópteros nos dias 30 e 31 de maio do corrente ano?

IX - Ocorreu alguma espécie de acidente envolvendo os helicópteros?

X - Em caso afirmativo: onde ocorreu o acidente? Foi em atividade oficial? Quem ocupava a aeronave? Que tipo de acidente? Onde ocorreu? Houve registro de ocorrência em algum órgão da aeronáutica?

XI - Em decorrência do acidente, onde foi realizado o conserto do helicóptero e qual o seu custo? Quanto tempo durou o conserto?"

São algumas indagações que estou fazendo.

A Sra. Emilia Belinati - Concede-me um aparte, Deputado? (Assentimento) - Concordando com o pronunciamento de V.Exa., o Governador do Estado realmente não tem uma política de atendimento ao bóia-fria, por exemplo. Hoje os jornais estão noticiando mais um acidente acontecido com bóias-frias nas estradas do Norte do Paraná. O Governo não dispõe de pessoal e de equipamento e de viatura para fazer a fiscalização desses caminhões se eles realmente estão em condição de transportar o bóia-fria, o trabalhador rural.

Então há necessidade realmente do Governo se preocupar mais com o homem, investir mais em programas, principalmente programas específicos para o trabalhador rural. Enquanto o Governo não tem recursos para a compra de viaturas, contratação de pessoal para fiscalização, os nossos trabalhadores rurais estão sofrendo acidentes, morrendo nas estradas do Paraná por falta de uma fiscalização maior, de um apoio maior, de uma política específica do

Curitiba, terça, em 21.09.93

Governo do Estado para o bóia-fria no Estado do Paraná.

É realmente uma tristeza o que acontece. Nós concordamos com o pronunciamento de V.Exa. e que o Governo do Paraná deve ter outras prioridades que não essas denunciadas por V.Exa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Tem toda a razão, Deputada Emilia Belinati, e é bom lembrar, Deputados, que durante a campanha governamental, um lobby de campanha do PMDB foi regulamentação da situação do bóia-fria, acabando com os caminhões de carroceria aberta e exigindo dos empresários, dos usineiros em especial, ônibus e veículos preparados para a condução desses bóias-frias. Aliás, até o próprio César Beloniel, do DSTC, saiu várias vezes na imprensa dizendo que operário estava sendo transportado pior que animal, enquanto alguns cavalos de raça, enquanto alguns animais de raça eram transportados em veículos condizentes, com toda a estruturação feita, o bóia-fria era transportado em cima de carroceria.

No entanto ficou apenas no discurso, porque na prática continuam os bóias-frias sendo tratados piores que os animais, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 058/93, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1° de setembro do corrente ano, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares e demais funcionários. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 1679/93, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal daquele Tribunal, a partir de setembro do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 1681, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, a partir de setembro do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para os devidos

fins.

Ofício n° 624/93, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajustamento de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n°, subscrito pelo Sr. Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que visa reajustar os vencimentos de cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão da Administração Superior do Magistério Público, a partir de 1° de setembro do corrente ano. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do P.D.T., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes à construção da Usina de Salto Caxias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do P.P., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes à construção da Usina de Salto Caxias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do P.F.L., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes à construção da Usina de Salto Caxias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do P.T.B., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes à construção da Usina de Salto Caxias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do P.M.D.B., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para acompanhar as ações pertinentes à construção da Usina de Salto Caxias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino, na qualidade de Líder do P.T., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para acompanhar as ações per-

tinentes à construção da Usina de Salto Caxias. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do P.D.T., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para averiguação, da situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ovídio Constantino, na qualidade de Líder do P.T., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado para participar da Comissão Especial para averiguação da situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do P.P., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para averiguação da situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do P.T.B., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para averiguação da situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do P.F.L., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para averiguação da situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do P.M.D.B., constante do expediente, indicando o Sr. Deputado que irá compor a Comissão Especial para averiguação da situação da Casa do Estudante Universitário do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Depu-

tado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Com voto contrário da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com votos contrários das Bancadas do PDT e o PT.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando destaque na votação e discussão da Proposição n° 041/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Rejeitado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 041/93 - Veto aposto ao Projeto de Lei n° 257/92, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Lygia Pupatto e Dr. Rosinha, que autoriza a criação de Delegacias da Mulher em municípios paranaenses e dá outras providências. Com RELATÓRIO da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO/DTL/SAT n° 196/93

Curitiba, 02 de agosto de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 212/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 257/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário aos superiores interesses públicos, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de Delegacias da Mulher nos municípios paranaen-

ses, estabelecendo prazo para a efetivação da medida proposta e fixando normas para a constituição e funcionamento de tais delegacias.

A negativa de sanção ao ~~planejamento~~ de lei em referência decorre de sua flagrante inconstitucionalidade, por conflitar com os mandamentos do art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, onde está expresso que ao Governador do Estado compete privativamente a proposição de matérias que envolvam a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Não bastasse tal argumento, há que se considerar, ainda, que a forma ampla e genérica em que vem colocada a proposta, torna-a totalmente inviável e de difícil exeqüibilidade. Pois, há de se convir que, para dar implemento a projeto de tal envergadura, seria necessária a alocação de recursos financeiros de tal monta, que, inquestionavelmente, viria comprometer todos os demais programas do governo, principalmente aqueles direcionados à solução de questões emergenciais e prioritárias nas áreas de saúde, educação, habitação, transportes e tantos outros.

Convém ainda ressaltar que, na maioria dos municípios paranaenses, o número de ocorrências de violência contra a mulher é tão reduzido que não justifica a criação de uma Delegacia Especializada, cujo atendimento a tais casos vem sendo prestado satisfatoriamente pelos órgãos policiais já existentes. Além do que, em razão de estudos procedidos por órgãos técnicos do governo, com vistas à viabilidade de se instalar tais delegacias em alguns municípios, obteve-se o consenso de que, inicialmente, sua implantação fosse efetivada nos municípios sedes de comarcas de entrada final.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 257/92, encontra-se publicado no D.A. n° 134, de 22.09.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 041/93

P A R E C E R:

Vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Projeto de Lei n° 257/92, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e da Deputada Lygia Pupatto, que autoriza o Poder Executivo a criar Delegacias da Mulher em muni-

cípios paranaenses e dá outras providências, foi encaminhado a este Poder Legislativo dentro dos prazos constitucionais.

O veto governamental deu-se em observância dos prazos constitucionais e regimentais, merecendo portanto, a análise deste Poder Legislativo, cabendo aos Senhores Parlamentares com assento nesta Casa de Leis, manifestar-se sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição n° 042/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 395/92, autoria do Deputado Alceu Swarowski, autoriza o DETRAN a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos pelo CONTRAN. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Ofício DTL/SAT n° 195/93

Curitiba, 02 de agosto de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 213/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 395/92, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Departamento de Trânsito - DETRAN, fica autorizado a "proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, não podendo este fazer qualquer indicação de fabricante, pois de livre escolha do usuário."

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em causa decorre do contido no Parecer n° 204/93-CJ, do DETRAN, cujo inteiro teor é anexado por cópia autêntica, onde o referido órgão estadual considera a medida inconstitucional e desnecessária, porque versa sobre matéria de competência da União e por ela já amplamente regulamentada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Parecer n° 204/93-CJ

Protocolo n° 1.523.772-4

Senhor Diretor:

1 - A Casa Civil encaminha Projeto da Lei n° 395 /92, de iniciativa da Assembleia Legislativa, cuja finalidade seria a de regulamentar a adaptação de equipamentos em veículos destinados a portadores de deficiências físicas.

2 - Preliminarmente, o Projeto de Lei afronta o disposto no inciso XI do artigo 22 da Constituição Federal, que reserva à União competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte.

3 - Ainda que não pecasse por inconstitucionalidade, uma Lei nos termos que ora se propõe seria desnecessária pois o assunto que iria regulamentar já o foi pela legislação federal, com muito maior minúcia e alcance.

4 - Na verdade, nota-se de sua Justificativa, o Projeto de Lei funda-se em interpretação errônea do artigo 56 da Resolução n° 734/89, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

O dispositivo não veda a adaptação de veículos para uso por parte de deficientes físicos, ao contrário, não apenas o permite como também trata das adaptações de modo minucioso e altamente técnico.

5 - Nos termos da legislação (federal) em vigência, o deficiente físico candidato à obtenção de CNH deve procurar o DETRAN onde será submetido a exame de sanidade física e mental por Junta Médica Especial.

As adaptações que o veículo deverá ter para que o deficiente físico possa vir a ser habilitado para dirigir serão determinadas por esta Junta, obedecidas as prescrições do parágrafo único do art. 56 da Resolução n° 734/89-CONTRAN.

Adaptado o veículo conforme as determinações da Junta Médica Especial, o candidato portador de deficiência física pode requerer os exames necessários para a obtenção da CNH, como qualquer outra pessoa.

A única diferença é que sua CNH sairia com a restrição de só valer para a condução de veículos com as adaptações que houveram sido determinadas para o seu caso em particular.

6 - Em razão do exposto, entendemos que o Projeto de Lei ora tratado é inconstitucional, e desnecessário, pois o assunto já foi amplamente regulado pela União.

É o parecer, salvo melhor juízo.

(a) JOSÉ CORRÊA PORTO DE ABREU NETO
Consultor Jurídico em exercício

DESPACHO

I - Aprovo o parecer n° 204/93-CJ;

II - Devolva-se à casa Civil, com urgência;

III - Ao Gabinete, para as providências necessárias.

(a) JOACYR DELIBERADOR

Diretor-Geral

(O Projeto de Lei n° 395/92, encontra-se publicado no D.A. n° 169, de 25.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 042/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o Veto apositado ao Projeto de Lei n° 395/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que tem por finalidade autorizar o DETRAN a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo CONTRAN.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal.

A razão exposta pelo Sr. Governador para o mencionado veto é que o mesmo é inconstitucional por versar sobre matéria exclusiva da União.

Face o exposto, nosso parecer é favorável a apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Em atenção ao que foi deliberado pelo Plenário, a Mesa colocará em discussão e votação, as proposições 41 e 42/93, constantes da Ordem do Dia, lembrando aos Srs. Deputados que para a rejeição do veto e conseqüente manutenção dos projetos, serão necessários 28 votos "NÃO".

Votando "NÃO" - vota-se pela rejeição dos vetos.

Votando "SIM" - vota-se pela manutenção dos vetos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Discutir).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já estive na tribuna desta Casa fazendo uma série de análises a respeito de determinados projetos que caminham de encontro aos anseios da família brasileira do meu Estado.

Os dois projetos, tanto o do Deputado Ovídio, do Deputado Dr. Rosinha, da Deputada Lygia, que autoriza a criação de Delegacias da Mulher em municípios paranaenses, e pede uma série de providências, nada mais é, Deputado Renato Adur, Deputado Nilton Barbosa, Deputado Paulo Maia, Deputado Erondy, líderes desta Casa, nada mais é do que uma idéia que sai e atravessa esse concreto e chega ao Palácio Iguaçu para

levar ao Sr. Governador do Estado do Paraná, ao Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado, projetos de relevante importância: um do Deputado Alceu Swarowski que autoriza o DETRAN a proceder o licenciamento a deficientes físicos de veículos adaptados, que já foi uma luta do Deputado Dirceu Manfrinato nesse Parlamento. V. Exa., lutou há 4 anos atrás, com projeto idêntico. O Deputado Dirceu ocupava a tribuna nesse parlamento, lutava para que o deficiente tivesse o direito que pede V. Exa., Deputado Alceu Swarowski.

Essas idéias já passaram por este Parlamento.

Veja bem, se o Governador Roberto Requião quiser colocar em prática este projeto quase idêntico o da União, que já está no forno para vir a este Plenário, se ele quiser colocar em prática ele coloca; se ele não quiser, fica para o futuro Governador do Paraná, seja quem for, seja Jaime Lerner, Álvaro Dias ou o Ernani Pudell pelo PT e tantos outros candidatos que vão surgir por este Paraná.

Ora, é autorizatório. Autoriza, meu Deus! Precisamos de delegacias da mulher! Quantas mulheres são espartilhadas, rasgadas, violentadas nos seus direitos e não têm onde ir, a quem pedir socorro, não têm uma delegacia especializada no Interior. Cianorte não tem. Arapongas não tem. Em nenhum município do Paraná... esta delegacia gera empregos: à psicóloga que fica anos dentro de uma universidade e precisa trabalhar, à assistente social que fica anos dentro de uma universidade, e precisa trabalhar, o advogado sai do seu banco universitário e também não tem emprego. Vamos esquecer o PT, PMDB, PFL, PTB... Não é o PT que faz o Dr. Rosinha, é o Dr. Rosinha que, com suas atitudes, faz o PT. É a Deputada Emilia que faz o PDT. É o Deputado Erondy que faz o PTB. É o Deputado Colombino que tem suas aspirações federais.

Ora, meu Deus, vamos esquecer partidos políticos. Vamos nos unir. Vamos votar "NÃO" ao Sr. Governador. Não é possível que este homem tenha a mente tapada, fechada! O que quero é gerar empregos.

O Deputado Nilton tem um projeto aqui para autorizar asfalto em determinado trecho. É um sonho que você tem, de asfaltar determinado trecho. Daqui a pouco vem o Deputado Colombino, autoriza o Governo a doar terrenos para construção de novas indústrias.

Estamos autorizando, meu Deus do céu! Ele faz se quiser. Se não quiser, quem ganhar a eleição, seja o Álvaro, Jaime Lerner, Ernani, José Eduardo, seja quem for, que pegue o projeto e leia.

Pelo menos leia. Forme uma idéia. Vamos colocar em prática meu Deus do céu.

Pergunto, existe alguma casa-abrigo no Paraná, em que a mulher quando vai à delegacia espancada, rasgada, violentada, ensanguentada, ela tem medo de voltar para casa porque ela sabe que vai ser assassinada. E onde ela vai ficar? Na casa do Governador? Não. Na casa dos Srs. Deputados? Não. Em algum hotel que alguém vai pagar para ela? Não.

E por que, meu Deus do céu, não ter em cada delegacia da mulher desse Estado a Casa do Abrigo para a mulher que foi espartilhada no seu silêncio? Ela vai para a Casa do Abrigo, fica ali 7 dias até que a polícia que tem vergonha na cara, resolva o problema dela junto com uma assessoria decente, que ganhe bem. A psicóloga vai analisar o problema dela; a assistente social vai ver o problema do marido; e o Poder Judiciário, que representa a defesa e a guarda da família brasileira, tome as providências. Aí a mulher sai da Casa do Abrigo e retorna para a sua residência.

Senhores, está autorizando. Faz se quiser. Não é obrigado. Então, por favor ilustres Deputados, não sou eu que peço. É a mulher brasileira do Paraná. Não venham me dizer que é só mulher pobre que leva porrada na vida, não. Tem muita mulher de rico que vai de madrugada na delegacia porque precisa de apoio e não tem também uma Casa de Abrigo para ficar.

Em nome da decência, da moral, dos costumes, em nome da negra, da branca, em nome da mulher vote não, pela mulher brasileira do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação com a palavra Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero parabenizar o ilustre Deputado Alborghetti o que para mim não é nenhuma surpresa o comportamento deste ilustre Parlamentar quando se trata das questões sociais do nosso Estado.

E quero reafirmar a minha posição quando se questionou a proposição do PT e, quero reafirmar a minha posição de que nós não misturamos as ideologias partidárias quando sentimos que alguns projetos de alcance sociais nós temos que apoiá-lo, defendê-lo e, na verdade, eu quero reafirmar a minha posição em relação a esse projeto autorizatório que pede a implantação da Delegacia da Mulher.

Não vou questionar a questão da necessidade, uma vez que o ilustre Deputado Alborghetti já questionou e não vejo mais razão para gerarmos mais polêmicas porque Vossa Excelência colocou muito bem claro essa necessidade que o Paraná precisa ter

a Delegacia da Mulher.

Eu quero reafirmar a minha solidariedade e meu apoio para que seja implantada a Delegacia da Mulher no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Assembléia, lamento profundamente a falta de sinceridade, não do Governador, mas da assessoria do Governador, porque para a mesa do Governador vão inúmeros projetos para despacho, e Sua Excelência, quando coloca o seu autógrafo, evidentemente, diante de tanta correria, tanta coisa, não tem tempo de ler um por um dos despachos, confiando plenamente na sua assessoria.

Lamentavelmente, esta assessoria insensível do Governador do Estado do Paraná está aí a brincar com os Senhores Parlamentares da própria Bancada Governista! Eu tenho recebido diariamente, agora há pouco eu despachava da minha mesa, no Plenário, mais de cinco Projetos de Lei de vários Senhores Deputados, pedindo a criação de delegacias da mulher, em várias regiões do Estado do Paraná.

Quer dizer, eu imagino então que a partir de agora eu acabe adotando a seguinte posição, de não aceitar, a minha comissão, de não perder tempo em despachar este Projeto de Lei, pedir a um dos Parlamentares para fazer o relatório do Projeto de Lei, reunir a Comissão, discutir, aprovar e mandar para o Plenário.

Estamos aqui para perder tempo? Para brincar? Ou estamos aqui para trabalhar sério? Todos os que estão aqui têm esta responsabilidade, de trabalhar com seriedade. Agora, não consigo ficar à mercê, ficar nas mãos de assessores insensíveis do Governador, que não são capazes de aceitar um projeto que é autorizatório! Que não obriga o Governador do Estado, como já disse o Deputado Alborghetti, a criar a delegacia!

Hoje mesmo está na Ordem do Dia, um projeto de lei do Deputado Namir Piacentini. O que quer o Deputado? Ele autoriza o Poder Executivo a determinar a criação e instalação de um Batalhão da Polícia Feminina, com sede no Município de Campo Mourão. Certamente, este projeto será aprovado. Já passou pela minha Comissão de Segurança Pública, já recebeu parecer favorável, mas daqui há um mês estará de volta a esta Casa, para ser votado. O próprio Deputado Namir Piacentini, coincidentemen-

te agora há pouco despachava, para que um Parlamentar da minha Comissão desse um parecer, ele cria, também, a Delegacia da Terceira Idade. E por que não?

No entanto, vai para um Parlamentar da Comissão de Segurança Pública que irá utilizar o seu tempo precioso para exarar um parecer, voltará para a Comissão se reunir, para voltar para o Plenário. Chegando aqui, estará aprovado. Chega no Palácio Iguaçu, estará vetado.

Acho, então, que devemos economizar tempo, papel e dinheiro. A partir de agora não se aceita nenhum projeto, porque o Governador do Estado está vetando, praticamente 50% ou 60% dos projetos que passam nesta Casa. Talvez nem por culpa de Sua Excelência, que não tem tempo de analisar projeto por projeto. Nós sabemos como é a atividade do Executivo. Mas, talvez, a maior parte por culpa da insensibilidade daqueles que assessoram o Senhor Governador.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com muita propriedade, faz a sua defesa do projeto de lei de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Lygia Puppato e Ovídio Constantino.

Nós acompanhamos, desde o início, a tramitação deste projeto na Casa, porque projeto da mesma natureza nós já enviamos, também à Casa, com relação a autorização para que o Senhor Governador criasse e instalasse a Delegacia da Mulher na Cidade de Umuarama, em forma de sub-divisão policial estendesse o seu atendimento a toda a região da referida cidade. Desta natureza, também, entrou o Deputado Anibal Khury, pedindo a criação de uma Delegacia da Mulher em União da Vitória. O vice-Líder do Governo, nesta Casa, Deputado Oswaldo Trevisan, também pediu para Cornélio Procópio. E assim como outros companheiros pediram para as regiões que aqui representam.

E não vemos porquê, Deputado Alborghetti, deixarmos de votar. Votaremos com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque entendemos que se o nosso projeto atendia a região que com muita satisfação representamos nesta Casa, a região de Umuarama, idéia dos nossos companheiros é mais abrangente. E a mesma preocupação que tem Vossa Excelência com relação à segurança temos nós, como Deputado, como Líder do Partido Progressista nesta Casa, que para a nossa alegria temos novos brilhantes companheiros que têm a mesma preocupação que nós temos. Nós sabemos das falhas

existentes hoje na Segurança Pública do Paraná, nós sabemos que há falta de viatura. Nós temos municípios que representamos que há mais de um ano não temos viatura, nós temos municípios, Município como Jussara ao lado de Cianorte que o Delegado de Polícia às vezes tem que fazer as suas vigilâncias usando táxi, nós sabemos da falta que temos de Delegado de Polícia, e as vezes temos que apelar aos chamados delegados calça-curta porque não temos no quadro da Polícia Civil os bacharéis para que possam pelo menos atender as delegacias.

Nós sabemos das falhas existentes e por diversas vezes temos levado ao conhecimento do Senhor Governador do Estado, por diversas vezes temos levado ao conhecimento do Secretário de Segurança, e até certo ponto denunciado atitudes do mesmo, que na última aquisição mesmo de viatura para a Polícia Civil do Estado, distribui mais politicamente, olhando a abertura de espaço político para disputar uma vaga na Câmara Federal e deixando de lado o atendimento técnico, atendendo a necessidade real dos municípios que necessitavam de viaturas.

Não é porque damos sustentação ao Governo nesta Casa não, não é porque integramos o bloco de apoio ao Governo que vamos deixar de criticar as falhas existentes, e se é que existe uma falha, a falha está realmente na área de Segurança Pública.

Por isso, o nosso projeto para a criação da Delegacia da Mulher em Umuarama, o Deputado Anibal Khury, o Deputado Trevisan, deixamos de lado, e vamos dar apoio, sim, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ao projeto da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que abrange não só uma região e sim todo o Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, — quero declarar o meu voto a favor do Deputado Rosinha porque entendo que a Delegacia da Mulher é importante, dá um atendimento melhor e não constrange a mulher quando vai a uma delegacia fazer a sua queixa, fazer o seu relato.

E eu me recordo que quando Vereador de Curitiba trabalhei muito para que a Delegacia da Mulher fosse uma realidade em Curitiba, e ela o foi. A Delegacia da Mulher em Curitiba funciona desde 1983 e não precisou de projeto de lei estadual. Agora, a lei é uma lei autorizatória, portanto pode ser perfeitamente votada e sancionada pelo Governo. Agora, o que é mais importante além da lei, como não é necessária a lei, é a vontade do Governo, a vontade da Secretaria da Segurança em criar esses departamentos em cada Município do Estado abrindo um espaço, um atendimento especial

Portanto, o nosso voto será favorável ao projeto do Doutor Rosinha.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, Senhora Deputada, eu quero declarar o meu voto contra o veto do Senhor Governador, a favor da Delegacia da Mulher. Mas vou além Senhor Presidente e Senhores Deputados, parabenizando a Bancada do PT, Doutor Rosinha, e também o nobre companheiro, Deputado Luiz Carlos Alborghetti pelas colocações.

A minha opinião pessoal é que a Delegacia da Mulher é discriminatória, a Delegacia da Mulher discrimina a mulher, e diante dessa discriminação eu vou apresentar nesta Assembléia um projeto de lei autorizando o Governo a transformar todas as Delegacias do Paraná em Delegacia do homem e da mulher, porque o homem não faz filho sem mulher e a mulher não faz filho sem o homem.

Me lembro ainda de um projeto apresentado pelo mesmo Dr. Rosinha aqui na Assembléia e já quando era Vereador na Câmara, em que ele dizia - através de projetos, de anteprojetos a criação dos abrigos. E o Deputado Alborghetti lembrou muito bem aqui: é o mesmo que dar terra ao colono e não dar o maquinário para o colono trabalhar! É o mesmo que dar a mamadeira para a criança sem o leite!

Então eu quero comunicar a esta Casa que eu vou entrar com um projeto de lei aqui na Assembléia, autorizando o Governo a transformar todas as delegacias do Paraná em delegacia do homem e da mulher para que a mulher não seja discriminada.

E eu quero mais uma vez declarar o meu voto contra o veto do Senhor Governador e a favor do projeto do Dr. Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em 1991 aqui na Assembléia Legislativa apresentei um Projeto de Lei criando as Casas de Abrigo para as mulheres que fossem vítimas de violência. Esse Projeto foi aprovado por todos os Senhores Deputados e o Governador vetou alegando não ter verbas, quando, no próprio Orçamento de 92 na ocasião da votação dele em 91, eu tinha colocado rubrica que também tinha sido aprovado.

Portanto, a alegação é incorreta, alegando que não existia rubrica para atendimento das Casas de Abrigos. Foi uma das emendas feitas por mim e aprovada.

Em 92, em função disso a Bancada do PT - o Deputado Ernani estava de licença, en-

tão estava a Deputada Lygia Puppato, eu e o Deputado Ovídio Constantino, apresentamos este Projeto de Lei autorizatório porque dizia-se que criar não poderia, que era assim que tinha sido votado. E nós autorizávamos não só a Delegacia da Mulher, mas junto, o funcionamento de abrigo. Porquê a Delegacia da Mulher? Porque a mulher é vítima de preconceito hoje na sociedade e por ser vítima de preconceito, muitas vezes, quando sofre qualquer violência física ou psíquica, este mesmo preconceito impede-a de ir a uma delegacia para formular a queixa. No entanto, sendo uma delegacia específica que dê preferência, não é obrigatório, que dê preferência a que todos que trabalham nessa delegacia sejam mulheres, ajuda a romper - em primeiro, esse medo inicial da denúncia e em segundo lugar ajuda a romper o preconceito.

O que diz o projeto de lei do Partido dos Trabalhadores. Diz que o Poder Executivo buscará estudar a situação de violência no nosso Estado e terá prioridade para abrir delegacias nas cidades mais violentas. Em segundo lugar, estabelece que em cada delegacia dessa, terá funcionando junto uma Casa de Abrigo e a equipe de atendimento será multidisciplinar. E também essas delegacias atuarão no sentido de prevenir a violência e para isso desenvolverão vários atos que se fizerem necessários.

O tratamento de emergência, bem como os cuidados físicos, psicológicos, sociais etc. será dado por essas Casas de Abrigo que funcionarão junto a essas delegacias. Esse Projeto visa nada mais do que atender a maioria da população que são as mulheres - 52% da população, de acordo com o IBGE. No entanto são maioria em termos numéricos, mas na hora que formos analisar a questão do preconceito sofrem como vítimas como se fossem as minorias discriminadas ou vítimas de preconceitos.

Por isso que nós conclamamos a todos os Senhores Deputados a votar ou não o Veto do Governador.

E por último agradecemos as intervenções e a falação favorável dos Deputados Alborghetti, Manfrinato, Algaci, Nilton, Neivo e Luiz Carlos. E gostaríamos que todos os demais acompanhassem a manifestação desses Deputados votando não a esse Veto posto pelo Governador do Estado. (Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa mais uma vez ao Plenário que para a rejeição do Veto serão necessários vinte e oito votos Não. Votando Não derruba o Veto. Votando Sim mantêm os Vetos.

Convoco o Senhor 1º Secretário, Depu-

tado Aníbal Khury, para a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Votaram 45 Senhores Deputados. Pela manutenção do Veto 27 votos, pela rejeição do Veto 17 votos. **Estão mantidos os vetos.** E um voto

Esta Presidência solicita, a exemplo do que fez ontem, às pessoas que estão nas galerias que se mantenham dentro daquilo que estabelece o Regimento Interno com o devido respeito a essa Casa.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 398/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO. Institui pagamento diferenciado para os Estudantes de 1° e 2° graus no transporte coletivo das Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.E.. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e faz a Verificação de Votação.

Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. E os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e dois rejeitam e 13 aprovam. **Está rejeitado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 108/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI. Declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Puxavante de Lidianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 172/93, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO. Estabelece a obrigatoriedade da construção de passarelas para pedestres no perímetro urbano das rodovias estaduais e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu constato que o referido projeto não passou pela Comissão de Segurança da Casa e é uma matéria que diz respeito à segurança dos pedestres. Por esta razão Senhor Presidente, pediria a retirada desse projeto, muito embora Vossa Excelência já tenha colocado em votação. Pediria a retirada desse projeto e encaminhamento para parecer na Comissão de Segurança.

Curitiba, terça, em 21.09.93

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa lamenta não poder atender o pedido de Vossa Excelência. O projeto constava da Ordem do Dia de ontem e da Ordem do Dia de hoje. Foi colocado em votação e rejeitado pelo Plenário.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 275/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti. Institui a Carteira de Prevenção do Câncer Ginecológico e Mamário. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 333/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Declara de Utilidade Pública o PROVOPAR, Programa do Voluntariado Paranaense, do Município de Assis Chateaubriand, Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 359/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica. com PARECERES FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 383/93, de autoria da Deputado EMILIA BELINATI. Declara de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs de Betânia, com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 391/93, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Prudentópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 397/93, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO. Altera a redação do Art.1° da Lei n° 10156. (O Instituto de Educação do Paraná, sediado na Cidade de Curitiba, passa a denominar-se Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 400/93, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 40/93. Autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à

Associação Santa Terezinha de Reabilitação Auditiva - ASTRAU, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 412/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 419/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Jussara ao Município de Terra Boa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 420/93, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA. Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica. (Ligando o Município de Altônia ao Distrito de Jardim Alegre). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 422/93, de autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Barbosa Ferraz - APMI, Com sede no Município de Barbosa Ferraz - PR. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 423/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Vendedores Ambulantes do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 424/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Pinhão-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 426/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 431/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Denomina o Hospital Geral do Portão e seu Centro Cirúrgico, respectivamente, Hospital Geral Mauro Senna Goulart e Centro Cirúrgico Albert Sabin. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 433/93, de autoria do Deputado Nereu Moura. Declara de Utilidade Pública a APMI de Catanduvas, com sede e foro naquele Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 436/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 440/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Creche-Escolar Crisálida, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 441/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Declara de Utilidade Pública a Creche Estrela D'Alva, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 443/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Declara de Utilidade Pública a Creche Nice Braga, com sede e foro no Município de Jundiá do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 456/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Denomina Doutor Diogo Emanuel de Almeida, a Rodovia 153, no trecho que liga Imbituva a Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 358/93, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Pierino Gotti. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.

Nesta fase, estaremos apreciando ape-

nas o Substitutivo Geral da C.C.J.. Em Discussão o Substitutivo Geral. Em votação. Em discussão. Aprovado.

O Projeto irá a Redação Final.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 398/92, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino, Ernani Pudell. Dispõe sobre o livre acesso dos Deputados Estaduais aos estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena criminal e outros estabelecimentos. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S. e C.S.P..

Sobre o referido Projeto, Emenda Aditiva de Plenário de n° 01 de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 01

PROJETO DE LEI N° 398/92

Artigo Único - A visita parlamentar às Instituições Penais e Delegacias de Polícia, nos períodos compreendidos, entre 18:00 e 07:00 horas, de segunda à sexta-feira e nas 24 horas de sábados, domingos e feriados, deverá ser precedida de comunicação prévia ao responsável pelo estabelecimento.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) NELSON GARCIA

Apoio: Ademar Traiano, Júlio Bifon, Hermas Brandão, Heinz Herwig.

O Projeto retorna às Comissões para os pareceres que se fazem necessários.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 453/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 042/93. Extingue o Fundo de Previdência do Estado, criado pelo Art. 3° da Lei 10.219 de 21 de dezembro de 1992. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em n° de 10 (dez) de autoria de diversos Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO N° 01
PROJETO DE LEI N° 453/93

Art. 1° - Os recursos do Fundo de Previdência do Estado (FPE) - criado pela Lei 10.219 de 21 de dezembro de 1992, incluindo-se as parcelas a serem agregadas e excluídos os valores necessários para o pagamento dos benefícios a que se destina, serão aplicados, exclusivamente, em financiamentos que tenham garantia de retorno e visem o incremento da produção agrícola, industrial e, excepcionalmente, em projetos de habitação popular no Estado do Paraná.

§ 1° - Os recursos do Fundo de Previdência do Estado serão geridos pela Carteira de Fomento do Banco do Estado do Pa-

Curitiba, terça, em 21.09.93

raná ou de seu sucessor, em conformidade com programas de desenvolvimento econômico e social do Estado.

§ 2° - Além das atribuições previstas no inciso I, do artigo 55, da Lei 10.219, o Conselho Curador do FPE elaborará as normas para aplicação dos recursos do Fundo de Previdência, das condições de garantia de empréstimo, do prazo de retorno e demais condições de garantia de empréstimo, do prazo de retorno e demais condições que assegurem a rentabilidade, retorno e o cumprimento das funções de incremento econômico e social.

§ 3° - Os subsídios aos financiamentos previstos no art. 1° desta Lei, se houverem, serão cobertos pelo Tesouro do Estado e depositados no Fundo de Previdência do Estado, a fim de preservar o valor real dos recursos de que trata o art. 3° da Lei 10.219.

Art. 2° - O Poder Executivo deverá alocar recursos humanos dentre o quadro de servidores do Estado, a pedido e por indicação do Conselho Curador do Fundo de Previdência do Estado, bem como de equipamentos e recursos materiais, sem quaisquer ônus para o Fundo de Previdência, com objetivo de capacitar o Conselho Curador em suas atribuições de fiscalização e de órgão deliberador do Fundo de Previdência.

Art. 3° - O Poder Executivo fica obrigado a enviar até 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, o plano para aplicação dos recursos, conforme art. 1° desta Lei, a ser apreciado no máximo em 30 (trinta) dias, pelo Conselho.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(aa) ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

Apoio: Emilia Belinati, Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa proporcionar ao Estado maior aporte de capital para o desenvolvimento econômico e social, através de aplicação dos recursos do Fundo de Previdência na incrementação da produção agrícola, industrial, e, excepcionalmente, em projetos de habitação popular. Ao mesmo tempo garante o retorno do capital investido e a viabilidade do próprio Fundo Previdenciário.

Importante, também, a participação efetiva do Conselho Curador, conforme disposto no art. 55 da Lei 10.219. Não se pode excluí-lo dos objetivos propostos pela referida Lei, haja vista que a Constitui-

ção do Estado do Paraná, em seu art. 41, assegura a participação paritária de servidores públicos na gerência de fundos e entidades para as quais contribuem.

Tal foi a preocupação do constituinte estadual no sentido de garantir a participação organizada da sociedade na definição e execução de programas sociais que, o inciso III, art. 166 reforça o disposto no art. 41 da Carta Magna Estadual.

Portanto, a emenda, além de disciplinar o aspecto legal e constitucional, amplia as condições do Estado para cumprir o seu papel na busca permanente do desenvolvimento e justiça social, atendendo ao princípio fundamental da Constituição Estadual, preconizado no art. 1º, inciso V, devendo, por conseguinte, encontrar apoio dos nobres Pares desta Assembléia Legislativa.

EMENDA DE PLENÁRIO N° 02

Acrescente-se onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Fica revogado o Capítulo V, e seus artigos, 53, 54, 55, 56, 57, 58 e 59, da Lei n° 10219/92, retornando a administração dos benefícios previdenciários ao I.P.E. - Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado do Paraná."

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Júlio Bifon, Nelson Garcia, Djalma de Almeida César, Luiz Henrique Bona Turra.

JUSTIFICATIVA:

Com a extinção do Fundo, o capítulo V da Lei n° 10219/92, perde o objeto, devendo ser revogado.

Para não ficar um vazio, as atribuições da gerência dos benefícios previdenciários retornam ao IPE, a quem competia administrá-los anteriormente.

EMENDA DE PLENÁRIO N° 03

Acrescente-se onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art... - O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado do Paraná - IPE, continuará com suas respectivas funções."

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

Apoio: Júlio Bifon, Nelson Garcia, Djalma de Almeida César, José Arthur Ritti.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de simples adaptação e complementação do texto original da Mensagem Governamental.

Com a extinção do Fundo de Previdência, que geria a previdência e assistência aos servidores, o I.P.E., volta às suas

funções que vinha exercendo até então.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04

Art. 1° - ...

Art. 2° - O montante existente hoje no Fundo será revertido ao Tesouro do Estado, na proporção de 10%. O restante do montante captado deverá ser destinado ao pagamento das perdas salariais dos servidores, existentes no período 91/93.

Art. 3° - ...

Art. 4° - ...

Sala das Sessões, em 21.09.93

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk e Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

Esta emenda se justifica pela perda salarial dos servidores públicos que no período de 91 a 93 já se encontra na faixa dos 480% e com a referida emenda ora proposta virá contribuir significativamente para reduzir esta defasagem.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

Acrescentar mais um artigo ao Projeto de Lei n° 453/93, nos seguintes termos:

"Art. 5° - A contribuição dos segurados ativos, inativos e dos pensionistas será de 8% (oito por cento) da base de contribuição."

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Algaci Túlio, Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 06

Suprimir o artigo 3° do Projeto de Lei n° 453/93.

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Paulo Maia, Colombino Grassano, Namir Piacentini e Mário Bezerra.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 07

O artigo 2° do Projeto de Lei n° 453/93 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - O montante existente hoje no Fundo será revertido, integralmente, ao Instituto de Previdência do Estado - IPE".

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Paulo Maia, Namir Piacentini, Colombino Grassano e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

Esta reversão se faz necessária tendo em vista a extinção do Fundão e o retorno do IPE na Previdência dos servidores, que para tanto precisa receber seu crédito junto ao Governo do Estado de mais de 400 milhões de dólares.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 08

Art. 1° - Inclua-se, na parte final do Art. 2° do Projeto de Lei n° 453/93, o texto que segue:

"Art. 2° - O montante existente hoje no Fundo será revertido ao Tesouro do Estado, que o transferirá, de imediato, para uma conta bancária específica."

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ÉLIO RUSCH

Apoio: Nelson Garcia, Luiz Antonio Setti, Basílio Zanusso, Plauto Miró Guimarães e Luiz Henrique Bona Turra.

JUSTIFICATIVA:

A transparência da aplicação dos valores resultantes dos descontos nas remunerações dos funcionários é fundamental para demonstração da seriedade do Governo na administração dos ditos valores.

A existência de uma conta corrente diferenciada para o depósito destes valores, oferecerá uma maior segurança para os servidores e mesmo para a administração pública, que terá condições de gerenciar de forma clara e segura os valores que lhe forem confiados.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 09

Art. 1° - O Art. 3° do Projeto de Lei n° 453/93, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3° - Ficam mantidos os descontos nas remunerações dos servidores públicos estabelecidos na Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992

Parágrafo Único - Os valores provenientes destes descontos serão depositados em conta bancária específica".

Sala das Sessões, em 21.09.93

(a) ÉLIO RUSCH

Apoio: Nelson Garcia, Luiz Henrique Bona Turra, Luiz Antonio Setti, Basílio Zanusso e Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

É dever do Estado oferecer toda segurança possível aos funcionários públicos, especificamente, no que se refere a aplicação dos descontos efetuados em sua remuneração.

O depósito destes valores em conta bancária própria, facilitará o controle da aplicação daquele montante, assegurando ao servidor uma maior tranquilidade para sua aposentadoria, que é o fim principal a que se destinam os descontos.

Curitiba, terça, em 21.09.93

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 10

Art. Único - O Projeto de Lei em tela fica acrescido de artigo com a seguinte redação:

"Art... - O Poder Executivo comunicará previamente a Assembléia Legislativa, sobre a alocação dos recursos provenientes da extinção do Fundão de Previdência Estadual".

Sala das Sessões, em 20.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Toti Colaço, Basílio Zanusso, Anibal Khury e Plauto Miró Guimarães.

Retorna às Comissões para receber os pareceres necessários.

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 230/92, de autoria do Deputado João Iensen. Dispõe sobre a organização da defensoria pública do Paraná, cria a carreira de Defensor Público e dá outras providências. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F., PARECER FAVORÁVEL da C.S.P.. Publ. no D.A. n° 120, de 25.08.92).

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 230/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, o projeto de lei em tela, dispõe sobre a organização da defensoria pública do Paraná, cria a carreira de Defensor Público e dá outras providências.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu Parecer, manifestou-se contrário à sua aprovação.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Finanças, segue o entendimento da Comissão supracitada, opinando pela rejeição do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.07.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 230/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado João Iensen, o presente projeto de lei dispõe sobre a organização da Defensoria Pública do Paraná, cria a carreira de Defensor Público e dá outras providências.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça e também pela Comissão de Finanças as quais deram seu parecer contrário à sua aprovação.

Nos termos da competência desta Comissão, ao examinarmos o mérito da proposta, concluímos estar a mesma em condições de ser apreciada pelo Plenário.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Por ter parecer contrário da C.C.J., será votado de forma inversa.

Solicito ao Serviço de Segurança que tome as providências com relação à senhora de blusa branca.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Embora reconheçamos que do ponto de vista constitucional caberia a iniciativa do Poder Executivo para regulamentar essa matéria, a Defensoria Pública, está prevista a sua criação na Constituição Federal, é um dos instrumentos mais importantes para assegurar a plena cidadania desse País, especialmente para o trabalho de assistência jurídica à população carente. E lamentavelmente o Governo do Estado não tem tomado providências e tido a responsabilidade de enviar a carreira de Defensor Público.

Então, nós, embora reconhecendo que a iniciativa devesse privativamente partir do Poder Executivo, votaremos favoravelmente a matéria porque entendemos que no mérito ela é um instrumento fundamental para a plena realização da cidadania neste Estado.

É isso Senhor Presidente.

A SRA. EMILIA BELINATI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Da mesma forma tenho o mesmo entendimento que o Deputado Ernani Pudell. Como membro da C.C.J. exarei um Parecer arguindo o vício de origem. Mas de acordo com a Constituição do Estado, o artigo 6º, o Governador do Estado, no prazo de 180 dias da promulgação dessa Constituição, encaminhará à Assembléia Legislativa anteprojeto de lei objetivando regulamentar a carreira de Defensoria Pública.

Ocorre que, dezesseis meses depois de promulgada a Constituição Estadual, o Senhor Governador Álvaro Dias instituiu a Defensoria Pública através da Lei Complementar n° 55, e mais uma vez deixou para mais 180 dias a criação, estruturação da carreira e demais disposições para o funcionamento da instituição (art. 6º da citada Lei).

Mas, como podemos observar, até a presente data nada foi encaminhado a esta Casa de Leis pelo Senhor Governador, motivo pelo qual o Douto Parlamentar tenta suprir esta falta.

Como acontece com outras regulamentações e outros projetos de lei que esta Casa tem apresentado e o Governador do Estado tem vetado como é o caso da criação das delegacias da mulher, de abrigos para mu-

lheres vítimas da violência, como a regulamentação de artigo que determina recursos para pesquisa científica e tecnológica e tantos outros projetos que deveriam partir do Governo do Estado, deveriam ser encaminhados pelo Governo a esta Casa e não acontecem.

Na Comissão de Constituição e Justiça, respeitando a Comissão, o meu parecer foi por vício de inconstitucionalidade, mas visto o grande alcance social, a necessidade da criação da Defensoria pública do Estado do Paraná, no mérito eu voto pela aprovação do Projeto.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O projeto de lei da lavra do Deputado João Iensen é projeto da maior relevância e trata-se de lei complementar. Na descrição vinda na Ordem do Dia não se diz de lei complementar, mas de lei ordinária.

A iniciativa de leis complementares, Senhor Presidente, é de qualquer dos Senhores Deputados, como também do Poder Executivo. A lamentar apenas que a Relatoria na Comissão de Constituição e Justiça tenha se manifestado por vício de origem, provavelmente desatenta ao fato de que na ausência de iniciativa do Poder Executivo de lei complementar prevista na Constituição Estadual, qualquer Deputado pode ter a iniciativa visando suprir a omissão da autoridade responsável pela iniciativa.

Também é de lamentar que esta confusão havida na Relatoria na Comissão de Constituição e Justiça se projete aqui para o debate quando se vota em primeira discussão esta matéria.

Na verdade é preciso, nos Pareceres da Casa, o máximo de cuidado e o máximo de detalhamento para que as manifestações havidas nos Pareceres não sejam contraditadas com as manifestações ditas em Plenário. Justamente o Parecer nas Comissões Técnicas da Casa visa esclarecer os Senhores Deputados e não confundí-los.

Confesso-me, diante da manifestação da Deputada Emilia Belinati, extremamente confuso. Não tivesse feito a leitura do extenso projeto do Deputado João Iensen e não saberia como votar nessa matéria.

Semana passada, Senhor Presidente, esta Assembléia, esta Casa, votou recomendações do Poder Executivo do Estado no sentido de que em convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil se procurasse de imediato suprir essa deficiência que é uma deficiência, omissão grave, porque enquanto nós temos, e se temos o relacionamento da defensoria pública, nós não temos a necessária regulamentação dessas funções, não tivermos também a definição das atri-

buições daquela defensoria e carece no Paraná, no Estado do Paraná, de uma Defensoria ampla, interiorizada e que possa prestar ampla assistência aos carentes, em especial àqueles que não dispõem de recursos para acessar o Poder Judiciário.

Esta recomendação não substitui a necessidade de termos essa regulamentação.

E quero inclusive, convertendo este encaminhamento numa consulta à Presidência, quando debati a matéria com o Secretário de Estado da Justiça, nos dizia o Deputado José Tavares que tramitava nesta Casa projeto de autoria do Poder Executivo sobre a matéria. E hoje nós temos aqui apresentação de projeto não de iniciativa do Poder Executivo, mas de iniciativa do Deputado João Iensen. Também aproveito a oportunidade para consultar a Presidência sobre a existência desse projeto.

De qualquer modo, e encaminhando a matéria, quero fazer apelo ao líder Renato Adur para que, aproveitando o extenso projeto da lavra do Deputado João Iensen, pudéssemos ter a designação de comissão liderada pelo Deputado João Iensen, para um entendimento com a Secretaria de Estado da Justiça, como também, Procuradoria Geral do Estado e com a chefia da Casa Civil, pudéssemos ter um debate sobre a regulamentação da Defensoria Pública e não colocássemos a perder - rejeitando sumariamente essa matéria - a perder a oportunidade que temos de ver regulamentado esse dispositivo da Constituição e com base num debate com as esferas competentes do Poder Executivo, nós pudéssemos ter o adiamento da votação dessa matéria.

Isso careceria da anuência da liderança e da maioria dessa Casa, para que não tivéssemos a rejeição dessa matéria, até porque a própria Deputada relatora manifestou-se confusa, porque enquanto num parecer escrito, dá por vício de inconstitucionalidade, portanto, fulminando o projeto, em Plenário diz que, quanto ao mérito, encaminha pela aprovação. Com a constitucionalidade deve guardar relação e coerência com o mérito, creio que nada mais adequado e é esse o apelo que faço ao Deputado Renato Adur, que pudéssemos projetar a votação dessa matéria, quem sabe, para três ou quatro sessões à frente, enquanto isso, pudéssemos estabelecer um debate sério e sentir isso, sentir a preocupação do Secretário de Estado da Justiça, de fazer regulamentar o artigo da Constituição e de assegurar o acesso da Justiça, à cidadania paranaense.

Esse é o encaminhamento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Nós já mantivemos contato com o líder da Bancada do PMDB, Deputado Renato Adur, e chegamos ao entendimento para que não se

Curitiba, terça, em 21.09.93

fulmine esse projeto em Plenário, será feita a retirada do mesmo por dez sessões.

Estou providenciando o requerimento que será encaminhado à Mesa.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que quem está confuso é o Deputado Henrique Bona Turra. Quanto ao nosso parecer, não existe nenhuma confusão e com relação ao entendimento que ele teve com o Secretário de Justiça, José Tavares, em diligência solicitada por nós àquele Secretário, a resposta dele é a seguinte (Lê):

"SECRETARIA DE ESTADO

DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

Of. n° 337/93 - GAB

Curitiba, 18 de maio de 1993.

Senhor Presidente.

Em atenção ao seu Ofício n° 040/93-CCJ, informo a Vossa Excelência que a política adotada pelo Governo do Estado para a prestação de Assistência Judiciária aos carentes é através de convênios com as Prefeituras Municipais, Universidades Estaduais e Faculdades Estaduais, com um investimento inicial da ordem de 20 bilhões de cruzeiros.

Assim sendo, inobstante as disposições constitucionais sobre a matéria, é inoportuna a criação da Defensoria Pública nos moldes do Projeto de Lei n° 230/92, encaminhado a essa excelsa Casa Legislativa.

Ao ensejo, renovo os protestos de consideração e apreço.

JOSÉ TAVARES - Secretário"

Num contato que nós tivemos com o Secretário, ele nos afirmou que não havia interesse do governo do Estado em regulamentar essa matéria. Portanto, não há incoerência nenhuma. Nosso parecer na Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão Técnica, foi pela inconstitucionalidade. Aqui nesta Casa tem se votado muitos projetos inconstitucionais, principalmente quando eles são contra o interesse da população paranaense.

Continuamos com a nossa posição de votarmos a favor do projeto. É uma questão de necessidade e que a população mais carente do Estado do Paraná tem que ter garantida: a assistência jurídica.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, conversamos com o Deputado Algaci Túlio e entendemos que essa matéria merece uma análise mais profunda e preferimos, junto com o mesmo, dar apoio ao requerimento, para adiamento desta votação, por mais dez Sessões.

Solicito a V.Exa. que aceite o requerimento para adiamento por dez sessões.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Uma consulta, Senhor Presidente.

Se Vossa Excelência pudesse socorrer-me sobre se há ou não vício de iniciativa quando se cuida de Legislação Complementar. Não posso definir expressamente, já que não disponho aqui da Constituição do Estado e também da Federal, mas a mim parece que a iniciativa de Legislação Complementar quando expressamente diz a Constituição de prazo para que adote o Poder Executivo a iniciativa da complementação de Legislação, pode ser de qualquer dos membros do Poder Legislativo.

Parece que este é o caso concreto e esta a divergência que preliminarmente manifestei quanto ao parecer da lavra da Comissão de Constituição e Justiça. Esta é uma questão importante porque, resolvida esta matéria, teríamos a possibilidade de complementar a Legislação, toda ela exigida pela Constituição do Estado. Porque uma das questões reivindicadas pela sociedade paranaense é justamente a complementação da legislação prevista em Constituição. Se qualquer dos membros do Poder Legislativo pode, como entendo e me parece que isto tem fundamento na própria Constituição, qualquer dos membros pode suprir a lacuna ou omissão do Poder Executivo, temos a possibilidade de apresentar Legislação Complementar em relação a todas as questões e aqui se refere a Constituição do Estado.

Esta a consulta que faço a V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência responderá oportunamente a V.Exa. esta questão de ordem; e aguarda o requerimento de autoria dos Deputados Algaci Túlio e Renato Adur, que solicitam a retirada por dez sessões.

Está em votação o requerimento de retirada da Ordem do Dia por dez sessões do projeto 230/92. Aprovado.

Retirado por dez sessões.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 273/92, de autoria do Deputado João Iensen. Estabelece a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1° e 2° graus das redes públicas e particulares, a disciplina de meio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.C.E. e C.E.M.A.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140 de 13.10.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 273/92

P A R E C E R:

Trata-se de projeto de lei estabelecendo a inclusão da disciplina de Meio Ambiente em todas as escolas do Estado, da rede pública e particular, em 1° e 2°

graus. Nos 6 (seis) primeiros meses, a disciplina terá caráter instrutivo e não reprobatório.

Somos favoráveis ao projeto, recomendando sua tramitação regimental até apreciação, de seu mérito, em Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI N° 273/92

P A R E C E R:

Senhor Presidente.

O Plano de Lei em análise, de autoria do Deputado João Iensen, tem por finalidade estabelecer a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1° e 2° Graus das redes públicas e particulares, a disciplina de Meio Ambiente.

O presente projeto obteve pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão, encarregada de analisar o aspecto meritório deste, somos pela sua aprovação, opinando-se favoravelmente à normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI
Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI N° 273/92

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado João Iensen, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva estabelecer a inclusão nos currículos escolares dos cursos de 1° e 2° graus das redes públicas e particulares, a disciplina de Meio Ambiente.

O referido projeto recebeu parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Esporte.

No âmbito de atuação desta Comissão nada há que obste a tramitação do projeto, tendo em vista que o objetivo pedagógico a ser alcançado é altamente compensador na área de Ecologia e Meio Ambiente.

Desta forma, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do mesmo.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 16.08.93.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 021/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Institui o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná e dá outras providências. Com PARECE-

RES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P..
(Publ. no D.A. n° 04 de 16.02.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 021/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices para sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário, mas para apresentar Parecer FAVORÁVEL, de acordo com as recomendações da Secretaria de Estado da Educação, expediente n° 1.069/93-GS/SEED, em apresentar Emenda Supressiva ao Art. 2°, em anexo.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 021/93

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, chega a esta Comissão o Projeto de lei em epígrafe, que objetiva instituir o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná, e dá outras providências.

O referido projeto obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, após consulta às Secretarias de Saúde e Educação sobre a viabilidade do mesmo.

No tocante ao âmbito desta Comissão, o presente projeto não apresenta qualquer óbice para a sua aprovação, principalmente tendo-se em conta o caráter altamente educativo e preventivo para a saúde bucal de nossas crianças.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 021/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, tem por finalidade instituir o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal Escolar no Paraná e dá outras providências.

O plano de lei em estudo já foi devidamente analisado pelas Doutas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, que através de seus respectivos relatores ofereceram parecer favorável.

Motivo de análise desta Comissão de Saúde Pública entendemos que não há óbices que impeça a normal tramitação do projeto de lei em estudo neste Poder.

É o parecer.

Curitiba, terça, em 21.09.93

Sala das Comissões, em 24.08.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

SEVERINO FÉLIX - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este projeto vem com pareceres favoráveis de todas as comissões onde passou.

Numa Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Toti Colaço foi o relator e este Deputado emitiu diligência à Secretaria da Saúde e Secretaria da Educação para pegar pareceres. E veio como resposta pareceres positivos dos Secretários Nizan Pereira e Elias Abrahão.

E aqui venho agora pedir a toda a bancada governista que dê o apoio, que a própria Secretaria do Estado já deu parecer positivo e que votemos todos juntos, aprovando este projeto que vai instituir o Programa Estadual de Prevenção da Saúde Bucal, que é reivindicado por todos os setores da área de Saúde.

Peço para que todos os companheiros votem aprovando este projeto neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o projeto.

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 209/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Autoriza o Poder Executivo a determinar a criação e instalação de um Batalhão da Polícia Feminina na sede do Município de Campo Mourão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 59 de 26.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 209/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 209/93, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, ora sendo examinado por este relator, visa autorizar o Poder Executivo a determinar a criação e instalação de um Batalhão de Polícia Feminina na sede do Município de Campo Mourão.

Como resultado da análise proferida, constatou-se que o presente plano de lei não encontra óbice algum que impeça a sua normal tramitação por esta casa de Leis, e por estar embasado em cunho meramente autorizatório, emito o parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

P A R E C E R:

O Projeto de Lei ora sob análise, de autoria do Nobre Deputado Namir Piacentini, visa autorizar o Poder Executivo a criar e instalar um Batalhão da Polícia Feminina na sede do município de Campo Mourão.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestando-se sobre a matéria, concluiu tratar-se de mera autorização legislativa, inexistindo óbices legais e constitucionais que possam impedir sua tramitação por esta Casa de Leis, e conseqüente aprovação, opinando favoravelmente.

Esta Comissão de Segurança Pública, por seu turno, reconhecendo os objetivos meritórios da proposta e, tendo em vista que a matéria não fere princípios legais e constitucionais, manifesta-se, também, pela sua tramitação, bem como pelo parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.07.93

(a) ALGACI TÚLIO - Presidente

JOÃO PREIS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 209/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, tem por finalidade criar e instalar um Batalhão da Polícia Militar Feminina na sede do Município de Campo Mourão.

A matéria já foi devidamente analisada pelas Doughtas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Segurança Pública que através de seus respectivos relatores apresentaram parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.93

(a) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 448/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati. Declara de Utilidade Pública a Associação Ambientalista Bandeira Verde, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 117 de 25.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 448/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que visa declarar de Utilidade Pública a "Associação

Ambientalista Bandeira Verde", com sede e foro na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

A referida entidade preenche as normas legais estabelecidas na Lei n° 6994, de 10.01.78, razão porque inexistente óbice de natureza regimental, legal e constitucional para seu encaminhamento.

Somos de parecer favorável a sua tramitação.

Sala das Comissões, em 31.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 450/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Declara de Utilidade Pública a União de Entidades Ambientalistas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 117 de 25.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 450/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública a União de Entidades Ambientalistas do Estado do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Analisada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 452/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Declara de Utilidade Pública Estadual a PROVOPAR Municipal de Ortigueira - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 117 de 25.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 452/93

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, objetiva declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR Municipal de Ortigueira - PR., com sede e foro no Município de Ortigueira.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, cabendo ressaltar o total atendimento aos preceitos contidos na Lei Estadual n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que disciplina nor-

mas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis no Estado do Paraná.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação de proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 457/93 de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário com sede no Município de São Sebastião da Amoreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 119 de 31.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 457/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Severino Félix Pessoa tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Centro Comunitário", com sede no Município de São Sebastião da Amoreira.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos estar de acordo com a Lei n° 6994, de 10.01.78, que dispõe de normas para declaração de Utilidade Pública.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 462/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati. Declara de Utilidade Pública a Creche Helena Ometto Torres, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 120 de 01.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 462/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 462/93 de autoria da Deputada Emilia Belinati, declara de Utilidade Pública a Creche Helena Ometto Torres, com sede e foro no Município de Londrina.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Salvo Melhor Juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução n° 003/93, de autoria da Comissão de Tomada

de Contas. Aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, no exercício de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Tomada de Contas.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 003/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovada a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao Exercício Financeiro de 1991.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.93.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

Apoioamento: Arlindo Troian, Cleiton Kielse e 1 ilegível.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N° 88/92

P A R E C E R:

A Proposição em exame, trata do balanço geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 1991, encaminhada para apreciação por esta Casa de Leis, através do Ofício ATG-440/92, pelo Excelentíssimo Governador do Estado.

A matéria cumpre o disposto no artigo 87, inciso XI, da Constituição Estadual, estando a referida Prestação de Contas dividida em três partes, a saber: Administração Direta, Administração Indireta e Administração Global.

O relatório contendo elementos contábeis de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, relativa à Administração Direta e Indireta (Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas), do Estado, oferece os dados necessários para uma detalhada apreciação da situação das finanças públicas.

De conformidade com os artigos 74 e 75, da Constituição Estadual, o assunto foi encaminhado ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por intermédio do Ofício GP n° 95/92, datado de 20 de maio de 1992, do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Os prazos constitucionais foram rigorosamente cumpridos, no tocante a tramitação da presente Prestação de Contas.

Concluídos os exames dos valores expressos nos compêndios apresentados, opinou a Diretoria Técnico Jurídica daquele Tribunal, pela aprovação das citadas Contas.

Conforme Resolução n° 10.836/92, do egrégio Tribunal de Contas do Estado, emitida em 10 de julho de 1992, resolve apro-

var o parecer prévio emitido pelo Excelentíssimo Senhor Relator Conselheiro João Féder, relativo à Prestação de Contas do Governador do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1991, gestão dos senhores Roberto Requião de Mello e Silva e Álvaro Fernandes Dias, nos períodos de 15 de março a 31 de dezembro e 01 de janeiro a 14 de março respectivamente.

Do até aqui exposto, verificamos que a matéria foi exaustiva e suficientemente examinada, fornecendo os dados e elementos necessários para nossa perfeita apreciação.

Tanto do ponto de vista constitucional, legal ou regimental, a matéria ora em pauta não encontra óbice algum, para que sua tramitação por esta Casa de Leis não seja perfeita.

Isto posto, e face a tudo mais que dos autos constam, e verificando-se a plena legalidade das contas prestadas na Execução Financeira e Orçamentária do Governo do Estado do Paraná, emito o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.03.93.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão, em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Embora o projeto verse hoje sobre a sua constitucionalidade, no mérito nós discordamos da aprovação das contas e queremos manifestar o nosso voto contrário.

As considerações sobre o mérito teceremos amanhã caso o Projeto venha a ser aprovado em primeira discussão.

Então, voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão, em votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - A Bancada do PDT quer registrar apenas o seu voto contrário a essa proposta já nesta primeira fase e também na segunda fase, com certeza, estaremos apresentando as razões desse voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto de Resolução n° 003/93. **Aprovado.**

Com os votos contrários dos Deputados Algaci Túlio, Ernani Pudell, Luiz Carlos Martins, Namir Piacentini, Paulo Maia, Mário Bezerra, Emilia Belinati e Luiz Carlos Zuk.

O Projeto irá à 2.ª discussão.

Sobrea mesa, Requerimento n° 3473, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.**

À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3474, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3475, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3476, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 3479 a 3481 e 3542 a 3545, do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 3483 e 3484, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3485, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, com apoio do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3573, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Sr. Presidente.

Nós, lendo o requerimento do Deputado Paulo Maia, queremos justificar as nossas declarações à Televisão Canal 12. Dissemos que havia Conselheiros propondo a possibilidade de ressarcimento de despesas, criação de despesas no fundo. E isso está comprovado aqui - tenho documentos, posso apresentar ao Deputado Paulo Maia através da 1.ª Ata de reunião do Conselho, e - 2.ª Ata. E também correspondência de 26 de abril de 93, assinada pelo Presidente do Conselho Curador, Heitor Rubens Raimundo.

Razão pela qual votamos contra o requerimento. **(Lê):**

"ATA DA 1.ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO

Aos dezesseis dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e três, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões Parigot de Souza, no prédio do Instituto de Previdência do Estado, à Rua Inácio Lustosa, n° 700, em atendimento à convocação objeto do Ofício Circular n° 04/93, do Senhor Secretário de Estado da

Administração, reuniram-se os membros do Conselho Curador do Fundo de Previdência do Estado e respectivos suplentes, nomeados pelo Decreto nº 2.148, de 15 de março de 1993, com vistas à realização da eleição da Comissão Executiva e regulamentação das atribuições do Conselho Curador a que se referem os artigos 55 e 56 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, registrando-se, ainda, a presença dos Senhores Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho, Secretário de Estado da Administração; Nestor Celso Imthon Bueno, Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, representando o Sr. Secretário daquela Pasta; Jaime Ricardo Paciornik, Superintendente do I.P.E.; Cândido Pacheco Bastos, Diretor de Previdência do I.P.E.; José Leon Zanderluck, Diretor Médico do I.P.E.; Alaor Galhardi, Diretor Administrativo do I.P.E. Dando início à reunião, o Senhor Secretário de Estado da Administração, Doutor Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho, declarou os Conselheiros e Suplentes empossados em seus cargos, discorrendo, a seguir, sobre as finalidades do Fundo de Previdência e da importância das funções afetas ao Conselho Curador, que ora se instala. Encerrando sua exposição, o referido Secretário de Estado retirou-se da reunião para que os Conselheiros deliberassem sobre o processo eleitoral e tratassem dos demais assuntos constantes da pauta de convocação. Inicialmente sugeriu-se seja providenciada a republicação do Decreto nº 2.148/93, para correção da grafia de nomes e de RG de alguns dos designados. Dando prosseguimento, solicitou-se ao Senhor Nestor Celso Imthon Bueno que informasse sobre a situação atual dos montantes financeiros provenientes das contribuições já efetivadas e recolhidas ao Fundo de Previdência, vindo este a esclarecer que a Secretaria de Estado da Fazenda, para evitar a descapitalização da importância correspondente aos dez por cento referentes à contribuição do mês de março, entendeu conveniente aplicá-la em CDBs ou FAF, no BANESTADO, por serem as formas de aplicações mais seguras e que vêm oferecendo a melhor taxa de rentabilidade a curto prazo, frisando, ainda, que a adoção de tal medida visou unicamente não permitir que os recursos ficassem parados até a instalação do Conselho Curador, ao qual caberá a decisão sobre a melhor forma de aplicação. Após a exposição do Senhor Nestor Celso Imthon Bueno, foram abordados assuntos gerais, tendo o Conselheiro Ricardo Sabóia Khury proposto que a eleição fosse transferida para uma próxima reunião, tendo em vista tratar-se do primeiro contato entre os membros, não havendo, portanto, no momento, condições para a apresentação de nomes a disputarem cargos

diretivos. O Conselheiro Fajardo José P. Faria propõe que o pleito seja realizado o mais rápido possível, de preferência na próxima semana, consideração aceita por unanimidade. A seguir, o Conselheiro Heitor Rubens Raymundo ponderou no sentido de que a Secretaria de Estado da Fazenda como órgão administrador dos recursos financeiros do Fundo, deverá apresentar o plano de custeio, nos termos do inciso I, art. 55, da Lei nº 10.219, de 21.12.92, para que o Conselho possa deliberar sobre propostas concretas. A seguir, o Conselheiro José Otávio Padilha manifestou-se frisando a necessidade de se resolver imediatamente a questão da Diretoria, bem como a importância de que sejam solicitados cálculos atuariais às Secretarias de Estado envolvidas com o Fundo de Previdência. Sugere a seguir, o Conselheiro Raymundo, que deverão ser viabilizadas assessorias técnicas com vistas a subsidiar o Conselho em suas deliberações. O Conselheiro Gilberto Espinosa propõe que se analise a possibilidade de ressarcimento de despesas realizadas por Conselheiros em deslocamentos a serviço do Fundo. O Senhor Nestor Celso Imthon Bueno esclarece que, sendo o Fundo dotado de natureza contábil própria, não deverá ter despesa alguma, devendo sim viabilizar formas que propiciem maior rentabilidade. Logo, as despesas com viagens de conselheiros, quando em serviços do Fundo, deverão ser custeadas por diárias através de seus respectivos órgãos de lotação. A seguir, deliberou-se que a próxima reunião, destinada à eleição para a escolha do Presidente e vice-Presidente do Conselho curador, nos termos do § 3º, do art. 54, da Lei nº 10.219, será realizada na próxima quinta-feira, dia 22 de abril de 1993, às 14:00 horas, no mesmo local. Nada mais havendo a tratar e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, encerrou-se a reunião, da qual eu, Elói Mezzadri, Secretário escolhido para o ato, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

(aa) LUIZ GASTÃO DE ALENCAR FRANCO
DE CARVALHO

NESTOR CELSO IMTHON BUENO e outros

ATA DA 2.^a REUNIÃO DO CONSELHO
CURADOR DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA
DO ESTADO

Aos vinte e dois dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e três, às quatorze horas, na Sala de Reuniões Parigot de Souza, do Instituto de Previdência do Estado, reuniram-se os membros do Conselho Curador do Fundo de Previdência do Estado, com a finalidade de realizar a eleição para os cargos de Presidente e vice-Presidente do referido Conselho, em cumprimento ao disposto no § 3º, do art.

54, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992 e em conformidade com a data determinada na primeira reunião. Lida e aprovada a Ata anterior iniciaram-se os trabalhos, definindo-se que, na mesma ocasião, seria, também, eleito um Secretário Executivo para o Conselho, resolvendo-se, ainda, que a votação seria realizada por escrutínio secreto. Votaram os Conselheiros Elói Mezzadri, Ricardo Sabóia Khury, Eurico de Paiva Vidal Júnior, Fajardo José Pereira Faria, Alex Overcenko, Cristiano Gustavo Biazzi Simon e Heitor Rubens Raymundo, tendo sido apurado o seguinte resultado: 4 (quatro) votos para Heitor Rubens Raymundo, para o cargo de Presidente; 6 (seis) votos para Eurico de Paiva Vidal Júnior, para o cargo de Vice-Presidente e 4 (quatro) votos para Alex Overcenko, para o cargo de Secretário Executivo. Proclamados os eleitos, o Conselheiro Elói Mezzadri, Secretário escolhido para o ato, passou a condução dos trabalhos ao Presidente eleito que, assumindo suas funções, solicitou inicialmente fosse registrado em ata que a natureza do Fundo não se caracteriza meramente como de natureza contábil, conforme constou da ata de reunião anterior, ressaltando, ainda, a necessidade da contratação de auditorias, nos termos do inciso III, do art. 56, da Lei nº 10.219, de 21.12.92; propôs também que seja oficiado ao Sr. Secretário de Estado a Administração, com vistas a solicitar informações sobre as possibilidades de se viabilizar ressarcimento de despesas a serem realizadas por conselheiros e respectivos suplentes em viagens quando das reuniões do Conselho. O Conselheiro Ricardo Khury pede licença para se retirar da reunião, face a compromissos anteriormente assumidos. Sugeriu, ainda, o Conselheiro Presidente, seja consultado ao Senhor Secretário de Estado da Administração quanto à possibilidade de envio de Mensagem Governamental ao Poder Legislativo propondo a dispensa integral das funções, em seus respectivos órgãos de lotação, dos servidores do Poder Executivo, designados como conselheiros e suplentes do Fundo de Previdência, discordando de tal proposição os conselheiros Alex, Fajardo e Eurico, argumentando que tal dispensa deverá se restringir aos dias e horários das reuniões do Conselho. A seguir, o Conselheiro Padilha reafirma a importância de que o Conselho venha a ter conhecimento dos cálculos atuariais referentes ao Fundo, tendo o Senhor Cândido Pacheco Bastos, Diretor de Previdência do I.P.E., esclarecido que aquele Instituto já dispõe de tais dados e que poderá fornecê-los ao Conselho, tendo, ainda, o Senhor Cândido Bastos, registrado a preocupação do Instituto de Previdência do Estado em relação aos Serventuários de Justi-

ça, no que se refere aos percentuais de descontos, daqueles que optaram pelo Fundo de Previdência, visto que tais percentuais não são fixados em lei. Para a definição de tais percentuais, solicitou-se ao I.P.E., através do Senhor Cândido Bastos, os seguintes dados: Fundo de Reserva, cálculos atuariais, idade dos Serventuários, tempo de serviço e demais informações complementares. O Conselheiro Fajardo Farias pede licença, às 16:15 hs., para ausentar-se da reunião, por compromissos de trabalho. Em continuidade, foi designada uma comissão responsável pela elaboração de um anteprojeto de Regimento Interno do Conselho Curador, composta pelos Conselheiros Cid Marcus Vasquez, José Otávio Padilha e Eduardo Macedo Bacellar, cuja minuta, se possível, deverá ser apresentada na próxima reunião. O Conselheiro Alex questionou a aplicação dos recursos do Fundo no FAF, alegando que em tal tipo de aplicação a rentabilidade cai significativamente em função do imposto elevado que incide nos primeiros quinze dias, ficando acordado então, que o Presidente e Secretário do Conselho contactarão com o BANESTADO com vistas de se discutir melhor forma de aplicação, seja RDB's, Fundo de Renda Fixa, ou outro. Nada mais havendo a tratar e para que fique registrado eu, Alex Overcenko, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

(aa) Ilegíveis

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE
PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 001/93

Curitiba, 26 de abril de 1993

Senhor Secretário.

Tendo em vista o que restou acertado na reunião realizada em 26 de abril próximo passado, vimos à presença de Vossa Excelência, para elencar os assuntos que pretendemos ver discutidos na próxima reunião conjunta entre representantes deste Conselho Curador do Fundo de Previdência do Estado e as Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda a ser convocada pela SEAD, conforme segue:

1. Apresentação ao Conselho Curador dos planos de custeio, de aplicação de recursos e patrimônio e orçamento-programa;
2. Contratação de auditoria e assessoria técnica e jurídica, visando assessoramento ao Conselho Curador;
3. Liberação das atividades laboratorativas dos membros do Conselho Curador, para o regular exercício de suas atribuições;
4. Ressarcimento de despesas de deslocamento de membros do Conselho Curador sediados no interior do Estado, bem co-

mo despesas gerais de expediente.

Outrossim, solicitamos a Vossa Excelência que diligencie no sentido de agendar a reunião conjunta antes do próximo dia 11 de maio, ocasião em que o Conselho Curador estará reunido para deliberar sobre os temas propostos.

Certos de vossa atenção, reiteramos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente

(a) HEITOR RUBENS RAYMUNDO

Presidente do Conselho Curador"

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós aguardávamos até uma justificativa mais convincente por parte do Deputado Renato Adur, porque se formos partir para os questionamentos do ressarcimento de despesas quando em serviço pelo Conselho Curador e pelo deslocamento de algum funcionário que sai do interior, gostaríamos também de deixar registrado nessa Casa, nobre líder Renato Adur, se o ressarcimento das despesas dos Senhores Secretário de Estados e do Governador do Estado são feitos pelo Estado ou por eles mesmos.

Se houve o pedido de Conselheiro que se desloca do interior não vejo esse motivo mais grave para se pedir a extinção do Conselho do Fundo de Previdência.

Registre-se e deve ser registrado, porque eu acho que é uma alegação bastante fraca quando sabemos que, se há conselheiros se deslocando, devem pedir o ressarcimento das despesas porque não se pode caracterizar que o funcionalismo público do Estado até esse momento não deu apoio e o que hoje registra os jornais e temos que deixar bem claro.

O que hoje registra os jornais, mostram que o Governador Requião acovardou-se diante da fiscalização do Conselho Curador; teve medo da fiscalização, assim como teve o nosso projeto que tratava de suas viagens ao exterior rejeitado pela Casa com medo de fiscalização.

Será que o Tesouro do Estado não vai mais uma vez falir daqui a 2, 3, 4, 5 anos como afirmavam alguns deputados da situação? Será que a pretensão da abertura democrática do Governo Requião na fiscalização da coisa pública, como dizia o Deputado da situação, já se esvaiu. Não será mais vergonhoso criar mais 150 cargos comissionados para nomeação de delegados calças curtas caracterizando trem-da-alegria no Governo Requião ao invés de acusar fria e vergonhosamente o Conselho Curador atribuindo-lhe pedido de cargo, jeton e outras acusações mais?

Em cima dessa questão Sr. Presidente e Srs. Deputados, demonstrando nossa preocupação, foi que apresentei à Casa, Requerimento solicitando que o Presidente do Con-

Curitiba, terça, em 21.09.93

selho Curador do Fundo da Previdência pudesse, também, ser ouvido, porque o mesmo espaço que teve o Governo na televisão, com certeza não terá o Presidente do Conselho Curador. E estas verdades que estão postas a nível de Tribunal de Contas e que ontem registrávamos na Casa, são motivo do questionamento das partes envolvidas.

Gostaríamos que esta Casa pudesse ouvir não só os representantes do Tribunal de Contas como também o Conselho Curador e a parte do Governo que tem sido questionada por diversos fatores.

Negar este requerimento, negar esta audiência é demonstrar, mais uma vez, o medo da transparência da coisa pública.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Requerimento do Deputado Paulo Maia, que propõe a convocação do Presidente do Conselho Curador do Fundo de Previdência, tendo em vista prestar esclarecimentos acerca das declarações do nobre Deputado Renato Adur.

Está rejeitado o Requerimento.

O SR. PAULO MAIA - Requeiro Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá a Verificação de Votação.

Os Deputados que forem favoráveis, queiram levantar-se. Dez (10) Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, indagamos como vota o Deputado Fregonese. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e dois (22) dos Senhores Deputados rejeitam. Está Rejeitado.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar que esta rejeição é em nome da transparência do Governo Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento n° 3489, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3502, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. **A Matéria acha-se publicada no final desta Ata.**

Requerimentos n°s 3503 a 3507, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3508, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3509 e 3550, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3512, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3514 a 3516, 3535, 3581 e 3582, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3523 e 3524, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.**

Requerimento n° 3524, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3525, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Henrique Bona Turra e Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já anunciou, inclusive na data de ontem, os Deputados que irão integrar esta Comissão: em número de sete.

Requerimentos n°s 3538 e 3539, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3541, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 3487 e 3551 a 3554, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3555 a 3557, de au-

toria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3490 a 3495 e 3558 a 3564, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3569, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3568, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3574, de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3570, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3580, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, a "folhinha" diz que também hoje é o Dia da Árvore, Dia do Fazendeiro e Dia da Radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento n° 3567, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **À apreciação da Comissão Executiva.**

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Parece que ouvi Vossa Excelência anunciar a composição das Comissões Permanentes da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não ouviu.

O SR. ERNANI PUDELL - Gostaríamos de ouvir de Vossa Excelência esta manifestação que nos foi prometida para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa está terminando os últimos detalhes matemáticos que estabelecem as proporcionalidades.

No final da tarde, ou no mais tardar amanhã, estará devidamente esclarecido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 023 e 043/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 273/92, 021, 108, 209, 275, 333, 359, 383, 391, 397, 400, 412, 419, 420, 422, 423, 424, 426, 431, 433, 436, 440, 441, 443, 448, 450, 452, 456, 457 e 462/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n°s 044/91, e do Projeto de Lei n° 181/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RENATO ADUR EM SESSÃO DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1993

"Requerimento do Senhor Deputado Luiz Fernando Sarmento Nicolau, da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO COM O PMDB

Senhor Presidente, nobres Deputados.

Ainda ecoa nos céus do Paraná, propriamente no de Foz do Iguaçu, a Oeste do Estado, o toque do clarim que convocou as bancadas estaduais do PMDB para um encontro nessa parte de um Brasil que deu certo, sendo esse o primeiro de uma série de muitos outros.

O mesmo teve lugar nos dias 6 e 7 últimos, tendo como vigas mestras o diligente trabalho organizacional do Deputado Renato Adur, Líder do Governo e do PMDB à Assembléia Legislativa, e o empenho cívico partidário do Governador Roberto Requião, também do PMDB, que transferiu por três dias a sede do Governo para Foz, num apoio incontestado a esse momento político, até então inédito, prestigiado pelo Senador José Fogaça, Presidente do Diretório Nacional do Partido.

De fato, não nos vem à lembrança um outro evento político partidário capaz de superar em qualidade e determinação esse encontro de muitas convicções, porém de um só ideal - O BRASIL, entendido como povo a merecer o respeito de todos.

Tão assim, que foi maciça a presença dos convidados que representaram a totalidade dos Estados Brasileiros através de mais de uma centena de Deputados do parti-

do, que assim comprovou a sua vocação para fazer o fortalecimento das instituições e do próprio regime democrático, uma sentinela indormida na defesa do interesse nacional e da paz social.

"O velho MDB de Guerra". Na expressão eloqüente de Roberto Requião, no entusiasmo incontido ante a beleza e grandiosidade desse momento histórico.

Há que se louvar, e mesmo homenagear com palavras e gestos de pura nobreza, a boa acolhida que todos tivemos dos parlamentares locais, dos organizadores do evento e do próprio povo paranaense, isso feito de forma fidalga e carinhosa, como se fosse uma família de vários endereços, se encontrando para pôr em dia os assuntos que lhe são próprios.

E o assunto foi o Brasil e o seu momento atual a exigir planos e metas e o entusiasmo dos verdadeiros patriotas para afastá-lo do perigo da ingovernabilidade.

É justamente aí que o PMDB cresce em conceito, cresce em responsabilidade, pois sempre se colocou à frente de todo e qualquer movimento como força de reação contra a ofensa às liberdades individuais ou coletivas.

Foi também um encontro de sentimentos, pela presença de destacadas figuras do cenário político nacional, e também pela rigorosa seleção dos temas postos à apreciação do colegiado, que determinou ser esse o primeiro e ambicioso passo para manter o PMDB na linha de frente que o elevou à condição de maior partido político do país, uma facção predestinada para magistras participações, tanto ontem, como hoje e sempre. O ponto básico de toda a questão da convocação primeiramente das bancadas estaduais, é a preparação de um novo encontro reunindo todos os Deputados e Vereadores, formando uma orquestra afinada para executar a partitura de uma sinfonia bem acabada. Ou seja, dando a alavancada que vai confirmar o PMDB no primeiro plano das decisões nacionais.

Tratamos, obviamente, de um partido que nasceu num período de exceção, mas que não morreu com ele. Pelo contrário, foi o responsável pelo seu sepultamento.

E se nunca foi governo, foi a força a determinar o afastamento do desgoverno de quem traiu todo um passado de glórias, de lutas pela liberdade, pela democracia responsável, enfim, que como menino mimado deixou a cultura pátria ao sabor do obscurantismo, simplesmente porque os artistas foram contra a sua eleição.

O PMDB colocou abaixo o autoritarismo fantasiado de cordeiro, que se comprovou falho e fez seu mentor receber o maior dos castigos para um homem público - o repúdio popular.

Mas isso é passado. A hora é de união

e esse passo o PMDB iniciou na sua intimidade para atingir outros pontos. Daí porque, em se tratando de um encontro pleno de civismo e de preocupação com os destinos da Pátria, Mãe querida, nada mais justo que enaltecê-lo como parte dessa profissão de fé, posto que lá estivemos em companhia do Deputado Carlos Bessa.

Iniciamos por parabenizar seus organizadores, a presença de todos os líderes das Assembléias, dos demais integrantes das bancadas principalmente os do Estado do Acre, que se constituiu na de maior representação relativa. Agradecer de forma penhorada o prestígio emprestado pelo governador Roberto Requião, pelo Deputado Renato Adur, pelo Deputado Orlando Pessuti, Presidente da Assembléia Legislativa, pelo Deputado Uebe Rezeck, Líder do Governo e do PMDB de São Paulo, pelo Senador José Fogaça, Presidente do Diretório Nacional do Partido, a par da iniciativa e extrema colaboração na organização do evento, que se transformou num encontro de brasileiros de mentes sãs e bem intencionados.

Mas isso não é o bastante, faz-se necessário perpetuar esse momento. E assim, REQUEREMOS, com amparo na letra regimental, ouvido o douto Plenário, faça a Mesa registrar, na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulação com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pela realização do I Encontro de Bancadas Estaduais, realizado em Foz do Iguaçu-PR, nos dias 6 e 7 do corrente, contando com a presença das mais destacadas figuras do cenário político nacional.

Requer-se ainda, da decisão da Casa, sejam cientificados os Excelentíssimos Senhores Senador José Fogaça, Presidente Nacional do PMDB, Governador Roberto Requião, Deputados Renato Adur, Líder do partido e do Governo do Paraná, e Orlando Pessuti, Presidente da Assembléia Legislativa bem assim todos os líderes do PMDB, nas Assembléias Estaduais, com o envio do inteiro teor desta proposição.

Sala de Reuniões, em 30.08.93.

(a) LUIZ FERNANDO SARMENTO NICOLAU
Líder do PMDB"